

Segundo  
Manifiesto Convivialista



Internacional convivialista

Segundo  
Manifesto Convivialista  
Por um mundo pós-neoliberal

Tradução:  
Thais Florencio de Aguiar



Ateliê de Humanidades  
Editorial

**Título** – *Segundo Manifesto Convivialista: por um mundo pós-neoliberal*

Tradução: Thais Florencio de Aguiar (professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ)

1ª edição – 2020, Rio de Janeiro – RJ

ISBN:

atelièdehumanidades@gmail.com

www.atelièdehumanidades.com

© Ateliê de Humanidades

**Ateliê de Humanidades Editorial**

Rua Juparaná, 63, casa 03 – Andaraí, Rio de Janeiro, RJ

CEP: 20541-135

**Coordenação editorial:**

Alberto Luis Cordeiro de Farias

André Ricardo do Passo Magnelli

**Revisão e concepção editorial:**

Os Convivialistas

**Capa e projeto Gráfico:**

Afrodite Sá Peixoto

# Índice

<b>Prólogo</b>	<b>9</b>
Um outro futuro?	10
A recente inflexão do mundo	13
O triunfo do neoliberalismo	15
Por que o convivialismo?	18
<b>Introdução</b>	<b>25</b>
As promessas do presente	25
As ameaças do presente	29
<b>I O desafio central</b>	<b>39</b>
A mãe de todas as ameaças: a ilimitação (a <i>hubris</i> )	40
As respostas existentes	40
<b>II Do convivialismo</b>	<b>47</b>
Considerações gerais	48
<b>III Do primeiro ao segundo Manifesto Convivalista</b>	<b>53</b>
Por que um quinto princípio e um imperativo categórico?	56
<b>IV Considerações morais, políticas, ecológicas e econômicas</b>	<b>61</b>
Considerações morais	61
Considerações políticas	62
Considerações ecológicas	64
Considerações econômicas	66

<b>V Aprofundamento ou autodestruição da democracia?</b>	<b>69</b>
Por que valorizar a democracia e qual?	70
Rumo a uma democracia convivialista	75
Pluriversalismo e coexistência de culturas	78
Reequilibrar as relações homens/mulheres	83
E os animais?	85
<b>VI Qual mundo pós-neoliberal?</b>	<b>87</b>
Medidas gerais. Rumo a mais justiça	89
Uma sociedade ecologicamente responsável	92
Pós-crescimento e desmercantilização	94
Desglobalização	97
Controlar a <i>hubris</i> das tecnociências	99
<b>Conclusão</b>	<b>103</b>
Inovar economicamente	108
Inovar politicamente	111
<b>Os signatários</b>	<b>115</b>







## Prólogo

Em quase todos os lugares dos países mais ricos, a juventude começa a se mobilizar para exigir que Estados e grandes empresas decidam, finalmente, lutar contra o aquecimento global e a degradação irreversível do meio ambiente. Ela tem razão. É o seu futuro que está diretamente em jogo. De acordo com número crescente de cientistas, nos sobra alguns poucos anos para reverter as dinâmicas que governam atualmente o mundo e evitar o pior. Decididamente, palavras e declarações virtuosas nunca seguidas de efeitos não são mais suficientes. A protelação se torna insuportável.

Em outros países na Ásia, no Maghreb ou no Oriente Médio, a juventude se insurgia até ontem contra tiranos ou ditaduras. E se insurge ainda hoje no Sudão, no Chile, no Irã ou na Argélia, sem conseguir evitar, muitas vezes, que novos ditadores sucedam aos antigos.

Em outros lugares, nos países mais pobres, ou naqueles que sangram em guerras civis inexpiáveis (são, muitas vezes, os mesmos), essa juventude não tem outra solução nem outra esperança senão o exílio.

Essas três juventudes, no entanto, ignoram umas às outras. Suas batalhas, suas esperanças são, contudo, indissociáveis. Vencerão juntas ou perderão juntas.

Em 1971, John Lennon compõe *Imagine*, que se torna, ao longo dos anos, uma das canções mais escutadas no mundo. Pouco a pouco, prestaríamos cada vez mais atenção não somente à melodia, mas também à letra (éramos otimistas naquele tempo): “*Imagine all the people living life in peace [...] no need for greed or hunger [...] a brotherhood of man. Imagine all the people sharing all the world.*”<sup>1</sup> Cinquenta anos depois, se torna mais urgente do que nunca não apenas imaginar e sonhar com um mundo pacificado, como também contribuir para que surja o mais rápido possível. No entanto, mesmo imaginá-lo, simplesmente imaginá-lo, parece difícil hoje em dia. Tentemos, todavia.

### Um outro futuro?

Com o que pareceria esse mundo? Um mundo que não seria um paraíso, inalcançável, um país da cocanha, mas simplesmente um mundo plenamente humano, um mundo efetivamente possível. Um mundo no qual, como declarava o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, em 1941, prevaleceriam a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, e no qual estaríamos protegidos das carências e do medo<sup>2</sup>. Na esteira do discurso de Roosevelt sobre essas quatro liberdades (*freedom of speech, freedom of religion, freedom from want, freedom from*

<sup>1</sup> “Imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz [...] sem necessidade de ganância ou fome [...] uma fraternidade de todos os homens, compartilhando o mundo todo”.

<sup>2</sup> Alguns certamente dirão que se tratava de um discurso de propaganda. Seja lá o que for e o que pensemos, o objetivo era justo e bem formulado.

*fear*), a Conferência Internacional do Trabalho reunida na Filadélfia, Estados Unidos, em 10 de maio de 1944, estabeleceria os objetivos gerais da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e serviria de prelúdio à Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). O artigo 2 da Declaração da Filadélfia determina: “Todo ser humano, sem qualquer espécie de distinção, seja de raça, credo ou sexo, tem o direito de perseguir seu progresso material e seu desenvolvimento espiritual, gozando de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades”.

Mas a Declaração Universal dos Direitos do Homem, agora conhecida como Declaração Universal dos Direitos Humanos, já não fala diretamente às gerações mais jovens. Quando a conhecem, não veem nela senão uma retórica vazia, muito frequentemente desmentida pelos fatos. Vamos traduzi-la, então, em termos um pouco mais concretos e atualizá-la. Será realmente impossível imaginar um mundo no qual o poder não caia, tantas vezes, nas mãos de psicopatas auxiliados por redes criminosas, com a cumplicidade das forças armadas e da polícia? Em que o poder, uma vez conquistado, não se mantenha em razão do controle mais ou menos rigoroso e visível exercido sobre a mídia, nem de prisões arbitrárias, de corrupção dos juízes e do conjunto do sistema político, da tortura e do assassinato? Um mundo no qual nem todos escapariam da pobreza, por certo, mas um mundo em que

ninguém se encontraria na miséria, em que cada um de nós poderia ganhar a vida com o próprio trabalho? Em que a extrema riqueza, que alimenta as fantasias de uma humanidade “aumentada” ou “incrementada”, isto é, de uma sobre-humanidade para alguns e, por conseguinte, uma sub-humanidade para outros, não seria mais tolerada tanto quanto a miséria? Em que não haveria mulheres e homens “em excesso”? Um mundo no qual continuaríamos a nos opor uns aos outros a propósito do sentido da vida, mas sem nos massacrar, e em que teríamos deixado para trás a lembrança de guerras civis e guerras religiosas? Todas as guerras. Um mundo no qual os recursos naturais e o meio ambiente não seriam sistematicamente sacrificados ou pilhados ao proveito das grandes (ou não tão grandes) empresas? Um mundo que saberia lutar de modo eficaz contra o aquecimento do planeta e as múltiplas degradações ecológicas que se aceleram? Um mundo no qual voltaríamos a viver em harmonia com a natureza?

O curioso é que esses ideais parecem bastante evidentes. Eles revelam o bom senso mais elementar. Expressam muito bem o que desejamos ou cremos que desejamos. Sua realização, contudo, mesmo que parcial, parece totalmente fora do alcance, quase que inconcebível. Sim, mas, fundamentalmente, por quê? Existe um destino, uma fatalidade da qual a humanidade não poderia escapar?

## A recente inflexão do mundo

Voltemos um pouco no tempo. Nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, os princípios enunciados pela Declaração da Filadélfia e depois pela Declaração Universal dos Direitos Humanos não soavam, de forma alguma, como palavras vazias. Elas inspiravam oficialmente as políticas públicas e essa inspiração produzia efeitos absolutamente concretos. Era preciso impedir que as democracias ocidentais recaíssem nos horrores totalitários – nazismo e fascismo – que desencadearam a Segunda Guerra Mundial e fizeram milhões e milhões de vítimas. Era preciso igualmente conjurar todas as seduções ainda exercidas por outra variante do totalitarismo, o comunismo que dominava a Rússia, a Europa Oriental, a China e que ameaçava se estender a vários países do então chamado Terceiro Mundo.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso do comunismo na Rússia e na Europa Oriental, o capitalismo, que acreditávamos seguir de mãos dadas com a democracia – um capitalismo essencialmente industrial e regulado –, não tinha mais inimigos palpáveis e localizáveis. Até o início do século XXI, cientistas políticos e filósofos não falariam senão de “transição democrática”. Todos partilhavam, em graus diferenciados, da convicção de que, muito rapidamente, as ditaduras restantes colapsariam e que todos os países do mundo adota-

riam a fórmula institucional bem sucedida no Ocidente: uma mistura de democracia parlamentar e livre mercado.

Todavia, uma vez eliminados seus inimigos (e terminado o tempo do petróleo barato), as economias capitalistas tiveram pouca necessidade de levar a sério os direitos do homem e os princípios democráticos. O capitalismo mais ou menos regulado do pós-guerra se tornou o capitalismo rentista e especulativo que agora extrai seu lucro em maior medida das finanças especulativas do que da indústria. Ele gera um enriquecimento literalmente sem sentido dos mais ricos, o 1%, e mais ainda 0,1% ou 0,01%. Ninguém mais ignora que somente cerca de quarenta ultra-ricos possuem tanto quanto a metade mais pobre da humanidade, ou seja, quase quatro bilhões de pessoas! Dito de outra maneira, quarenta pessoas contam tanto quanto quatro bilhões! Mas, estão todos tão atônitos com esses números que desafiam a compreensão, que ninguém mais sabe o que fazer para se opor a isso. O capitalismo especulativo redistribui cada vez menos a riqueza criada. Se ele beneficia as classes abastadas ou médias dos países emergentes, já não mais impede o empobrecimento das classes pobres e médias dos países mais ricos.

Longe da democracia ou do espírito dos direitos humanos ganharem terreno, são as ditaduras ou as democracias ditas iliberais, as “democraturas”, que

prosperam em quase todo lugar. O Ocidente rico tinha-se convencido, e queria fazer as pessoas se convencerem, de que ele levaria paz e prosperidade ao mundo inteiro. Em vez disso, semeou a tempestade. Não tendo sido capaz de manter sua promessa, vê se voltarem contra ele todos os ódios suscitados pela dominação colonial ou imperial exercida sobre o planeta durante vários séculos. O radicalismo islâmico da Al Qaeda ou do Daesh é apenas a parte mais visível e a expressão mais aterradora desse ódio.

## O triunfo do neoliberalismo

O que deu errado? O que explica a falência das esperanças nascidas ao fim da Segunda Guerra mundial? Muitas coisas, muitas causas enredadas. Mas todas elas são polarizadas pela grande realidade dos nossos dias: a subordinação de todo o planeta e de todas as esferas da existência humana às exigências de um capitalismo que agora é rentista e especulativo. O triunfo desse novo tipo de capitalismo, por sua vez, tem várias causas. Mas uma delas é tão essencial quanto mal percebida e mal compreendida: a potência das ideias (quando são sustentadas por pessoas e por meios concretos e se apoderam das massas). *E, agora, a potência das ideias neoliberais.* Ela é a razão de ser deste **Manifesto do Convivialismo**. De fato, a potência da ideologia neoliberal abriu caminho para esse capitalismo de

novo tipo, um capitalismo em seu estado puro, livre de todas as barreiras morais ou políticas que ainda o continham até os anos 1980-90. Portanto, é preciso que nos tornemos capazes de responder a essa ideologia.

Todas as noções, todos os *ismos*, estão sujeitos a múltiplas discussões e definições possíveis. Isso vale para o capitalismo (ou o anticapitalismo) e também para o neoliberalismo, que conheceu diferentes fases históricas e diversas formulações. Mas o neoliberalismo atual pode ser suficientemente caracterizado pela conjugação de seis proposições ou axiomas:

Não existem sociedades (*“There is no such thing as society”*, dizia Margaret Thatcher), coletivos ou culturas, só existem indivíduos.

A ganância, a sede de lucro, é uma coisa boa. *Greed is good.*

Quanto mais os ricos se enriquecem, melhor será, pois todos se beneficiarão por um efeito de gotejamento (*trickle down effect*).

O único modo desejável de coordenação entre seres humanos é o mercado livre e sem entraves, e ele se autorregula (inclusive o mercado financeiro), gerando o maior bem para todos.

Não há limites. Sempre mais é, necessariamente, sempre melhor.

Não há alternativa (*“There is no alternative”*, como também proclamava Margaret Thatcher).

Para muitos que duvidam da potência das ideias e dos valores, da força com a qual elas agem sobre nossos comportamentos, recordemos que nenhuma



dessas seis proposições era majoritariamente, ou mesmo de longe, considerada verdadeira ou justa entre os anos de 1944 e 1970-80. Na economia, a doutrina predominante, inspirada principalmente por John Maynard Keynes, concedia um papel importante ao Estado e à sua ação redistributiva. Para acabar com o keynesianismo e com todas as políticas de orientação mais ou menos social-democrata, cerca de trinta personalidades reunidas na Suíça, em 1947, criaram o que veio a se chamar Sociedade de Mont Pèlerin. Entre eles, os economistas Friedrich Von Hayek e Milton Friedman, o filósofo das ciências Karl Popper, e muitos outros nomes conhecidos, incluindo vários futuros nomes laureados com o Prêmio Nobel de economia. Ainda hoje muito ativa, a Sociedade de Mont Pèlerin, rapidamente apoiada por grandes empresas e ricas fundações, conseguiu pouco a pouco minar o consenso keynesiano e impor uma nova visão de mundo e de humanidade, um novo modo de inteligibilidade das questões humanas. Esse novo modo de inteligibilidade, essa nova razão do mundo, exerce agora, em escala planetária, o que o filósofo Antonio Gramsci chamava de *hegemonia*, o domínio sobre as ideias e as mentes. É preciso contestar, urgentemente, essa hegemonia, explicitando os fundamentos de um novo tipo de inteligibilidade em nossos tempos e condições. Não podemos nos contentar com um retorno ao keynesianismo ou aos *ismos* do passado.

## Por que o convivialismo?

Os jovens dos países ricos estão cada dia mais conscientes dos desafios climáticos e ambientais, mas eles ainda têm dificuldade de perceber que seu destino está também vinculado ao destino dos jovens que, em outras partes do mundo, buscam se libertar de ditaduras ou se vêem forçados a emigrar. Os partidos ecológicos ganham cada vez mais audiência no Ocidente, mas a preocupação com a preservação da natureza não constitui uma política enquanto tal. Isso, por si só, não é o suficiente para responder ao neoliberalismo. Se queremos ter alguma chance de enfrentar a ameaça que a dominação mundial do capitalismo rentista e especulativo faz pairar sobre o futuro da humanidade, precisamos definitivamente de uma filosofia política alternativa ao neoliberalismo. De uma filosofia que não se limite a denunciar a falsidade daquelas seis proposições centrais, mas que trace efetivamente os contornos de outro mundo possível, mais humano e viável, no qual todos ou a enorme maioria possam se reconhecer e viver melhor, compartilhando a preocupação de salvar o que pode e deve ainda ser salvo tanto do nosso meio ambiente quanto dos quatro tipos de liberdade evocadas por Franklin Roosevelt. Para sermos bem-sucedidos, precisamos superar o sentimento de impotência que todos nós partilhamos.

○ ***Segundo Manifesto do Convivialismo*** esboça os contornos de um novo mundo possível, de

um mundo pós-neoliberal. O **Primeiro Manifesto do Convivialismo**, subtítulo **Declaração de interdependência**<sup>1</sup>, veio a lume em 2013. Seu ponto de partida era, desde então, a certeza de que um consenso explícito e claramente partilhado sobre alguns valores ou princípios centrais é o que mais falta a milhares ou dezenas de milhares de associações ou de redes, a dezenas ou centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo que buscam escapar do domínio do capitalismo neoliberal. A ausência dessa partilha é o que os impede de se coordenarem e o que lhes condena a uma forma de impotência. Trata-se da ausência de uma filosofia política (*largo sensu*) alternativa ao neoliberalismo.

A redação do primeiro manifesto provou que o acordo sobre princípios centrais e sobre contornos de uma filosofia política pós-neoliberal é não somente desejável como também efetivamente possível. O manifesto foi elaborado e assinado por sessenta e quatro intelectuais críticos<sup>2</sup> bem conhe-

<sup>1</sup> Publicado pela editora Le Bord de l'Eau, 2013, na França, e pela Anablume, 2015, no Brasil. Este segundo manifesto pode ser considerado como uma declaração de interdependência reforçada.

<sup>2</sup> Claude Alphandéry, Geneviève Ancel, Ana Maria Araujo (Uruguai), Claudine Attias-Donfut, Geneviève Azam, Akram Belkaïd (Argélia), Yann-Moulier-Boutang, Fabienne Brugère, Alain Caillé, Barbara Cassin, Philippe Chaniel, Hervé Chaygneaud-Dupuy, Eve Chiappello, Denis Clerc, Ana M. Correa (Argentina), Thomas Coutrot, Jean-Pierre Dupuy, François Flahault, Francesco Fistetti (Itália), Anne-Marie Fixot, Jean-Baptiste de Foucauld, Christophe Fourel, François Fourquet, Philippe Frémeaux, Jean Gadrey, Vincent de Gaulejac, François Gauthier (Suiça), Sylvie Gendreau (Canadá), Susan George (Estados Unidos), Christiane Girard (Brasil), François Gollain (Reino Unido), Roland Gori, Jean-Claude Guillebaud, Paulo Henrique Martins (Brasil), Dick Howard (Estados Unidos), Marc Humbert, Évallouz (Israel), Ahmet Insel (Turquia), Geneviève Jacques, Florence Jany-Catrice, Hervé Kempf, Elena Lasida, Serge Latouche, Jean-Louis Laville, Camille Laurens, Jacques Lecomte, Didier Livio, Gus Massiah, Dominique Méda,

cidos, majoritariamente francófonos e originários de todas as tendências de esquerda, reunindo também a simpatia de intelectuais situados ao centro ou mesmo à direita. Sua ideia central era que o triunfo do capitalismo rentista e especulativo devia ser compreendido como resultado e ponto culminante de uma aspiração da espécie humana à desmedida, à desmesura, à ilimitação. Para se opor a ele e superá-lo, não basta denunciar, de modo ritualístico e estéril, os vilões capitalistas. É preciso se interrogar sobre as razões e os mecanismos dessa desmedida, bem como sobre os meios de conjurá-la, sem sacrificar nossa aspiração à liberdade.

Por que um ***Segundo Manifesto do Convivialismo***? Porque o primeiro não era suficientemente internacional, embora traduzido em uma dezena de línguas e tendo sido objeto de livros e discussões em alemão, português (Brasil), espanhol, italiano e japonês. Ora, *o convivialismo, filosofia da arte de viver junto, da convivência*, só tem sentido se pudermos nos reconhecer em todos os países. Foi necessário, portanto, ampliar consideravelmente o círculo de autores e suas fontes de inspiração. A propósito de todo um conjunto de pontos, o primeiro manifesto indicava direções que continuam pertinentes, mas que poderiam parecer demasiadamente vagas, muito indeterminadas do ponto de vista teórico e,

---

Margie Mendell (Canadá), Pierre-Olivier Monteil, Jacqueline Morand, Edgar Morin, Chantal Mouffe (Reino Unido), Osamu Nishitani (Japão), Alfredo Pena-Vega, Bernard Perret, Elena Pulcini (Itália), Ilana Silber (Israel), Roger Sue, Elvia Taracena (México), Frédéric Vandenberghe (Brasil), Patrick Viveret, Zhe Ji (China).

por outro lado, insuficientemente concretas. Este segundo manifesto retoma a estrutura do primeiro e parte do que nele foi escrito, mas enriquecendo-o e clarificando-o consideravelmente a partir de intercâmbios realizados nos últimos seis anos entre autores e militantes simpatizantes do convivialismo em todos os países. Diante da aceleração das mudanças climáticas e da crescente erosão dos ideais humanistas e dos princípios democráticos, é urgente chegar a um acordo em escala mundial sobre os valores essenciais à sobrevivência material e moral da humanidade e sobre os caminhos para o progresso da civilização e da arte de viver. Com toda convivialidade.

Uma última palavra. Este manifesto é o resultado de um trabalho de discussão coletiva conduzido, em primeiro lugar, por intelectuais. Intelectuais de um tipo particular. Intelectuais ou acadêmicos preocupados com o bem comum e engajados em múltiplas ações coletivas. Por que especificar e explicar isso? Porque os intelectuais ou acadêmicos têm, muito frequentemente, má fama. Hoje cada vez mais. Muitas vezes por boas razões. Nós os acusamos de se perderem em especulações estéreis, que não resultam nunca em nada de concreto; nós os repreendemos por caírem em raciocínios inúteis e por se considerarem superiores ao resto do mundo. Esse não é o caso, certamente, dos que estão aqui reunidos na redação deste novo manifesto. Eles não se creem mais inteligentes que qualquer um (nem

menos, nem mais...). Simplesmente, em função de sua profissão, eles trabalham com a memória e estão, a esse respeito, bem posicionados para acionar o alarme quando for preciso e para imaginar um futuro que não corra o risco de recair nos mesmos caminhos já trilhados no passado. Estão também acostumados a escrever e trabalhar com ideias. Essas ideias desempenham um papel decisivo na história quando um grande número de pessoas delas se apossa.

Acrescentamos que, em razão de todos também estarem ativamente ligados a movimentos cidadãos e cívicos, as múltiplas iniciativas que inventam cotidianamente alternativas portadoras de sentido e de bem-estar, eles não se contentam com denúncias estereotipadas dos mercados ou do capitalismo, denúncias essas que não resultam em nada enquanto não nos dizem que outro tipo de sociedade podemos razoavelmente esperar construir. Que outro tipo de sociedade *devemos*, então, começar a construir o mais rápido possível.

Nada é, com efeito, mais urgente que elaborar um pensamento e uma inteligibilidade do mundo alternativos àqueles que o neoliberalismo soube impor a todo o planeta. Nós precisamos, na verdade, de uma filosofia política (no sentido amplo do termo), e essa não pode consistir em um simples retorno ao socialismo, ao comunismo, ao anarquismo ou ao liberalismo clássicos. Essas grandes ideologias

da modernidade não estão mais à altura dos problemas que temos que enfrentar. Nada nos disseram, de fato, sobre a relação desejável dos humanos com a natureza que, claramente, não é inesgotável; nada também de decisivo disseram sobre as relações entre os homens e as mulheres; e menos ainda sobre a boa forma de pensar a diversidade das culturas.

Chegou a hora de delinear um avanço coletivo decisivo no campo das ideias. Não poderá resultar da simples soma de análises desenvolvidas por tal ou qual filósofo, economista ou sociólogo individualmente, por mais justas que pudessem ser. Porque não bastará que essas análises sejam justas; se elas o são, ainda será preciso que sejam amplamente críveis e partilhadas e, se possível, em escala global. Essa é a aposta deste **Segundo Manifesto do Convivialismo**: se apresentar como o resultado do trabalho de um intelectual coletivo. Neste trabalho, que reúne personalidades intelectuais ou morais, mas também ativistas, escritores e artistas (ver p. 115), de renome internacional, nenhum deles tentou se sobressair, insistindo em sua pequena diferença (como é o caso, muitas vezes, no campo intelectual). Pelo contrário, todas as pessoas aceitaram dar prioridade às ideias que partilham. Sem exagerar, podemos dizer que este **Segundo Manifesto Convivalista** é o manifesto de uma Internacional informal em gestação.

Uma Internacional que busca apenas ser difun-

dida e se tornar um anseio de todos. O **Manifesto Convivalista** visa exatamente isso: afirmar o mais claramente possível ideias simples e justas à altura dos desafios de nosso tempo, de modo que, pouco a pouco, possa desencadear mudanças radicais e mobilizações decisivas da opinião pública mundial. Cabe, aos nossos leitores, se apossarem dessas ideias, tornando-as suas, caso julguem, como esperamos, que elas possam lhes dizer algo.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para começar, você pode fazer isso consultando o site dos convivalistas na França ([www.lesconvivialistes.org](http://www.lesconvivialistes.org)) e no Brasil ([www.ateliedehumanidades.com/convivialistas](http://www.ateliedehumanidades.com/convivialistas)), dando seu apoio e divulgando-o, assim como fazendo suas objeções e suas propostas.



# Introdução

Quão estranha e desconcertante é nossa situação atual! Desde o Iluminismo, o mundo se move sob o signo do Progresso. No entanto, vários desses avanços trouxeram catástrofes. Jamais tivemos tantas razões para acreditar no Progresso, mas também jamais a humanidade teve tantas boas razões para temer as catástrofes que poderiam colocar em risco sua própria sobrevivência. Entre as promessas do presente e as ameaças que pesam sobre nosso futuro, não sabemos mais em que altura estamos. A cada dia, entretanto, as ameaças se fazem mais prementes.

## As promessas do presente

Progressos sociais e ambientais significativos foram realizados no curso das últimas décadas, e nada impede que, *a priori* e em princípio, se prolonguem e se acentuem ainda mais nas décadas vindouras.

### Alguns dados recentes em escala mundial

❖ Desde 1990, de acordo com a ONU, a extrema pobreza caiu em mais de dois terços no mundo e mais de um bilhão de pessoas escaparam dela. A nova meta anunciada pela ONU é sua erradicação até 2030.

❖ Dos três bilhões de pessoas que sofriam de fome

ou de subnutrição, quase dois bilhões se viram livres delas ao longo dos últimos vinte e cinco anos (ao custo, é verdade, do uso massivo de pesticidas).

❖ Em vinte anos, o número de crianças não escolarizadas foi reduzido pela metade.

❖ Em vinte e cinco anos, tanto a mortalidade materna quanto a mortalidade infantil foram reduzidas à metade (entre 1990 e 2015).

❖ Em pouco mais de um século, a expectativa de vida média aumentou de 30 para 71 anos.

❖ Desde 1945, a taxa de mortes violentas (decorrente de guerras ou da criminalidade) está em claro declínio, particularmente, na Europa.

❖ As atividades industriais praticamente não produzem mais substâncias que destroem a camada de ozônio. Ela deve se regenerar na maior parte do globo antes de 2050. Quase 25 milhões de casos de câncer serão assim evitados.

❖ A qualidade das águas do Reno e do Sena, dois dos rios mais poluídos do mundo há 30 anos, está hoje nitidamente melhor, o que mostra que não há fatalidade e nem sempre irreversibilidade em matéria ecológica.

### **Um futuro possível**

De modo mais geral, e para focar definitivamente no futuro, quantas promessas de realização individual e coletiva nosso mundo comporta!

❖ A expansão mundial do princípio democrático será infinitamente mais dificultada e complexa do que alguns puderam imaginar depois da queda do Muro de Berlim em 1989, somente porque esse princípio foi desvirtuado pelo fato de que suas relações com um capitalismo rentista e especulativo o esvaziaram fortemente de seu conteúdo e de sua atratividade. No entanto, é sempre em nome da democracia que, em todos os lugares do mundo, nos sublevamos, como atestam, por exemplo, as revoluções árabes, por mais inacabadas ou ambíguas que sejam. Sufocadas até o momento, elas renascem constantemente das cinzas.

❖ Torna-se, portanto, realmente exequível pôr fim a todos os poderes ditatoriais ou corrompidos (hoje, em Bagdá, Beirute, Argel, Hongkong, Santiago etc.), sobretudo graças à multiplicação das experiências democráticas de base e ao aumento da circulação da informação, mesmo que, no momento, estejamos assistindo ao retorno das ditaduras, o que torna ainda mais urgente o crescimento da potência do convivialismo.

❖ O fim da era colonial e o declínio do “ocidentocentrismo” abrem o caminho para um verdadeiro diálogo das civilizações que, em contrapartida, torna possível o advento de um novo universalismo. Um universalismo de muitas vozes, um *pluriversalismo*.

❖ Esse universalismo plural se constrói a partir do reconhecimento da igualdade de direitos e da paridade finalmente encontradas entre homens e mulheres. O reconhecimento dessa paridade promoveu progressos

impressionantes nos últimos anos, inclusive nos países de tradição islâmica que, supostamente, poderiam ser os mais relutantes em relação a eles. No ocidente, o fenômeno #Me Too representa, nesse campo, um avanço decisivo, a partir do qual nada mais será como antes.

❖ A nova consciência mundial emergente é, ao mesmo tempo, a expressão e o resultado de novas modalidades de participação e de experiência cidadã sustentadas por uma conscientização ecológica agora global e, particularmente, sensível entre as novas gerações. Elas trazem para o debate público a questão do “bem viver”, do que é possível esperar do “desenvolvimento” ou do “crescimento” e de seus limites.

❖ As tecnologias da informação e da comunicação, quando não são utilizadas para fins de manipulação e de controle, multiplicam as possibilidades de criação e de realização pessoal, seja no campo da arte e do saber, da educação, da saúde, da participação nos assuntos da cidade, do esporte ou das relações humanas ao redor do mundo.

❖ O exemplo do Wikipedia ou do Linux e das relações *peer-to-peer* mostra a extensão do que é possível realizar em matéria de invenção e de compartilhamento das práticas e dos saberes.

❖ A generalização dos modos descentralizados e autônomos de produção e de troca torna possível a “transição ecológica”, especialmente no campo da economia social e solidária, onde o engajamento das mulheres desempenha um papel determinante.

❖ A erradicação definitiva da fome e da miséria constitui um objetivo alcançável, desde que haja uma redistribuição mais justa dos recursos materiais existentes e uma formação de novas alianças entre os atores do Norte e do Sul.

❖ Hoje, cada vez mais, as doenças outrora fatais são passíveis de serem tratadas ou contidas (a Aids e suas terapias tríplices, certos cânceres etc.), mesmo que a eficácia fortemente decrescente dos antibióticos e a perda da diversidade bacteriana por ela induzida sejam alarmantes.

Etc.

## **As ameaças do presente**

Todas essas possibilidades só poderão se tornar realidade se a humanidade conseguir enfrentar as terríveis ameaças que se apresentam diante dela e que colocam em perigo sua sobrevivência a médio ou longo prazo.

### **As mais evidentes são, antes de tudo, ecológicas...**

Dada sua estreita imbricação, não é despropositado falar de uma ameaça única e sistêmica: a dos impactos da atividade humana em nosso nicho ecológico. A humanidade vive além de seus meios. Em 2019, segundo o Fundo Mundial para a Natureza (*World Wide Fund for Nature -WWF*), a humanidade consumiu até 29 de julho os recursos naturais que

a Terra pode regenerar em um ano (no continente europeu, a data foi 10 de maio)<sup>1</sup>. Em 1999, o “Dia da Sobrecarga da Terra” foi em 29 de setembro. A lista das principais ameaças ecológicas é bem conhecida:

- ❖ A mudança climática, que desencadeia desastres de todos os tipos (naturais, humanitários, sociais etc.) e gigantescas migrações.

- ❖ O declínio da biodiversidade (um milhão de espécies animais ou vegetais estão ameaçadas de extinção, de acordo com relatório recente da ONU).

- ❖ A fragilização, por vezes, irreversíveis dos ecossistemas naturais, a artificialização galopante dos solos, a degradação e a erosão a longo termo dos solos cultiváveis.

- ❖ O desmatamento em geral e, particularmente, o da Amazônia (fortemente acelerado desde a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em janeiro de 2019), que é uma das maiores fontes de oxigênio para o planeta.

- ❖ A poluição da atmosfera que torna o ar das grandes cidades cada vez mais irrespirável, principalmente em Pequim, Nova Délhi ou Cidade do México.

- ❖ A diminuição dos recursos haliêuticos (estoques de peixes) devido à pesca excessiva e à poluição das águas.

- ❖ As poluições disseminadas de oceanos e águas continentais.

---

<sup>1</sup> O “Dia da Sobrecarga” é calculado pelas Ongs WWF e *Global Footprint Network*, com base em 3.000.000 dados estatísticos de 200 países (<https://www.wwf.fr/jour-du-depassement>)

❖ O acúmulo de dejetos no meio ambiente, a começar pelos resíduos plásticos que constituem um “sexto continente” nos oceanos.

❖ O risco persistente de uma catástrofe nuclear, seja sob a forma dos acidentes industriais como em Tchernobyl ou acidentes naturais e industriais como em Fukushima, seja sob a forma de uma guerra nuclear desencadeada por algoritmos incontroláveis ou por algum ditador insano.

❖ O rareamento dos recursos energéticos (petróleo, gás), minerais (terras raras, principalmente) e agrícolas que permitiram até agora o crescimento, e, conseqüentemente, os conflitos e as guerras pelo acesso a esses recursos.

A mudança climática resume e condensa por si só o desafio ecológico, tanto em razão da gravidade potencial de suas conseqüências sociais e humanitárias quanto da rapidez com que se manifestarão. Desde já são visíveis as conseqüências do aquecimento, que atualmente está na ordem de 1°C em comparação com as temperaturas médias na superfície do globo durante a era pré-industrial. Contudo, sem elevar os objetivos do Acordo de Paris (2015) e sem implementar imediatamente as medidas necessárias, a expectativa é que o aquecimento global deverá atingir a marca de, pelo menos, 1,5°C entre 2030 e 2052 e 3°C até 2100. Levando em conta a inação dos atuais governantes, esse último número alarmante é desde já considerado como demasiadamente otimista pelos climatologistas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No momento da finalização da produção deste livro na França, as estimativas da décima edição do Relatório sobre as Lacunas de Emissões (*Emissions*

Os efeitos físicos do aquecimento do planeta são a elevação do nível do mar, as catástrofes naturais (invasões de água salgada e inundações de zonas costeiras, seca, déficit ou intensificação das precipitações etc.), a degradação e mesmo a extinção da biodiversidade e de certos ecossistemas, as perdas da produção agrícola, os problemas sanitários etc. Os efeitos sociais podem ser medidos pelo aumento anunciado das migrações relacionadas ao clima. Segundo previsões do Banco Mundial, bastante otimistas em relação a outras pesquisas, o número de refugiados climáticos alcançará 143 milhões até 2050. Em um cenário mais alarmista, projetado pelo estudo do coletivo de pesquisadores independentes Climate Central publicado em 29 de outubro de 2019 em *Nature Communications*, estima-se que 300 milhões de pessoas podem ser confrontadas com inundações todos os anos até 2050.<sup>1</sup> Segundo a Organização Internacional para as Migrações (que depende da ONU), as mudanças climáticas poderiam provocar o deslocamento de quase um bilhão de pessoas até 2050. Não é exagero dizer que, ao final deste século, a mudança climática poderá pôr

---

*Gap Report*) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), publicada em 29 de novembro de 2019, na ocasião da 25ª Conferência Internacional sobre Mudança Climática (COP25), eram que, se os Estados não reduzissem suas emissões de gases de efeito estufa em 7,6% por ano entre 2020 e 2030, a temperatura do globo poderia aumentar 3,9°C até 2100, “conduzindo a impactos climáticos vastos e destruidores”. O mínimo que podemos dizer é que não estamos seguindo esse caminho. As emissões cresceram em média 1,5% nos últimos dez anos, e aumentaram 3,2% entre 2017 e 2018.

<sup>1</sup> Scott A. Kulp, Benjamin H. Strauss, “New Elevation Data Triple Estimates of Global Vulnerability to Sea-level Rise and Coastal Flooding”, *Nature*. Cf. *Le Monde* de 31 de outubro de 2019, p. 7.



em risco a sobrevivência das formas de vida civilizadas (senão da própria humanidade).

Não resolveremos esses problemas por meio de uma dissociação entre crescimento do PIB e consumo dos recursos não renováveis. Seria demasiado lento para nos permitir evitar rupturas maiores. Contar com a inovação técnica para dissociar o crescimento econômico e as emissões de gases de efeito estufa é ilusório. Os esforços realizados durante as últimas três décadas para “descarbonizar” o crescimento tiveram e terão apenas uma eficácia limitada.

Não será possível enfrentar esse imenso desafio sem realizar um conjunto de mudanças técnicas, organizacionais e sociais que pressupõe uma transformação profunda da própria lógica do sistema econômico em escala planetária.

A questão climática envolve da mesma maneira todos os habitantes do planeta e a solução requer, conseqüentemente, os esforços de todos.

**...mas são também econômicas, sociais, políticas,  
morais**

A sustentabilidade social do nosso modelo de desenvolvimento não está mais bem assegurada do que sua sustentabilidade ecológica. Não custa lembrar a longa lista de problemas, cujo agravamento já provocou um recuo geral não só das práticas como também dos ideais democráticos em todo o mundo:

❖ A manutenção, o aparecimento, o desenvolvimento ou o retorno do desemprego e da precariedade, da exclusão ou da miséria, em quase todos os lugares do mundo.

❖ Um desemprego que será tanto mais significativo quanto mais os progressos exponenciais da robótica e da Inteligência Artificial ameaçarem substituir boa parte do trabalho humano, e não somente no caso das tarefas mais simples e repetitivas. Uma parte considerável da humanidade corre o risco, portanto, de se tornar economicamente inútil. Uma situação como essa jamais ocorreu antes e seu surgimento representaria um desafio vertiginoso.

❖ Uma “grande partição”, ou melhor, uma grande divisão entre os humanos “aumentados” ou “incrementados” pelo domínio e uso da Inteligência Artificial e os que, sendo incapazes ou estando indispostos a acompanhar esse advento, se verão, de repente, “diminuídos”.

❖ As distâncias de riqueza entre os mais pobres e os mais afortunados que se tornaram, em todos os lugares, excessivas. Elas alimentam uma luta de todos contra todos sob a lógica de ganância generalizada e contribuem para a formação de oligarquias que dispensam o respeito pelas normas democráticas, exceto em palavras (e cada vez menos).

❖ A existência de dezenas de multinacionais, a começar pelas GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft), mais ricas e mais poderosas do que muitos Estados, e que prosperam sem se submeter a qualquer

regulação democrática, se desincumbindo da maioria das obrigações fiscais que lhe cabem, o que enfraquece os poderes públicos.

❖ O controle dos dados pertencentes a imensas camadas da população mundial feito por um pequeno número de gigantescas empresas, tais como Facebook e Google, ou por regimes autoritários (por exemplo, a classificação sistemática dos cidadãos feita pelas autoridades chinesas).

❖ O colapso de grupos políticos herdados ou a impotência de se formar novos, o que leva à multiplicação das guerras civis, tribais ou interétnicas, associadas ainda a guerras religiosas.

❖ A perspectiva do possível retorno das grandes guerras interestatais que seriam, com certeza, infinitamente mais mortíferas que as precedentes.

❖ A ascensão do poder de forças armadas privadas subtraídas do controle dos parlamentos. Algumas já são capazes de mobilizar recursos pesados e de desestabilizar um exército regular.

❖ O desenvolvimento planetário de um terrorismo cego.

❖ A crescente insegurança social, ecológica, cívica a que respondem os excessos das ideologias de segurança.

❖ A proliferação de redes criminosas ocultas e de máfias cada vez mais violentas.

❖ Suas conexões disseminadas e preocupantes com

os paraísos fiscais e com o mundo das altas finanças rentista e especulativa.

- ❖ O peso crescente das exigências das altas finanças rentista e especulativa sobre todas as decisões políticas e econômicas.

- ❖ Os maus-tratos infligidos a corpos e mentes sujeitos a uma norma de permanente aceleração.

- ❖ O risco da explosão de bolhas especulativas que nutrem o capitalismo dominante, enriquecendo sempre mais os mais ricos. Esse estouro levaria a uma crise econômica de maior dimensão do que aquela de 2008 e à qual não se poderiam aplicar os mesmos remédios – a emissão monetária, a *quantitative easing* –, uma vez que são eles que, multiplicando créditos sem nenhum vínculo com a economia real, suscitarão justamente uma crise financeira ainda mais forte que a precedente. Uma crise financeira que correria o risco de rapidamente se transformar em uma crise social, política e moral sem precedentes desde os anos de 1930, quando eclodiram os regimes fascistas.

Esses dois tipos de ameaças – ecológicas, de um lado, econômicas, sociais, políticas e morais, de outro – estão estreitamente imbricados e se reforçam mutuamente. Todas essas ameaças, de uma maneira ou de outra, estão ligadas à explosão mundial das desigualdades. Vamos lembrar: quarenta pessoas possuem tantas riquezas quanto quatro bilhões de indivíduos. Dito de outra forma, sob esse critério, uma pessoa valeria o mesmo que cem milhões de

outras. Progressivamente, encontramos em toda parte desigualdades econômicas equivalentes àquelas que prevaleceram nos anos de 1900, porém, em um nível absoluto infinitamente superior. Nos Estados Unidos, por exemplo, na década de 1920, o 1% mais rico detinha 40% do patrimônio nacional. Esse número caiu para 20% nos anos de 1970 e agora subiu para 40%. E o 0,1% possui sozinho 20%.<sup>1</sup> O valor das primeiras 400 fortunas se elevou próximo a 3 trilhões de dólares em setembro de 2019, depois de ter sido multiplicado por 2,3 em dez anos.<sup>2</sup> Na França, segundo a revista de economia *Challenge*<sup>3</sup>, o montante acumulado pelas 500 maiores fortunas francesas triplicou entre 2008 e 2018. Estimado em 650 bilhões de euros em 2018, esse montante foi elevado ao que equivale a 30% do PIB da França (contra 10% em 2009 e 6,4% em 1996).

Essa explosão das desigualdades, que solapa na raiz a crença na democracia e a confiança nas instituições, é também, por diversas razões, o principal fator do desequilíbrio ecológico e climático. Quando mais não seja porque os mais ricos são os maiores poluidores. Seriam necessários cinco planetas para generalizar o modo de vida e consumo dos americanos, quase 3 para o modo europeu e mais de 2 para o chinês (e quase 9 para o catariano...).

---

1 Gabriel Zucman in *Le Monde*, 15 de outubro de 2019, p. 28.

2 *Le Monde*, 9 de novembro de 2019, p. 16.

3 Classificação de 2019 feita pela revista que apresenta, anualmente, os números relativos às 500 maiores fortunas na França.

Diante de todos esses perigos, a “transição ecológica” ou o “crescimento verde” correm o forte risco de não estar à altura do desafio. Pior ainda se nenhum país dá início realmente a esses processos. Pela primeira vez em sua história, a humanidade se descobre objetiva e radicalmente unificada por perigos mortais, interdependentes, que só poderão ser enfrentados em escala global. Isso pressupõe a tomada de consciência igualmente mundial e a inversão de todos os valores hoje dominantes.

É necessário encontrar, esclarecer e partilhar outra maneira de definir o que é ser plenamente humano e digno de humanidade.

# I

## O desafio central

As principais ameaças do presente são de ordem, principalmente, material, técnica, ecológica e econômica. Poderíamos qualificá-las como ameaças *entrópicas*. Apesar dos enormes problemas que elas suscitam, poderíamos talvez, em princípio, oferecer respostas da mesma ordem, ou seja, técnicas, ecológicas e econômicas. O que nos impede de fazê-lo é, primeiro, o fato de que muitas dessas ameaças ainda não são imediatamente evidentes para todos e é difícil se mobilizar contra riscos parcialmente indefinidos e de horizonte temporal incerto. Tal mobilização não é concebível senão em termos de uma ética do futuro. Todavia, mais profundamente, o que nos paralisa é o fato de sermos ainda muito impotentes para sequer imaginar respostas a um segundo tipo de ameaças, o de ordem moral e política. Ameaças que poderíamos qualificar como *antrópicas*, ou seja, que resultam diretamente do modo como os humanos se compreendem e se tratam uns aos outros. A juventude de vários países começa a se levantar, com bastante energia, para exigir políticas fortes contra o aquecimento global. Mas ela não será bem-sucedida se não tomar consciência do fato de que o principal desafio é a relação que a humanidade estabelece consigo mesma.

## A mãe de todas as ameaças: a ilimitação (a *hubris*)

É preciso, a partir de agora, nos colocar em condições de enfrentar uma conclusão tão evidente quanto dramática:

A humanidade soube realizar progressos técnicos e científicos impressionantes, mas ela permanece ainda incapaz de resolver seu problema essencial: como gerir a rivalidade e a violência entre os seres humanos? Como incitá-los a cooperar, dando o melhor de si mesmos, permitindo-lhes ao mesmo tempo se opor uns aos outros sem se massacrar? Como criar obstáculos à acumulação de poder que sobrecarrega os homens e a natureza, um poder agora ilimitado e potencialmente autodestrutivo? Se não souber rapidamente responder a essa questão, a humanidade corre o risco de desaparecer, total ou parcialmente. E, no entanto, todas as condições materiais estão reunidas para que ela prospere, desde que tomemos definitivamente consciência de sua finitude.

### As respostas existentes

Para enfrentar esse problema, dispomos de múltiplos elementos para dar respostas: aqueles que foram oferecidos ao longo dos séculos por religiões, culturas, moralidades, doutrinas políticas,



filosofia e ciências humanas e sociais, quando não se permitiram cair em sectarismo, moralismo e idealismo, ora impotentes, ora mortíferos, ou, enfim, em cientificismo estéril. Esses são elementos preciosos, que convém reunir e explicitar o mais rapidamente possível, de maneira que sejam facilmente compreensíveis e partilháveis por todos ao redor do mundo – a imensa maioria – que veem suas esperanças frustradas, que sofrem ou temem as mudanças em curso e que desejam contribuir, cada um conforme sua disponibilidade e segundo seus meios, para o cuidado e a salvaguarda do mundo e da humanidade.

As iniciativas que vão nessa direção são inúmeras, produzidas por dezenas de milhares de organizações ou associações, e por dezenas ou centenas de milhões de pessoas. Essas iniciativas se apresentam sob nomes, sob formas ou em escalas infinitamente variadas: a defesa dos direitos do homem e da mulher, do cidadão, do trabalhador, do desempregado ou das crianças; a economia social e solidária com todos os seus componentes; as cooperativas de produção ou de consumo, o mutualismo, a economia para o bem comum, o comércio justo, as moedas paralelas ou complementares, os sistemas de troca local, as diversas associações de apoio mútuo; a economia da contribuição digital (cf. Linux, Wikipedia etc.); o decrescimento e o pós-desenvolvimento; os movimentos *slow food*, *slow town*, *slow science*; a reivindicação do *buen vivir*, a afirmação dos direitos

da natureza e o elogio à *Pachamama*; o altermundialismo, a ecologia política e a democracia radical, os Indignados, *Occupy Wall Street*; a busca de indicadores de riqueza alternativos, os movimentos de transformação pessoal, de simplicidade voluntária, de abundância frugal, de diálogo de civilizações, as teorias do cuidado (*care*), as novas ideias do comum (*commons*) etc.

Para que essas iniciativas tão ricas sejam capazes de combater, com força suficiente, as dinâmicas mortíferas de nosso tempo e para que elas não sejam confinadas a um papel meramente contestatório ou paliativo, torna-se crucial reunir suas forças e energias, por isso a importância de destacar e nomear o que elas têm em comum.

Essas iniciativas têm em comum a busca por um *convivialismo* (adotemos esse termo, pois precisamos identificar uma base doutrinal mínima comum), por uma arte de viver juntos (*con-vivere*), por uma arte da *convivência* **que valorize a relação e a cooperação e permita aos indivíduos se oporem sem se massacrarem, cuidando um do outro e da Natureza.** Opondo-se, sim, pois seria não somente ilusório, mas também nefasto buscar construir uma sociedade que ignorasse o conflito entre grupos e indivíduos. Ele existe necessariamente e naturalmente em toda a sociedade. Não somente porque sempre e em todo lugar os interesses e os pontos de vista diferem entre pais e filhos, primogênitos e

mais novos, homens ou mulheres, mais ricos e mais pobres, mais poderosos e sem poder, afortunados e desafortunados etc., mas também porque, de modo mais geral, todo ser humano aspira a se ver reconhecido em sua singularidade, resultando então em uma parte de rivalidade tão potente e primordial quanto a aspiração, igualmente partilhada, à concórdia e à cooperação.

A sociedade *sã* (sim, algumas sociedades são mais *sãs* que outras, e outras claramente menos) é aquela que sabe fazer jus tanto ao desejo de reconhecimento de todos quanto à sua parte de rivalidade, de aspiração à superação constante de si e de abertura ao risco aí implicado, impedindo que se transforme em desmesura, em desejo de onipotência – nisso o que os gregos chamavam de *hubris*<sup>1</sup> –, e favorecendo, ao contrário, a abertura cooperativa ao outro. Essa sociedade sabe dar lugar à diversidade dos indivíduos, dos grupos, dos povos, dos Estados e das nações, afastando o risco de que a pluralidade desemboque na guerra de todos contra todos. Em uma palavra, é preciso fazer do conflito uma força de vida e não de morte. E da rivalidade controlada um meio de favorecer a cooperação e de restaurar a confiança. Uma arma para dissipar todas as violências destrutivas.

---

<sup>1</sup> A melhor tradução é, sem dúvida, “a loucura de grandeza”, a certeza de que mais nada pode ou deve se opor ao sentimento ou ao desejo do sujeito de ser todo-poderoso. Para os gregos antigos essa loucura de grandeza conduzia inelutavelmente à perda do sujeito. Nêmesis, a deusa da vingança, estava encarregada de lançar o sujeito tomado pela *hubris* muito mais abaixo dos limites transgredidos.

Não temos agora nenhuma outra escolha a não ser encontrar rapidamente o que é buscado desde o início da história humana: um fundamento sólido, ao mesmo tempo ético, econômico, ecológico e político, para a existência comum. Esse fundamento nunca verdadeiramente encontrado ou sempre rapidamente esquecido, quanto mais não seja porque uma solução viável em uma escala não é viável em outra escala maior. Hoje devemos raciocinar em uma escala da humanidade como um todo. Esse fundamento foi buscado, e ainda o é, na referência ao sagrado, tanto entre as primeiras religiões como entre as grandes religiões ou quase religiões universais: taoísmo, hinduísmo, budismo, confucionismo, judaísmo, cristianismo, islamismo. É buscado, ainda, na referência à razão, entre todas as grandes filosofias ou as morais seculares e humanistas. Buscado, enfim, na aspiração à liberdade, através das grandes ideologias políticas da modernidade: liberalismo, socialismo, comunismo ou anarquismo. O que muda sempre é a maior ou menor ênfase colocada nas obrigações ou nas esperanças atribuídas respectivamente ao indivíduo (a moralidade) ou ao coletivo (a política), na relação com a natureza (ecologia) e com o sobrenatural (religião) ou no bem-estar material (a economia), conforme diferentes escalas espaciais e demográficas. Não é a mesma coisa, com efeito, aprender a viver junto e a tornar compatíveis as identidades e as diferenças não mortíferas de alguns ou de milhões ou de bilhões.

Está aí o principal problema a que somos confrontados: como resistir à ilimitação do desejo de poder, à *hubris*? A resposta é desconhecida. Ao menos podemos dar um nome para indicar a direção na qual procurá-la: convivalismo.



## II

# Do convivialismo

Convivialismo é o nome dado a tudo aquilo que nas doutrinas e sabedorias existentes ou passadas, laicas ou religiosas, concorre para a busca de princípios que permitem aos seres humanos, ao mesmo tempo, rivalizar para melhor cooperar e nos fazer progredir enquanto humanidade, com a plena consciência da finitude dos recursos naturais e com a preocupação compartilhada de cuidado com o mundo. Como filosofia da convivência, da arte de viver junto, o convivialismo não é uma nova doutrina que vem se sobrepôr às outras, pretendendo anulá-las ou superá-las radicalmente. É o movimento de seu questionamento recíproco, fundado no sentimento de extrema urgência em que nos encontramos, diante das múltiplas ameaças que pairam sobre o futuro da humanidade. Pretende reter o que há de mais precioso em cada uma das sabedorias de que somos herdeiros.

O que há de mais precioso? Como defini-lo e apreendê-lo? Não existe e não pode - e não deve - existir uma resposta única e unívoca a essa questão. Cabe a cada um de nós decidir. Existe, entretanto, um critério decisivo do que podemos reter de cada doutrina, numa perspectiva de universalização (ou de pluriversalização), levando em consideração, simultaneamente, a ameaça da catástrofe possível e

a esperança de um futuro melhor. De cada doutrina cabe reter, com toda certeza: o que nos permite compreender como lidar com a desmesura e o conflito para evitar que degenerem em violência irreprimível; o que incita à cooperação; e o que abre para o diálogo e a confrontação de ideias, tendo como horizonte uma ética da discussão.

Essas considerações são suficientes para traçar os contornos gerais de uma doutrina universalizável adaptada às prioridades globais do momento, mesmo que sua aplicação concreta seja necessariamente local e conjuntural. Mesmo que seja evidente que haverá tantas variantes diferentes e eventualmente conflitivas do convivialismo quanto do budismo, do islamismo, do cristianismo, do judaísmo, do liberalismo, do socialismo, do comunismo etc. (e, reciprocamente, variantes budistas, islamitas, liberais, socialistas etc. do convivialismo). Isso porque o convivialismo não tem absolutamente intenção de anular essas religiões ou essas doutrinas. Na melhor das hipóteses, pode ajudar a “subsumi-las” (*aufheben*), dito de outro modo, a considerá-las numa perspectiva sintética, destacando seus pontos de convergência para melhor imaginar o futuro.

### Considerações gerais

A única política legítima e também a única ética aceitável são aquelas que se inspiram nos cinco princípios seguintes: os princípios de comum



naturalidade, de comum humanidade, de comum socialidade, de legítima individuação, de oposição criadora. Esses cinco princípios estão subordinados ao imperativo absoluto do controle da *hubris*.

### **Princípio de comum naturalidade:**

Os humanos não vivem em relação de exterioridade com a Natureza, da qual deveriam se tornar “senhores e possuidores”. Como todos os seres vivos, os humanos fazem parte dela e estão em relação de interdependência com ela. Têm a responsabilidade de cuidá-la. Quando não a respeitam, colocam em perigo sua própria sobrevivência ética e física.

### **Princípio de comum humanidade:**

Para além das diferenças de cor de pele, de nacionalidade, de idioma, de cultura, de religião ou de riqueza, de sexo ou de orientação sexual, existe apenas uma humanidade, que deve ser respeitada na pessoa de cada um de seus membros.

### **Princípio de comum socialidade:**

Os seres humanos são seres sociais para quem a maior riqueza existente é a riqueza das relações concretas que estabelecem uns com os outros, no âmbito de associações, sociedades ou de comunidades de tamanho e natureza variáveis.

### **Princípio de legítima individuação:**

Em conformidade com esses três primeiros princípios, a política legítima é a que permite a cada

um desenvolver da melhor maneira sua individualidade singular, desenvolvendo suas capacidades, sua potência de ser e agir, sem prejudicar os outros, na perspectiva da igual liberdade. Diferentemente do individualismo que resulta no cada um por si e na luta de todos contra todos, o princípio da individuação não reconhece valor a não ser nos indivíduos que afirmam sua singularidade com respeito à sua interdependência com os outros e com a natureza.

### **Princípio de oposição criadora:**

Porque todos têm vocação para manifestar sua individualidade singular, é natural que os humanos se oponham uns aos outros. Mas só é legítimo que o façam enquanto isso não coloca em perigo o quadro de comum humanidade, de comum socialidade e de comum naturalidade que torna a rivalidade fecunda e não destrutiva. A boa política é, portanto, aquela que permite aos seres humanos se diferenciarem, fazendo com que a rivalidade sirva ao bem comum. O mesmo vale para a ética.

Acrescentamos a esses cinco princípios, que se entrecruzam, um imperativo:

### **Imperativo do controle da hubris:**

A principal condição para que a rivalidade e a emulação sirvam ao bem comum é fazer de maneira com que elas escapem ao desejo de onipotência, à desmedida, à desmesura, à *hubris* (e, *a fortiori*, à *pleonexia*, o desejo de possuir sempre mais). Elas

se tornam então rivalidades para melhor cooperar. Dito de outro modo: tentar ser o melhor é fortemente recomendável quando se trata de se distinguir, na medida de seus próprios recursos, para satisfazer as necessidades dos outros, lhes dar o máximo e o melhor possível. Isso é bem diferente do desejo de prevalecer a qualquer custo, tomando dos outros aquilo que lhes cabe. Esse princípio de domínio da *hubris* é, na verdade, um meta-princípio, o princípio dos princípios. Ele impregna todos os outros e deve lhes servir de regulador e de salvaguarda. Pois cada princípio levado ao seu extremo e não moderado por outros corre o risco de se converter em seu contrário: o amor pela Natureza ou pela humanidade abstrata se converte em ódio pelos homens concretos; a comum socialidade em corporativismo, clientelismo, nacionalismo ou racismo; a individuação em individualismo indiferente aos outros; a oposição criadora em combate de egos, em narcisismo da pequena diferença, em conflitos destrutivos. Esse imperativo pode então ser chamado de “categórico”.



### III

## Do primeiro ao segundo Manifesto Convivialista

○ *Primeiro Manifesto convivialista* (2013) apresentava apenas quatro princípios: os princípios da comum humanidade, da comum socialidade, da legítima individuação e do controle da oposição. Após sua redação, percebemos pouco a pouco que cada um desses princípios enunciava em breves palavras o valor central de uma das quatro grandes ideologias políticas da modernidade, uma das quatro componentes do ideal democrático. A afirmação de uma comum humanidade está no coração do comunismo. O socialismo é inspirado no princípio da comum socialidade, o anarquismo, na legítima individuação. Ou, ainda, o comunismo privilegia, em princípio, a fraternidade, o socialismo, a igualdade e o anarquismo, a liberdade.

○ liberalismo é o mais difícil de situar. Quando compreendido de maneira bem geral e no seu sentido original, ele se identifica com o princípio de oposição criadora. Ele valoriza e torna possível o pluralismo. Esse pluralismo deve ser entendido em seu duplo sentido. O liberalismo original aceita, antes de mais nada, e até recomenda, a pluralidade de opiniões, dos costumes e das crenças. Mas também recomenda não confundir e não colidir as di-

ferentes lógicas de ação social. Recomenda separar as esferas. Não fundir ou confundir o legislativo, o executivo e o judiciário; o econômico, o político e o ideológico; o saber, o poder e o ter.

Esse princípio está na raiz do ideal democrático moderno. Enquanto tal, o liberalismo é, portanto, a condição de possibilidade das outras três ideologias políticas modernas. Era preciso, de fato, recusar-se a aceitar sem qualquer exame a lei divina, a lei dos reis e dos poderosos ou dos livros sagrados, a fim de abrir o terreno à inventividade política. O liberalismo original é, por isso, a ideologia política moderna por excelência. Mas o liberalismo, entendido de outra maneira, é também uma ideologia entre outras, da mesma categoria que as outras, desde o momento que ela reduz a oposição legítima à competição econômica e valoriza apenas o individualismo em detrimento da comum humanidade e da comum socialidade. Torna-se então *liberismo* (um liberalismo limitado unicamente ao Mercado), *libertarianismo* ou neoliberalismo. Um neoliberalismo que talvez seja o pior inimigo do liberalismo original, o liberalismo político.

As grandes religiões universais também trataram, é claro, desses quatro princípios, cada uma à sua maneira. Ao evocar, por exemplo, o amor ou a compaixão, elas honram o princípio da comum humanidade. Ao pregar a solidariedade e a partilha, elas respeitam o princípio da comum socialidade.

Ao mostrar os caminhos da salvação, da energia vital ou da libertação, elas permitem uma espécie de individuação. No entanto, uma vez que subordinam esses valores ao reconhecimento de uma realidade espiritual que transcende a subjetividade humana, elas frequentemente têm dificuldade de pensar a oposição criadora, a fecundidade da oposição controlada. Nesse ponto, a modernidade democrática rompeu com as religiões, insistindo igualmente no princípio de legítima individuação neste mundo – no aqui-embaixo.

Os discursos da modernidade democrática, como agora podemos ver, colocam dois conjuntos de problemas ainda não resolvidos e que não deixam de explicar o perturbador desinteresse que atravessa o ideal democrático hoje em todo o mundo. Por um lado, quando cada um desses discursos se ocupa muito exclusivamente de seu princípio central e ignora a importância dos outros, ele fracassa em alcançar o seu objetivo. Deixado a si mesmo, o ideal comunista de fraternidade, por exemplo, tende a degenerar em totalitarismo. Abandonado à sua própria sorte, o ideal socialista de solidariedade e de igualdade tende a se transformar em estatismo. O ideal anarquista se degrada em niilismo. O ideal liberal, por sua vez, degenera em economismo e em plutocracia. E, claro, essas diferentes formas de corrupção dos principais valores podem se combinar entre eles e engendrar ditaduras, burocracias, clientelismos mais ou menos mafiosos, caos, guerras

civis etc. O convivialismo, por sua vez, insiste na necessidade de reconhecer a interdependência dos quatro princípios. Ele propõe que eles devam ser bem moderados, equilibrados uns pelos outros. Somente combinando-os e articulando-os com o princípio de comum naturalidade podemos alcançar uma primeira superação das ideologias herdadas.

### **Por que um quinto princípio e um imperativo categórico?**

Por outro lado, a afirmação desses quatro princípios se revelou insuficiente para dimensionar plenamente a questão do convivialismo. Se agora parece necessário acrescentar o princípio da comum naturalidade e o meta-princípio do controle da *hubris* é porque colocam em evidência os dois pontos cegos das ideologias democráticas modernas. Todas elas, em graus diferentes, compartilham, com efeito, da mesma limitação. Porque postulam que os humanos são antes de qualquer coisa, senão exclusivamente, seres de necessidade, deduzem que a causa do conflito entre eles é a escassez material. Existe nisso, é claro, uma parte de verdade. Mas a necessidade é inseparável do desejo de reconhecimento. Podemos satisfazer todas as necessidades materiais de um bebê privado de sua mãe, mas se ele não receber também o amor, se não for reconhecido na sua singularidade, então morre ou não consegue se desenvolver.



A esperança de satisfazer todas as necessidades só pode vir acompanhada de decepção, porque a necessidade é sempre realimentada e reavivada pelo desejo. Se esse desejo não for satisfeito (por afeição, respeito ou estima) e, ao mesmo tempo, limitado por interdições que o impedem de se degenerar em *hubris*, então as necessidades se tornam insaciáveis, seja qual for o nível de riqueza atingido.

Porque reduzem o problema político à satisfação das necessidades e, principalmente, das necessidades materiais, os discursos clássicos da modernidade democrática se revelam constitutivamente incapazes de enfrentar o problema crucial da humanidade. Problema que é, ao mesmo tempo, psicológico e político, individual e coletivo. No plano coletivo, trata-se de saber como limitar o desejo de onipotência dos “Grandes”, “que desejam comandar e oprimir” (para dizer nos termos de Maquiavel), sendo a *hubris* inerente ao desejo humano quando nada é capaz de canalizá-la. A *hubris* dos Grandes pode desencadear, por mimetismo, a dos “Pequenos”, sua inveja, seu ciúme ou seu ressentimento.

Para satisfazer as necessidades tornadas insaciáveis devido à ilimitação do desejo, é preciso se tornar “senhor e possuidor da natureza”, isto é, deixar de estabelecer com ela uma relação de dom/contradom, relação na qual não podemos receber algo sem nada dar em troca, nem que seja simbolicamente. Mas a natureza tem seus limites clara-

mente alcançados nos dias de hoje. Ela já forneceu (ou melhor, nós tomamos dela) uma boa parte do que ela pode nos dar. Sem receber a atenção que merece, Gaia se vinga. Por isso, a necessidade de afirmar, pelo princípio de comum naturalidade, que nosso destino está ligado ao seu, que nós vivemos com ela em uma relação de interdependência, e que, ao esgotá-la, é a nossa própria sobrevivência que colocamos em grave perigo, como a ecologia política nos ensina há muito tempo. A ecologia política é o quinto discurso da modernidade, o mais recente. O mais precioso, talvez, mas que ainda carece de maior exame de sua relação com as outras ideologias herdadas.

O meta-princípio do controle da *hubris*, tão bem trazido à luz pelos Gregos antigos, formula o problema central que a humanidade deve agora enfrentar decisivamente. Se ela não encontra em nome de quê e como canalizar a potencial ilimitação do desejo, então terá dificuldades para sobreviver. O principal papel propriamente social e político das religiões foi justamente este: refrear o desejo de onipotência dos “Grandes” e dos “Pequenos”, tentando submeter uns e outros a uma Lei transcendente, à heteronomia, e fazendo-os vislumbrar esperanças de recompensa – para aqueles que resistem – ou temer as ameaças de castigo *pre* ou *post mortem* – para aqueles que se rendem.

O problema com os discursos da democracia

moderna é que não oferecem nenhuma barreira de contenção à ilimitação do desejo. A grandeza desses discursos residiu na promessa de emancipação, ou seja, na afirmação que a individuação, a subjetivação, o tornar-se sujeito, constituem possibilidades oferecidas a todos. Sim, eles dizem que é possível, necessário, desejável “sair do estado de minoridade”, da heteronomia e se libertar da dominação dos Grandes. Mas, no final das contas, esses discursos, na maioria das vezes, dificilmente pensam a emancipação a não ser como uma norma que equaliza a *hubris* dos Grandes e a reproduz mais ou menos, à maneira dos grandes ou dos pequenos, cada um em seu nível particular. De alguma forma, gostariam que, deixando de sermos servos, nos tornássemos, todos nós, senhores. Isso é hipoteticamente impossível e não resolve, de nenhuma maneira, o problema da *hubris*. Nem coletivamente nem individualmente.

Como, então, convencer os não-crentes, os descrentes, os “modernos” – sobretudo quando eles não creem mais nas “religiões seculares”, no comunismo, na República, no socialismo, no Progresso etc. –, a renunciar à *hubris*, ao desejo infantil de ser todo-poderoso, se eles não tem mais expectativa de nenhuma recompensa ou não temem nenhuma sanção imposta por uma força superior? Por que, em nome de quê, deveriam renunciar ao seu desejo de dominar, por sua vez, aqueles ou aquelas que possuem o poder de dominar? A resposta é que,

violando os princípios da comum humanidade, comum socialidade, comum naturalidade, legítima individuação para todos e oposição criadora, eles colocam em perigo a própria sobrevivência da humanidade e se expõem à cólera e ao desprezo de todos. Uma cólera e um opróbrio legítimos. Uma cólera justa, a qual é preciso evitar que, no entanto, se transforme em ódio e em ressentimento, sob pena de trocar uma *hubris* deletéria por uma *hubris* ainda mais devastadora.

No reino do neoliberalismo e do capitalismo rentista e especulativo, o único valor que subsiste é a riqueza mercantil. Não são considerados dignos de reconhecimento pelo pensamento dominante senão aqueles que ascendem ao poder que lhes confere o dinheiro. A confiança cede então lugar à desconfiança. Em uma sociedade convivalista, ao contrário, será reconhecido primordialmente o valor das ações que respeitam o princípio de comum humanidade, que contribuem para tornar as relações sociais mais harmoniosas, que preservam o meio ambiente e que são empregadas na arte, na ciência, na técnica, no esporte, na inventividade democrática, na convivalidade etc. O convivalismo é, antes de tudo, um movimento de inversão dos valores hoje dominantes e de invenção dos valores que fazem avançar a humanidade.

## IV

# Considerações morais, políticas, ecológicas e econômicas

Detalhemos *a minima* as considerações gerais desenvolvidas até agora para melhor evidenciar os profundos desafios do convivalismo.

### Considerações morais

É permitido a cada indivíduo: esperar ser reconhecido como tendo igual dignidade para com todos os outros seres humanos; ter acesso a condições materiais suficientes para realizar sua concepção de vida boa, respeitando as concepções dos outros; e buscar, dessa forma, ser reconhecido por eles, participando efetivamente, se assim o desejar, da vida política e da tomada de decisões que envolvem seu futuro e o da sua comunidade.

É proibido a cada indivíduo: cair na desmesura e no desejo infantil de onipotência (a *hubris* dos Gregos), em outras palavras, violar o princípio de comum humanidade e pôr em perigo a comum socialidade, com a intenção de pertencer a uma espécie superior que se apossa de modo monopolizador de uma quantidade de bens ou de uma parcela de poder tão grande que faz com que a existência social de todos seja comprometida.

Em termos concretos, é dever de cada um, de acordo com os meios e a coragem de que dispõe, lutar contra a corrupção e denunciá-la onde quer que dela se tenha conhecimento, mesmo que seja contra a opinião de seus superiores hierárquicos. A denúncia, muitas vezes dispendiosa e arriscada, se distingue da delação, por ser motivada apenas pela preocupação com o bem comum e não em vista de tirar vantagem e, menos ainda, em vista de acertar contas pessoais. É seu dever também não se deixar corromper e, portanto, se recusar a aceitar em troca de dinheiro (de poder ou de prestígio institucional) mentiras, trapaças, dissimulações ou práticas ilegais.

### Considerações políticas

É uma ilusão esperar a constituição de *um* Estado mundial em um futuro previsível. A forma de organização política dominante permanecerá por um longo período aquela *dos* Estados – sejam eles nacionais, plurinacionais, pré ou pós-nacionais – mesmo que se busquem novas formas políticas, na Europa especialmente, e mesmo que existam outros modos de ação política, notadamente via associações e ONGs. Na perspectiva convivialista, um Estado ou governo, ou uma instituição política nova, só podem ser considerados legítimos se:

- ❖ Respeitam os cinco princípios de comum naturalidade, de comum humanidade, de comum socialidade,

de individuação e de oposição criadora, e se facilitam a implementação das considerações morais, ecológicas e econômicas deles decorrente, observando o imperativo de domínio da *hubris*.

❖ Esses princípios se inscrevem no marco de uma universalização dos direitos civis e políticos, mas também econômicos, sociais, culturais, ambientais. Retomam e ampliam o espírito da declaração da Filadélfia (que em 1944 redefiniu os objetivos da Organização Internacional do Trabalho), cujo artigo II estipulava que “todos os seres humanos, independentemente de raça, credo ou sexo, têm o direito de perseguir seu progresso material e seu desenvolvimento espiritual, tendo liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades”. A boa política é uma política da dignidade.

❖ Mais especificamente, só são considerados legítimos os Estados que garantem a seus cidadãos mais pobres um mínimo de recursos, uma *renda básica*, qualquer que seja a sua forma, uma renda que os mantenha a salvo da abjeção da miséria; e que, por outro lado, progressivamente, proibem os mais ricos, via instauração *de uma renda e um patrimônio máximos*, de cair na abjeção da extrema riqueza, excedendo um nível que tornaria os princípios de comum humanidade e de comum socialidade inoperantes. Esse nível pode ser relativamente elevado, mas não ultrapassa o que implica o senso de decência comum (*common decency*), a apreciação compartilhada pelo maior número de pessoas do que pode ser feito ou do que, pelo contrário, não se deve fazer.

❖ Zelam pelo justo equilíbrio entre bens e interesses privados, comuns, coletivos e públicos, recuperando especialmente uma capacidade de ação face às grandes empresas supranacionais que tendem a contornar suas leis.

❖ Favorecem, a montante e a jusante do Estado e do Mercado, a multiplicação das atividades comunitárias e associativas, constitutivas de uma sociedade civil mundial em que o princípio de autogoverno encontra seus direitos em uma pluralidade de espaços de engajamento cívico, aquém e além dos Estados e das nações.

❖ Reconhecem nas múltiplas redes digitais – sob a condição de que sejam reguladas –, dentre as quais a Internet é uma das principais, mas não a única, uma formidável ferramenta de democratização da sociedade e de invenção de soluções que nem o Mercado, nem o Estado foram capazes de produzir. Tratando-as como bens comuns, eles a promovem por meio de uma política de abertura, de livre acesso, de neutralidade e de compartilhamento.

❖ Ao aplicar uma política de preservação dos bens comuns herdados e de incentivo à emergência, à consolidação e à ampliação de novos bens comuns da humanidade, eles renovam fortemente o antigo legado dos serviços públicos.

## Considerações ecológicas

Os humanos não podem mais se considerar donos e senhores da Natureza, supondo ter o direito



de extrair sem limites tudo o que ela guarda. Longe de se opor à Natureza, da qual fazem parte, eles devem estabelecer com ela, ao menos metaforicamente, uma relação de dom/contradom. A fim de favorecer uma justiça ecológica no presente e legar às gerações futuras um patrimônio natural preservado, eles devem, portanto, devolver à Natureza tanto ou mais do que dela retira ou recebe.

❖ O nível de prosperidade material que pode ser universalizado em escala planetária é aproximadamente aquele que os países mais ricos desfrutavam em média por volta de 1970, desde que o obtenhamos com as técnicas produtivas de hoje. Como não pode ser exigido o mesmo esforço ecológico dos países que mais extraíram da Natureza durante séculos e dos países que começaram somente agora a fazê-lo, aos mais ricos e aos mais pobres, cabe aos países mais opulentos assegurar que suas extrações da Natureza diminuam constantemente em relação aos padrões dos anos de 1970. Se quiserem preservar sua qualidade de vida atual, o progresso das técnicas deve ser prioritariamente consagrado a esse objetivo, a fim de reduzir significativamente o consumo predatório.

❖ A prioridade absoluta é a redução das emissões de CO<sub>2</sub> e o recurso prioritário a energias renováveis alternativas tanto à energia nuclear quanto aos combustíveis fósseis.

❖ Os números relativos ao crescimento do PIB não poderão mais ser apresentados sem se fazer acompanhar de, no mínimo, um índice de diminuição de emissão de

CO<sub>2</sub> e de consumo das energias fósseis, haliêuticas e minerais. Em termos mais gerais, é preciso avançar na contabilidade bio-eco-compatível, como parte de uma necessária revisão dos sistemas de normas contabilísticas em vigor.

❖ A relação de dom/contradom e de interdependência deve se exercer especialmente com os animais, que precisam deixar de ser considerados como material industrial. E, de modo geral, com a Terra.

### Considerações econômicas

Não há correlação comprovada entre riqueza monetária ou material, de um lado, e felicidade ou bem-estar, de outro. O estado ecológico do planeta torna necessário buscar todas as formas possíveis de prosperidade sem crescimento. É necessário para isso, em uma perspectiva de economia plural, instaurar um equilíbrio entre Mercado, economia pública e economia não mercantil e não monetária (economia chamada de terceiro-setor, economia social e solidária, economia do comum ou dos comuns, ou ainda a “economia moral” que desempenha um papel essencial na família e nas associações), a depender se os bens ou os serviços a serem produzidos são individuais, coletivos, comuns ou privados.

❖ O Mercado e a busca por uma rentabilidade monetária são plenamente legítimos desde que respeitem - nomeadamente via direitos (sociais e) sindicais - os

postulados de comum humanidade e de comum socialidade, e que estejam em coerência com as considerações ecológicas precedentes.

❖ A prioridade é lutar contra as derivas rentistas e especulativas da economia financeira, que são a principal causa da desmedida e desmesura capitalista atual. Isso implica em impedir a dissociação entre economia real e economia financeira, regulando de perto a atividade bancária e os mercados financeiros e de matérias-primas, limitando o tamanho dos bancos e pondo fim aos paraísos fiscais.

❖ Assim se tornará possível o verdadeiro desenvolvimento de todas as riquezas humanas, que estão bem longe de se reduzirem unicamente à riqueza econômica, material ou monetária. A riqueza efetiva passa pelo sentido do dever cumprido, da solidariedade ou do jogo; por todas as formas de criatividade artística, técnica, científica, literária, teórica, desportiva etc. Em uma palavra, ela é inerente a uma forma ou outra de gratuidade ou criatividade e à relação com os outros.



## V

# Aprofundamento ou autodestruição da democracia?

O paradoxo central de nossos tempos é, sem dúvida, o seguinte. Nossa época pode ser vista, de fato, como aquela em que o princípio democrático começa a triunfar plenamente, bem como uma época em que sua autodestruição se torna possível.

A democracia moderna repousa sobre a premissa da igualdade, em princípio, de todos com todos, de sua comum humanidade. No entanto, essa igualdade e essa comum humanidade se afirmam e se reivindicam hoje com uma força nunca antes igualada e quase inimaginável até recentemente. A preeminência do pensamento ocidental e do tipo de universalismo que formulou é posta em questão em nome da igualdade entre culturas e, mais concretamente, entre antigos colonizados e antigos colonizadores ou entre as “raças”. De forma emelhante, ou ainda mais poderosa, existe uma tendência irresistível que exige uma igualdade não apenas entre os homens e as mulheres, mas também entre as orientações sexuais ou entre os gêneros. E essa reivindicação de igualdade se estende agora ao mundo animal em nome do anti-especismo e da comum naturalidade.

Mas, por outro lado, os regimes políticos que reivindicam a democracia moderna e representativa, desde sua invenção, há um ou dois séculos, nunca estiveram tão desacreditados, como se, na falta de sustentar ou de poder sustentar sua promessa de emancipação geral, estivessem fadados a dar lugar a regimes autoritários que muito rapidamente infringem as exigências de democracia que os levaram ao poder. Isso faz com que, quanto mais exigimos democracia, mais ela parece se distanciar.

### Por que valorizar a democracia e qual?

Hoje, o primeiro problema que se coloca de maneira aguda é saber se ainda é em nome de um ideal democrático que devemos travar as batalhas atuais. Uma sociedade convivialista deve ser necessariamente uma sociedade democrática? Se a resposta afirmativa se revelava evidente em 2013, quando o **Primeiro Manifesto Convivialista** foi publicado, hoje é forçoso constatar que o modelo democrático de governo está em crise em todos os lugares. A democracia está não só em constante regressão no mundo, dando lugar cada vez mais a regimes ditatoriais ou, na melhor das hipóteses (ou menos pior), a democracias ditas liberais ou a “democraturas”, como, ainda mais alarmante, fala cada vez menos aos jovens nos países ocidentais. Agora, a palavra soa vazia. Não é mais portadora de esperança. Não “acreditamos” mais nela.

No entanto, vemos claramente que todas as revoltas e todas as insurgências populares se desencadeiam em nome de valores democráticos. A todo o momento e em toda a parte, as pessoas se insurgem contra o monopólio do poder por uma casta ou família, contra a corrupção, contra as fortunas insolentes e as desigualdades gritantes, contra as prisões arbitrárias, a violência policial e a tortura. Reivindicam liberdade de opinião, liberdade de imprensa, pluralismo partidário e eleições realmente livres e transparentes. A democracia aparece, portanto, como o único meio de garantir uma comum humanidade e uma comum socialidade e de permitir a legítima individuação de todos no contexto de oposições controladas. Em suma, lá onde a democracia não existe, só a ela aspiramos. Lá onde ela parece estabelecida, onde as eleições não são fraudadas, onde existe um verdadeiro pluralismo de partidos e da imprensa, aderimos cada vez menos a ela. As razões desse descontentamento com a democracia são múltiplas.

❖ Em escala internacional, os valores democráticos tornam-se evidentemente suspeitos por terem sido e ainda serem sustentados pelos países ricos ocidentais que colonizaram e dominaram a terra inteira. Eles parecem indissociáveis de uma vontade de hegemonia. Por trás das proclamações virtuosas, percebemos interesses inconfessáveis. A pretensão de impor a democracia por meio de intervenções armadas contribuiu muito para seu descrédito.

❖ Mesmo no seio dos países ocidentais, a subordinação do jogo democrático à lógica neoliberal, ou seja, a do capitalismo rentista e especulativo gerou um esvaziamento de sentido. De que adianta votar se *there is no alternative*, se a profissionalização crescente das mulheres e dos homens políticos os torna cada vez mais estranhos aos seus eleitores e se o funcionamento da democracia só beneficia, por fim, os 10% mais ricos e favorece o enriquecimento vertiginoso de 1%, de 0,1% ou, mais ainda, de 0,001%?

❖ A globalização neoliberal, por outro lado, dilacera sociedades e comunidades políticas. A definição mais conhecida da democracia é aquela de Abraham Lincoln: “O governo do povo, pelo povo, para o povo”. Mas o que é um povo? O conjunto dos que partilham uma mesma origem, uma mesma língua, uma mesma tradição, uma mesma religião? Aqueles que pertencem a uma mesma comunidade política? Aqueles de baixo em oposição aos de cima? Certo é que agora, quase em todas as partes, sociedades e comunidades políticas, mesmo as mais antigas, tendem a se fragmentar em quatro blocos de populações que cada vez mais se ignoram: os globalizados, aqueles que gozam da globalização de uma maneira ou de outra (nacionais ou estrangeiros); os incluídos, aqueles cuja situação e rendimentos estão mais ou menos garantidos; os precários, aqueles cuja situação e rendimentos são incertos; os excluídos, aqueles que (frequentemente de origem imigrante ou pertencendo a culturas ou religiões minoritárias e depreciadas) não somente têm dificuldade em encontrar um emprego, mas



que são, além disso, vítimas de um estigma específico. Impossível honrar o princípio de comum socialidade nessas bases.

❖ O fosso crescente entre esses quatro blocos de populações se explica pela dinâmica do mercado mundial que deforma radicalmente as referências herdadas de espaço e tempo. Para permanecer simplesmente no mesmo lugar e conservar sua situação social e seus rendimentos, é preciso fazer tudo sempre o mais rápido possível. Para não voltar para trás, é preciso acelerar sem parar. Simetricamente, a depender dos modos de transporte existentes e da penetração da Internet, o mais longe pode ser o mais próximo, de modo que a própria ideia de um lar ou de uma interação perde, a cada dia, um pouco mais de consistência.

❖ Essa fratura do espaço social, combinada às leis do mercado, da aceleração e da desterritorialização, arruína o sentimento de comum socialidade. Quando a isso se superpõem os antagonismos religiosos ou culturais, a situação se torna explosiva.

Convém acrescentar a todos esses fatores a fragilidade constitutiva da democracia, sua relativa indeterminação e o que poderíamos chamar de tendência à *hubris* democrática.

❖ A democracia é um regime frágil, tão difícil de instaurar quanto rápido de se perder. Difícil de instaurar: os múltiplos exemplos de insurreições ou de revoltas que desembocam em governos militares ou ditatoriais ainda mais ferozes do que os derrubados estão aí para

atestar. Eles mostram que a democracia muito dificilmente pode se auto-engendrar. Sem considerar os exemplos de eleições tendo “democraticamente” promovido ditadores, cujo único objetivo era acabar com a democracia. O caso mais célebre continua a ser o da chegada de Hitler ao poder. A existência de eleições, mesmo que inicialmente livres, não garante a solidez e a perenidade da democracia se os valores dominantes em uma sociedade, em um determinado momento, não forem eles próprios democráticos.

❖ Os chamados regimes democráticos repousam hoje sobre dois princípios, cujo casamento é ainda incerto. O primeiro princípio, o princípio liberal no sentido amplo e primordial do termo, é aquele do pluralismo e do livre debate. Assume que os perdedores reconhecem sua derrota e que os vencedores aceitam que seu poder possa ser posto em questão. E também, mais fundamentalmente, como ninguém tem certeza absoluta de ter razão, todos estão abertos ao debate. O segundo princípio propõe que o poder não pode preceder senão do povo. Mas o povo é, em grande medida, inalcançável. Ele só existe representado, o que dá a seus “representantes” toda licença para substituí-lo.

❖ Por último, a dinâmica democrática, a aspiração geral à igualdade das condições, comporta um risco de *hubris*, a partir do momento que ela não é moderada por uma preocupação com o bem comum. Todos, por medo de serem dominados, querem afirmar sua própria superioridade. Cada grupo ou mesmo cada indivíduo faz

reivindicações particulares em nome da democracia e pretendem obter novos direitos para si sem se preocupar com a obrigação de defender a democracia enquanto tal. A parte, ou mesmo a parcela, se toma pelo todo. Vemos assim democracias se desenvolverem sem democratas, e tanto mais quanto cada grupo em particular, fechado na esfera de seus interesses e de suas reivindicações particulares, só quer ouvir informações ou ideias que seguem em sua própria direção. A rigor, não faz mais sentido falar propriamente em opinião pública e espaço público, mas em uma miríade de espaços públicos-privados que já não se comunicam mais. Ou melhor, se ignoram.

### **Rumo a uma democracia convivalista**

Como vemos, são várias as razões para não mais acreditar na democracia. Talvez seja preciso encontrar outra palavra para designar o bom regime político a ser construído. Na falta de outro nome, é forçoso continuar a dizer com Churchill que a democracia, ainda hoje, é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros. O convivalismo aposta que somente uma democracia convivalista pode ser plenamente democrática. O princípio de legítima individuação oferece a cada um a possibilidade de ser reconhecido em sua singularidade, desde que joguem o jogo da oposição controlada. Ao considerar fora da lei tanto a miséria quanto a extrema riqueza, os princípios de comum humanidade e de comum socialidade impedem as derivas oligárquicas e plutocráticas.

O bom funcionamento de uma democracia convivencialista pressupõe, no mínimo, o cumprimento de cinco pontos:

❖ A realização efetiva do princípio de subsidiariedade: somente o que não pode ser feito ou decidido no nível hierárquico mais baixo e mais local deve ser feito ou decidido nos níveis hierarquicamente superiores.

❖ Uma articulação sistemática entre democracia representativa, democracia participativa e direta, e democracia de opinião (ou deliberativa). A democracia participativa (a consulta aos cidadãos sobre todas as decisões importantes) só pode ser efetiva se ela for a mais direta possível, dito de outro modo, se for amplamente baseada no sorteio. Mas a opinião dos cidadãos sorteados só tem sentido se ela se segue, como no modelo de conferências de consenso, da escuta de especialistas com visões variadas e opostas. E se for realmente levada em consideração. Se os órgãos executivos eleitos não considerarem o parecer apresentado pelas instâncias sorteadas, é preciso que essas instâncias tenham o poder de submeter sua proposta ao voto dos cidadãos interessados.

❖ O estabelecimento dos fatos. Existem vários debates filosóficos necessários sobre a própria ideia de verdade, realidade ou objetividade. Mas nenhum deles chegou a conclusão de que alguém tem o direito de dizer que é noite quando é dia ou de reter e de fazer passar por verdade unicamente o que está de acordo com o seu interesse imediato. O estilhaçamento das sociedades em blocos populacionais que se ignoram mutuamente

(quando não se odeiam), reforçado pela multiplicação dos canais de informação, muitas vezes manipulados, resulta na multiplicação das notícias falsas que tornam o debate democrático cada vez mais problemático. Pode haver várias interpretações dos mesmos fatos, mas ainda é preciso que elas sejam estabelecidas da forma mais objetiva possível, livres de qualquer espírito partidário. É vital, portanto, que haja numerosos institutos públicos compostos de pesquisadores acima de qualquer suspeita dedicados a estabelecer dados factuais necessários (sobre a eficácia dos medicamentos, os malefícios de certos produtos, as desigualdades, as condições do solo ou dos rios, o clima etc.). E que existam também mídias públicas dedicadas à difusão desses dados. Eles não serão, sem dúvidas, os mais divertidos (embora, por que não?) e nem os mais consultados, mas sua existência é indispensável.

❖ Em uma democracia, por pressuposto, o fundamento do poder é considerado imanente. Ele repousa sobre o contrato social e sobre uma aposta de confiança mútua, mesmo que, em certos países, esse contrato seja realizado “perante Deus” (no Canadá, por exemplo). Qualquer que seja o estatuto jurídico da relação entre religião e Estado, este último é independente das autoridades e das normas religiosas. A cidadania não é uma questão de religião e todos os cidadãos são formalmente iguais, sejam lá quais forem suas religiões e suas crenças. O Estado garante a liberdade de religião e credo, bem como o livre exercício de cultos.

❖ Enfim, uma democracia só pode ser viva e fecunda entre aqueles cujo desejo de estar lá e de estar juntos prevalece sobre o desejo de estar em outra parte e com outros. Ou seja, somente entre aqueles que têm vontade de dar, de se doar aos outros e de receber deles. Esse é o cerne do princípio de comum socialidade. As fronteiras desse “ser em conjunto” são, em grande parte, ditadas pela história, pelo passado que aceitamos assumir em conjunto para construir um futuro comum. O quadro imaginário no qual se desenvolveram as democracias modernas é o da nação. Ainda está vivo, mas não pode, diante de todas as evidências, continuar a se basear em sua ficção constitutiva primária, isto é, na ideia de que os membros da nação têm ou deveriam ter, real ou simbolicamente, uma mesma origem étnica, um mesmo nascimento (a *natio*), uma mesma língua, uma mesma religião, ou, na falta disso, ao menos os mesmos valores e as mesmas crenças. O problema que se coloca a todos os países atualmente é saber como preservar, sobre uma base multiétnica e multicultural, a aspiração à solidariedade que até ontem se exercia no contexto de uma nação supostamente mono-étnica ou mono-cultural. Aí está posta a questão do grau de compatibilidade entre valores últimos e diferentes crenças (ou descrenças). É a questão do pluriversalismo.

### **Pluriversalismo e coexistência de culturas**

○ convivialismo provavelmente só ajudará a evitar as catástrofes que ameaçam todos os povos

da Terra se, com efeito, fizer sentido para todos eles. Ou seja, se for capaz de ter um alcance universal. O convivalismo deve ser visto, então, como um universalismo? Isso seria, sem dúvida, perigoso. Foi em nome de valores supostamente universais, em nome do universalismo, em nome também da Ciência e da Razão que o Ocidente colonizou ou assegurou sua dominação sobre o planeta inteiro. Reivindicar o universalismo é, portanto, correr o risco de ser imediatamente associado a uma forma ou outra de imperialismo. Mas, simetricamente, afirmar a singularidade irreduzível das culturas, a sua incomensurabilidade, é condenar inevitavelmente ao fracasso todo projeto ético e político (*largo sensu*) de amplitude global. No entanto, é disso que precisamos imperativamente.

❖ É indispensável, portanto, escapar à falsa alternativa entre universalismo e comunitarismo. Todo universalismo é falho porque, por essência, ele carece de singularidades e particularidades, ele as esmaga. Em contrapartida, os comunitarismos particularistas se abstêm de divisar a base do pensamento comum a toda humanidade sobre a qual somente assim sua particularidade faz sentido.

❖ Afirmar a incomensurabilidade das culturas ou das religiões – que são, muitas vezes, suas matrizes – é não ver que, longe de terem uma identidade única e fixa definitivamente, de serem homogêneas e compactas como se fossem substâncias fechadas sobre si mesmas

absolutamente – elas são intrinsecamente plurais. Cada uma delas é portadora de múltiplas possibilidades. A questão que hoje se coloca é saber quais dessas possibilidades cada uma deve atualizar e privilegiar a fim de contribuir para a sobrevivência moral e física da humanidade.

❖ Há muitos valores que são comuns a todas as culturas, desde o momento que elas escolhem pensar do ponto de vista da humanidade em geral ou, em todo caso, do ponto de vista de uma humanidade mais ampla possível, e não de uma humanidade mais particular. Mas cada uma delas formula esses valores com sua própria linguagem, tanto assim que o universal ético e político (*largo sensu*) que o convivalismo pretende afirmar nos termos mais gerais possíveis (e, por isso, partilháveis) assume sempre formas particulares e plurais. O universalismo verdadeiro não é, portanto, um universalismo, mas sim um pluriversalismo.

❖ O fato desses valores não serem nunca exprimíveis em uma só linguagem, nos termos de uma só cultura, é uma riqueza. Cada uma faz com que as outras vejam aquilo que elas não vêem ou vêem mal.

❖ Cada cultura, à sua maneira, declara os princípios do convivalismo quando escolhe pensar do ponto de vista da mais ampla humanidade, ainda que muitas vezes de forma um pouco truncada. Todas, em graus diferentes, admitem o princípio da comum humanidade (mesmo que nem sempre sem reservas), todas valorizam a comum socialidade (mesmo que, muitas vezes, valori-



zem também as hierarquias). Todas asseguram um lugar para a individuação e se esforçam para controlar as oposições, embora tenham frequentemente dificuldades em reconhecer nestas sua potencial fecundidade.

Digamos isso de outra maneira. Tradições religiosas e tradições culturais estão muitas vezes estreitamente entrelaçadas. O papel das religiões é, por natureza, ambivalente. Fornece uma identidade a coletivos, ao mesmo tempo em que contém a violência, nos dois sentidos do termo conter. As religiões atribuem limites para a violência entre os seres humanos e até visam, em princípio, erradicá-la, mas essa violência está também em seu seio. Quando as religiões privilegiam sua função identitária e a confrontam com a função identitária de outra religião, elas liberam a violência que continham e a exacerbam, às vezes até o paroxismo.

❖ Mas - como efeito da dinâmica democrática -, as mais altas autoridades religiosas atuais, católicas, islâmicas ou budistas etc. concordam em proclamar que “Deus (ou Allah etc.), que criou todos os seres humanos iguais em direitos, deveres e dignidade, os chamou a coexistir como irmãos entre si, para povoar a terra e espalhar os valores do bem, da caridade e da paz. Também proibiu matar e afirmou que quem mata uma pessoa é como se tivesse matado toda a humanidade e que quem salva uma é como se tivesse salvado a humanidade inteira”. As mesmas autoridades especificam que “as religiões jamais incitam à guerra e não evocam sentimentos de ódio, de hostilidade, de extremismo, nem convidam à

violência ou ao derramamento de sangue”.<sup>1</sup> Difícil encontrar afirmação mais forte da comum humanidade.

❖ Cada vez mais, o problema hoje não é tanto de reger a coexistência entre religiões ou culturas que habitam espaços diferentes, mas entre aquelas que coabitam um mesmo espaço. Isso, naturalmente, só é possível se as religiões ou as culturas chamadas a coexistir, reconhecendo sua própria incompletude, concordarem em dar aos indivíduos a liberdade de escolherem suas crenças. Essa liberdade é proclamada pelas mesmas autoridades religiosas: “A liberdade é um direito de todas as pessoas: todas elas gozam de liberdade de crença, pensamento, expressão e ação. O pluralismo e a diversidade de religião, cor, sexo, raça e idioma constituem uma sábia vontade divina, pela qual Deus (ou Allah...) criou os seres humanos. [...] Por isso, é condenável constranger as pessoas a aderir a uma determinada religião ou a uma determinada cultura, bem como impor um estilo de civilização que os outros não aceitam”.<sup>2</sup> Bela aceitação dos princípios democráticos.

❖ Mas seria uma ilusão acreditar que no seio de uma determinada comunidade política, definida por certa visão de futuro, mas também por certa relação com seu passado, todas as tradições religiosas ou culturais possam ter rigorosamente o mesmo estatuto. As tradi-

---

<sup>1</sup> Retomamos aqui os próprios termos da declaração *Fraternidade humana. Para a paz mundial e a coexistência comum*, co-assinada em 4 de fevereiro de 2019 pelo papa Francisco, em nome dos cristãos do Ocidente e do Oriente e pelo grande imã de Al-Azhar (Egito), Ahmed Al-Tayeb, em nome dos mulçumanos do Oriente e do Ocidente. Não há dúvida de que Dalai-lama ou outras autoridades religiosas budistas etc pudessem se associar a essa proposta.

<sup>2</sup> Ibid.

ções mais antigas, mais difundidas indubitavelmente e mais estreitamente ligadas à identidade de uma dada comunidade política desempenham, em certa medida, o papel de hospedeira que acolhe, enquanto as outras, o de hóspedes acolhidas. O dever da cultura acolhedora é esquecer o máximo possível que é a hospedeira, afim de não se prevalecer disso, e o das culturas acolhidas, jamais esquecê-lo.

❖ Uma comunidade política convivalista é aquela que se abre à máxima diversidade cultural compatível com a manutenção de sua unidade. Uma unidade tão preciosa quanto mais ela permite, justamente, a manifestação não conflituosa dessa diversidade cultural.

### **Reequilibrar as relações homens/mulheres**

Cada cultura define quem deve dar o que e a quem, receber o que de quem, de qual maneira, em que ocasiões etc. O sistema primário de dons que rege as relações de vida e de morte estipula o que os homens devem às mulheres, e vice-versa. Tradicionalmente, na maioria das vezes, as mulheres davam e se doavam à vida, os homens, à morte. Quase universalmente os homens, pelo menos durante milênios, exerceram o domínio social e político sobre as mulheres, mais ou menos compensado, conforme o caso (às vezes muito claramente, várias vezes muito pouco), pelo domínio exercido pelas mulheres no espaço doméstico, nos nascimentos e nos fale-

cimentos. O mais comum é que os dons concedidos pelas mulheres nessas ocasiões não sejam reconhecidos como dons, mas vistos como meros fatos da natureza ou como resultado de obrigações. Seja como for, esse sistema patriarcal se tornou cada vez mais insuportável para as mulheres (e para muitos homens) nos países democráticos mais prósperos, onde ele já não tem mais nenhuma necessidade ou significação econômica. O ideal da igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os âmbitos se impõe agora como evidente.

❖ A questão de saber o que os dois sexos devem reciprocamente um ao outro está no cerne da diversidade cultural e, por isso, esse ideal de estrita igualdade não será imposto, no entanto, em todos os lugares e no mesmo ritmo facilmente. Em muitos países de tradição cultural patriarcal, as mulheres escolhem e escolherão, elas próprias, preservar parte do seu papel tradicional para apoiar a luta contra o imperialismo ocidental quando ele se implanta sob o pretexto dos direitos dos homens... e da mulher.

❖ Somente uma democracia que se tornou convivalista e, portanto, pluriversal e não imperialista será capaz de superar essa tensão.

❖ Mas o sentido geral da evolução não é misterioso. As autoridades religiosas já citadas a declaram da seguinte maneira: “É absolutamente indispensável reconhecer o direito da mulher à instrução, ao trabalho, ao exercício de seus direitos políticos. Ademais, devemos

trabalhar para liberá-la das pressões históricas e sociais contrárias aos princípios de sua fé e dignidade [...] Para isso, é preciso pôr fim a todas as práticas desumanas e aos costumes comuns que humilham a dignidade da mulher, e trabalhar para modificar as leis que impedem as mulheres de usufruir plenamente seus direitos”.

❖ Uma vez plenamente atingida essa igualdade de direitos (e os meios para exercê-los), cabe a todas e a todos decidir livremente o que para ela ou para ele se refere ao sexo ou ao gênero, à natureza ou à cultura, e o que é devido ao outro sexo ou ao outro gênero.

## **E os animais?**

Outra revolução antropológica está em curso atualmente, com consequências potencialmente consideráveis. Cada vez mais mulheres e homens sensíveis à comum naturalidade recusam o sofrimento infligido aos animais e denunciam tanto suas condições de criação quanto de abate. Elas são, de fato, insuportáveis. Devemos, portanto, buscar universalizar ou mesmo tornar obrigatórios o vegetarianismo ou o veganismo? Esse é um objetivo dificilmente realizável em curto ou médio prazo – tanto que comer carne sempre esteve associado à condição humana. Em contrapartida, em uma perspectiva convivalista, parece indispensável que tentemos a só consumir animais criados no contexto da criação tradicional, em uma relação de dom-contradom com os criadores (uns dando sua vida, ou-

tros oferecendo seus cuidados, e, muitas vezes, seu afeto) e tendo se beneficiado de liberdade, de uma vida ao ar livre, de condições sanitárias e de abate dignos. É prioritário fazer desaparecer as gigantes fazendas industriais que tratam os animais como se fossem apenas matéria e que são fontes de enorme poluição. Importante também garantir a rastreabilidade do que comemos. De qualquer forma, é indispensável reduzir significativamente o consumo de carne por uma humanidade que continua a aumentar em termos de emissões de metano, de quantidade de água necessária, de destruição dos ecossistemas e de quantidade de terra requisitada para criação de animais.

## VI

### Qual mundo pós-neoliberal?

O mais difícil, no intuito de tornar possível uma enorme mudança na opinião pública mundial, indispensável para desviar a trajetória que conduz provavelmente ao caos e à catástrofe, é propor um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que permita à maioria e, especialmente, aos mais modestos, mensurar o que temos a ganhar com um novo acordo, um *New Deal* convivalista, não só a médio e longo prazo, mas de imediato. A partir de amanhã. Não pode haver resposta absolutamente geral para essa questão. Muitas coisas dependem do contexto específico, histórico, geográfico, cultural, político etc. próprios a cada país, região ou conjunto suprarregional ou supranacional. Mas toda política convivalista concreta e aplicada deverá necessariamente levar em consideração:

❖ O imperativo da justiça e da luta contra a *hubris* que implica na reabsorção das desigualdades vertiginosas que explodiram em todos os lugares do mundo entre os mais ricos e o restante da população desde a década de 1970, de maneira a promover a instauração conjugada de uma renda mínima, de um lado, e de uma renda e um patrimônio máximo, de outro, a um ritmo mais ou menos rápido, de acordo com as circunstâncias locais.

❖ A preocupação de dar vida aos territórios e às localidades e, então, reterritorializar e realocar o que a mundialização externalizou em demasia. Só pode existir convivialismo na abertura aos outros, certamente (conforme o princípio de comum humanidade), mas também em uma relação interpessoal suficientemente sólida para que seja fonte de confiança e proximidade (conforme o princípio de comum socialidade).

❖ A absoluta necessidade de preservar o meio ambiente e os recursos naturais (conforme o princípio de comum naturalidade). Dar uma resposta a essa necessidade não deve ser visto como uma carga ou um fardo suplementar, mas, ao contrário, como uma formidável oportunidade de inventar novos modos de vida, de encontrar novas fontes de criatividade e de dinamizar novamente os territórios.

❖ A obrigação imperiosa de erradicar o desemprego e de oferecer a todos (conforme o princípio de legítima individuação) uma função e um papel reconhecidos entre as atividades úteis à sociedade. O desenvolvimento de políticas de reterritorialização e de luta contra os desafios ambientais contribuirá fortemente para isso. No entanto, essa política de redistribuição de empregos só poderá ganhar toda amplitude e ter efeitos potencialmente significativos se combinada com medidas de diminuição do tempo de trabalho e com forte incentivo à expansão da economia de tipo associativo ou comunitário. E ao desenvolvimento daquilo que chamamos hoje de o comum ou os comuns.



❖ A urgência (conforme o princípio de oposição criadora) de operar uma seleção radical entre os usos da Inteligência Artificial que contribuem para aumentar o potência de agir de todos e aqueles que, ao contrário, servem apenas para alimentar o desejo de onipotência, a *hubris* de alguns.

Esses objetivos são perfeitamente exequíveis. Eles pressupõem a seguinte série de medidas.

### **Medidas gerais. Rumo a mais justiça**

Uma sociedade convivalista luta contra as desigualdades abusivas. Contribui para a erradicação dos paraísos fiscais, declarando ilegal e punindo severamente a criação de sociedades de fachada. Determina um teto para o rendimento que uma pessoa pode auferir de seu trabalho em comparação aos outros empregados da mesma empresa. Ninguém pode legitimamente ter a pretensão de merecer cem vezes mais (em salário e em ações) do que o salário mais baixo de sua empresa.

De início, um projeto político convivalista deveria, no mínimo, *mutadis mutandis* e, como exemplo, combinar os três tipos de medidas preconizadas em 2019 pelos principais pré-candidatos à nomeação presidencial pelo partido democrata nos Estados Unidos:

❖ Alinhar o imposto sobre o capital (atualmente em 23,8%) com o imposto sobre o trabalho (37%) e taxar em 70% os rendimentos superiores a 10 milhões de dólares (lembrete: em 1944, a taxa marginal de imposto era de 94%, e ainda, em 1965, era de 70%); taxar em 2% as fortunas superiores a 50 milhões de dólares (e em 3% as superiores a bilhão); taxar as heranças superiores a 3,5 milhões de dólares – em 45% até 10 milhões, 77% acima do bilhão. A combinação desses três tipos de medidas relativas ao rendimento, ao patrimônio e à herança (que afeta, respectivamente, 16.000, 75.000 e 8.000 famílias) corresponderia a quase 4 trilhões de dólares em dez anos.<sup>1</sup> Transposta à escala de um país como a França, essa política fiscal representaria, mantido tudo igual, um décimo desse montante, ou seja, 40 bilhões por ano.

❖ No outro extremo, a miséria deve ser declarada fora da lei. A sociedade convivalista põe em prática uma política fiscal universal, simples e transparente, para transferir automaticamente, a cada mês, um poder de compra mínimo para as famílias inseridas sem distorções entre os mais frágeis. Esse mecanismo fiscal – conhecido como “renda universal” – deve ser ajustado, de maneira que nunca seja obstáculo à participação de todos na vida econômica, inclusive, por meio de um trabalho remunerado. O olhar convivalista para com os mais pobres é, com efeito, o da fraternidade incondicio-

---

<sup>1</sup> O problema com qualquer projeto de aumento de imposto sobre a renda é que, se não for acompanhado de um controle efetivo da evasão fiscal e da abolição dos paraísos fiscais, são sobretudo esses últimos que se beneficiam, e com eles, o crime organizado. Para os Estados que se revelariam incapazes de impedir a evasão fiscal, a melhor política pode ser, sem dúvida, substituir o imposto sobre o rendimento pelo imposto sobre o patrimônio (uma taxa sobre o ativo líquido).

nal, acompanhado de um ouvido atento para escutá-los e de uma mão estendida para acolher suas contribuições específicas.

❖ Uma sociedade convivalista não tolera que uma fração considerável da população seja privada de qualquer emprego, enquanto que outra parte é submetida a um excesso de trabalho permanente, gerando angústia e esgotamento. O direito de trabalhar no horário escolhido, permitindo que todos recuperem o controle do tempo na sua vida para fazer florescer sua realização pessoal, implica uma nova relação com o tempo.

❖ Para lutar contra o capitalismo rentista e especulativo, uma sociedade convivalista introduz uma restrição à duração mínima da posse de ações, sendo as mais-valias mais incisivamente tributadas quanto mais rapidamente forem revendidas. No extremo, a venda num prazo de 24 horas ou menos dá origem a uma tributação sistemática de 100% da mais-valia ou ganho de capital eventualmente gerados. Isso desestimula totalmente as idas e vindas, sem qualquer lógica, de investimento em projetos realizados por empresas que se financiam no mercado de ações.

❖ Um dos melhores meios de lutar contra a evasão fiscal, especialmente por parte das multinacionais, é tributar seus lucros consolidados proporcionalmente ao volume de negócios realizados em cada país.

❖ Após mais de quarenta anos, vários países – quase todos, na verdade – foram submetidos à “lei dos mercados”, que os fizeram mergulhar em um círculo vicioso

deletério. Gastando mais do que suas receitas fiscais lhes permitiam, os Estados tiveram que contrair empréstimos e se curvar a normas drásticas de redução de salários, de aposentadorias e do nível de proteção social ou de saúde, o que levou a uma diminuição das receitas tributárias e a uma crescente incapacidade de pagar suas dívidas. Para saldá-las, foi preciso se endividar cada vez mais e pagar mais e mais juros, o que só fez agravar o problema, enriquecendo os mais ricos cada vez mais. Em face dessa situação explosiva, essa é a hora de ponderar sobre uma abolição das dívidas, com base, por exemplo, no modelo do jubileu próprio ao judaísmo antigo.<sup>1</sup> Ou, ao menos, organizar uma “reestruturação” mundial das dívidas, permitindo a cada Estado reembolsar as dívidas legítimas (aquelas que não foram impostas por uma relação de forças desigual) em função do crescimento de seu PIB.

## Uma sociedade ecologicamente responsável

Diante dos desafios e riscos climáticos e energéticos, é preciso ter no horizonte de 2040-2050 um objetivo “triplo zero”<sup>2</sup>:

❖ Zero de emissões líquidas de gás de efeito estufa (“neutralidade carbono”);

---

<sup>1</sup> Após sete períodos de sete anos, isto é, ao fim de cinquenta anos, as terras alienadas ou prometidas deveriam ser cedidas, as dívidas perdoadas e os escravos libertados.

<sup>2</sup> Esse objetivo pode parecer muito ambicioso ou mesmo utópico. No entanto, ele está baseado em cálculos muito precisos e detalhados realizados pela associação *négaWatt*, o grupo de especialistas mais reconhecido na França, ao menos à esquerda.

- ❖ Zero de consumo de combustíveis fósseis (o que implica abandonar o carvão, o petróleo e o gás fóssil);
- ❖ Zero de resíduos altamente tóxicos e de alto risco.<sup>1</sup>

Para isso, é necessário substituir as energias e as matérias extraídas do subsolo por energias e matérias provenientes do sol. A energia solar, em todas as suas formas – diretas (fotovoltaicas, térmicas) ou indiretas (eólicas, hídricas, biomassa) – deve substituir as energias extrativas fósseis (carvão, petróleo, gás fóssil) e fósseis (urânio). E as “matérias solares” criadas pela fotossíntese das plantas (os materiais de origem bio) devem ao mesmo tempo constituir o principal recurso para nossas construções e para uma carbo-bioquímica que substitua a atual petroquímica na fabricação de todos nossos objetos do dia-a-dia.

Essa dupla substituição (energia e matéria) do subsolo ao sol só é alcançável no âmbito de uma política energética fundada no uso adequado, na partilha, no não desperdício (a sobriedade) e na limitação das perdas em todos os níveis.

Será impossível edificar uma sociedade ecologicamente responsável sem repensar e remodelar profundamente o estatuto, as responsabilidades e a

---

<sup>1</sup> A maioria dos signatários deste manifesto é favorável a uma saída rápida da energia nuclear, mas uma minoria significativa considera que, dada a prioridade da luta contra a mudança climática e a complexidade técnica do problema energético, o debate deve permanecer em aberto. Isso também serve para as possibilidades abertas ao hidrogênio.

gestão das empresas. É, certamente, indispensável instaurar uma melhor partilha do poder entre empregados e acionistas. Mas isso não será suficiente para garantir que as empresas respeitem os direitos humanos fundamentais, reduzam as desigualdades, protejam o meio ambiente e a biodiversidade e lutem solidária e ativamente contra o perigo climático. É preciso agir na raiz do problema, modificando o direito das sociedades empresariais que, há 200 anos, constitui a base jurídica das empresas. Novos tipos de sociedades empresariais estão surgindo nos Estados Unidos. Uma lei francesa recente inscreve agora a responsabilidade social e ambiental na própria definição de gestão empresarial. Permite ainda que as empresas se dotem, para além do objetivo de lucro, de uma missão social e ambiental, cuja veracidade e boa execução deverão ser controladas pelo Estado. Resta agir de modo com que essas exceções, agora possíveis, se tornem a norma geral.

### **Pós-crescimento e desmercantilização**

Uma sociedade convivalista será necessariamente uma sociedade do pós-crescentismo. Isso significa que buscará uma prosperidade que não esteja subordinada unicamente ao crescimento indefinido do PIB. A chave para essa prosperidade no pós-crescimento é a *desmercantilização*. Por desmercantilização é preciso compreender todas as

formas de melhor satisfazer as necessidades com menos mercadorias e menos dinheiro.

Várias práticas mais ou menos recentes avançam neste sentido: economia social e solidária, produção colaborativa (da Wikipedia aos *Fab Labs*), plataformas de intercâmbio e de consumo colaborativo (sistema de trocas de serviços solidários<sup>1</sup>, redes de trocas recíprocas<sup>2</sup>, sistema de troca local<sup>3</sup> etc.), economia da funcionalidade (o modelo dos serviços de empréstimos de bicicletas), economia circular (reutilização, reciclagem etc.). Todas essas fórmulas se baseiam em combinações inéditas de recursos mercantis e de recursos não mercantis e não monetários. Seguem na direção de uma economia convivalista quando a motivação não monetária prevalece sobre as motivações mercantis e monetárias, como no caso das trocas livres ou entre pares (*peer-to-peer*), da autoprodução e da mutualização de bens, ao contrário do que nos propõe empresas tais como Uber ou Airbnb que, sob a fachada de uma economia de compartilhamento, apenas acenam com dimensões da gratuidade para melhor aumentar seus lucros.

---

<sup>1</sup> [N. T.] “*Accorderies*” é o termo utilizado em francês. Trata-se de um sistema de trocas de serviços solidários entre membros que geralmente moram no mesmo bairro ou região, tendo como objetivo lutar contra a pobreza e a precariedade, favorecer a diversidade social e despertar a consciência da capacidade de fazer.

<sup>2</sup> [N. T.] Essas redes são especificamente referidas em francês pela sigla RER (*Réseau d’Échanges Réciproques*).

<sup>3</sup> [N. T.] A referência, em francês, é feita pela sigla SEL (*Système d’Échange Local*). Trata-se de uma estrutura associativa organizada de tal maneira que seus membros possam estabelecer trocas multilaterais de bens ou serviços. Essas trocas são feitas por meio de uma moeda própria que, de modo geral, baseia-se no tempo. Entre seus objetivos principais estão favorecer trocas igualitárias e tecer laços sociais.

Entre as medidas a serem estimuladas para facilitar a desmercantilização, citamos:

- ❖ O prolongamento da vida útil das mercadorias via interdição da obsolescência programada e imposição regulamentar de normas técnicas que facilitem sua reparabilidade.

- ❖ A redução das necessidades monetárias das famílias e, em particular, as famílias com poucos recursos, graças a medidas tais como: a tarifação progressiva da água e da eletricidade; a organização de transportes e serviços coletivos que tornam possível uma vida sem carro ou facilita o compartilhamento de automóveis; o fornecimento gratuito de informações adequadas sobre o custo real de uso de bens e a maneira de reduzir suas despesas etc.

- ❖ A limitação drástica da publicidade (pelo menos, a interdição das formas mais intrusivas de publicidade não solicitada, no domicílio ou na internet).

- ❖ Uma política de arranjo/redução do tempo concebido para facilitar a diversificação da atividade, cujo objetivo explícito seria dar às pessoas mais tempo para participarem da vida social e da produção de bens comuns não monetários.

- ❖ Uma orientação sistemática da política de contratos públicos em favor da inovação ecológica e social (normas de concepção ecológica e social nas licitações etc).

Uma estratégia de desmercantilização terá ine-



vitavelmente um impacto negativo no desenvolvimento do mercado e, conseqüentemente, nas receitas fiscais e nos meios de ação do Estado. Diversas vias podem ser exploradas para responder a esse desafio. O pluralismo monetário é uma das mais frequentemente evocadas – por exemplo, sob a forma de uma moeda não convertível ou somente parcialmente convertível emitida pelo Estado – para financiar os bens e serviços essenciais e o comércio local. Na lógica sistêmica subjacente à ideia de desmercantilização, a resposta mais criativa consistiria, no entanto, em desmonetizar a própria ação pública, organizando em grande escala a participação voluntária dos cidadãos no funcionamento dos serviços públicos e na produção dos bens coletivos, o que supõe imaginar formas inovadoras de colaboração entre as administrações e a população. O estabelecimento de uma “reserva cidadã” no sistema nacional de educação<sup>1</sup>, por exemplo, mostra que não se trata de uma utopia.

## Desglobalização

Uma sociedade convivalista pós-crescentista dará início necessariamente a um processo de desglobalização e realocização das economias.

❖ No nível internacional, a globalização neoliberal

---

<sup>1</sup> Nota da tradutora: “*Réserve Citoyenne de l’Éducation nationale*” é um programa lançado pelo governo na França, em maio de 2015, que oferece aos cidadãos a possibilidade de participar do ambiente escolar, de forma voluntária, transmitindo os valores da República.

coloca os sistemas sociais e ecológicos em competição uns com outros, em particular, no âmbito da fiscalidade e dos direitos do homem, numa barganha em benefício do menor compromisso social, do menor encargo fiscal, da menor responsabilidade ecológica e do menor dever em relação à proteção dos direitos. Sociedades convivialistas rejeitarão acordos de liberalização do comércio impostos pelas multinacionais e os substituirão por acordos de cooperação internacional.

❖ Inspirados em um *princípio de subsidiariedade econômica* e em uma preocupação ecológica, esses acordos deverão permitir a todos os países satisfazer uma proporção significativa de suas necessidades por meio da produção local, enquanto hoje em dia todos produzem, exportam e importam os mesmos bens, aumentando o volume de mercadorias transportadas e a emissão de carbono. Na ausência de regulamentação negociada, a *taxa por quilômetro percorrido* pode garantir a redução desses fluxos “inúteis” e ecologicamente onerosos entre países industrializados.

❖ No nível local das comunidades de vida ou bacias de empregos, o comércio não precisa ser efetuado em uma moeda internacional, nem mesmo em uma moeda nacional. Pode se realizar por meio de *sistemas de trocas locais com moedas complementares*. Inúmeras experiências desse tipo existem na França, na Europa e no mundo. Elas permitem revitalizar a democracia a partir de baixo e criar laços e reciprocidade.

❖ De acordo com a mesma lógica de realocização,

é necessário e possível (re)conquistar uma soberania industrial de base e uma soberania alimentar. Soberania alimentar que pode se organizar, por exemplo, seguindo o modelo francês de Associações para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa (em francês: AMAP), que coloca os consumidores em relação direta e permanente com horticultores e pecuaristas, mas também com produtores de queijo, padeiros, fruticultores etc.

Na Europa, uma fragilidade adicional àquela conhecida por outras regiões do mundo se instaurou em razão da aceleração impensada de uma integração econômica e monetária que não foi acompanhada de nenhuma integração política e social. Essa dessincronização acabou levando vários países europeus, como um todo, a um estado de impotência e de angústia insuportável. Qualquer que seja a solução adotada, ela deverá absolutamente conjugar de novo, de uma forma ou de outra: a soberania monetária, a soberania política e a soberania social.

### **Controlar a *hubris* das tecnociências**

A contracultura americana dos anos de 1960 tinha a expectativa de que, com o computador pessoal, tivéssemos os meios para evitar o centralismo dos poderes estatais e estabelecer uma comunicação instruída entre comunidades livres. Esperava que, graças a ele, realizaríamos os valores de convivialidade, em oposição ao mundo do consumo

desenfreado. Todavia, as utopias tecnológicas mudaram de lado. Foram confiscadas pelo mundo das finanças e da indústria. Os sonhos que acompanhavam os visionários crescidos nas comunidades hippies ou em seu entorno esmoreceram. As mega-máquinas assumiram o controle e o mundo digital é agora objeto de truíste pelas GAFAMs californianas (Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft) e as BATXs chinesas (Baidu, Alibaba, Tencent, Xiaomi). Elas colonizaram os imaginários e concorrem hoje em dia para dar crédito às fantasias transhumanistas. A Inteligência Artificial tornou-se, assim, emblema de uma sociedade cujo funcionamento seria integralmente confiado a algoritmos e que sufocaria as liberdades, sob o pretexto de garantir a segurança ou de prolongar indefinidamente a sobrevivência biológica. Não nos resta quase nenhum valor de convivialidade no universo das tecnociências: o humano é tão pouco levado em conta pelas utopias tecnológicas quanto anunciado prontamente como supérfluo: supérfluo no mundo do trabalho, cuja maior parte das atividades será logo automatizada e executada por robôs; supérfluo na vida social, cujo controle neutralizará todas as iniciativas emancipatórias; supérfluo na perspectiva médica, que já se permite impor um ideal de humano aumentado ou incrementado (ou mesmo de um ser humano pós-humano); supérfluo no universo do direito, que se esforça agora em conceder personalidade jurídica às máquinas ditas inteligentes.

Tornou-se urgente resistir e compreender. Resistir à convulsão tecnológica, ao fascínio com a inovação, às supostas facilidades de uma sociedade líquida. Compreender a lógica dos dispositivos que nos são apresentados como irresistíveis – a que chamamos pelo acrônimo NBICs<sup>1</sup> e que apresentamos como guias obrigatórios das políticas de pesquisa modernas. Compreender também a ambivalência das biotecnologias que anunciam a era da saúde perfeita (quando não da imortalidade), bem como da fusão do humano com o robô (o ciborgue). As “tesouras moleculares” CRISPR-Cas09 revelam essa ambivalência: fazem antever as terapias genéticas (o “reparo”), suscitando ao mesmo tempo empreendimentos eugenistas (o “aumento”). Não é graças a elas que os chineses preveem identificar, desde logo, os genes associados aos quocientes intelectuais de melhor desempenho, a fim de copiá-los e importá-los para gametas ou embriões que dariam origem a populações superdotadas? O convivialismo não pode minimizar a dimensão da ruína moral e da alienação que hipoteca as ciências e as técnicas contemporâneas: a instrumentalização e a mercantilização dos corpos, o controle e a redução dos comportamentos ao elementar, acessível somente a máquinas, a retração da esfera da vida privada etc. Elas nos trazem, incontestavelmente, várias facilidades imediatas, mas todas essas facilidades con-

---

<sup>1</sup> Designa um campo científico multidisciplinar que se situa no cruzamento das nanotecnologias (N), biotecnologias (B), tecnologias de informação (I) e das ciências cognitivas (C).

sideradas em conjunto configuram um tipo de sociedade que não queremos. É preciso então querer regular as decisões de interesse geral e subtraí-las ao poder desses engenheiros, médicos, juristas ou políticos que dizem estar preparando um futuro que não terá mais o rosto do homem. A regulação convida as instâncias deliberativas dotadas de poder a intervir previamente na programação das pesquisas tecnocientíficas, capazes de impor e de organizar a informação e o debate público, baseadas na interação com estruturas consultivas. Essas instâncias emergirão da apropriação pelos cidadãos dos conhecimentos e das condições de avaliação ética de inovações, sendo orientados pela preocupação com a vida boa e não mais pela preocupação com o enriquecimento das esferas industriais e financeiras.

## Conclusão

Para edificar uma sociedade convivial universalizável, que vise garantir prosperidade, dignidade e bem-estar suficientes para todos, sem esperar um crescimento elevado e perpétuo – o que se tornou inviável e perigoso –, é preciso lutar contra todas as formas de ilimitação, desmedida e desmesura. O que está em jogo é considerável. A tarefa parece árdua e arriscada. Não é o caso de esconder que, para obtermos sucesso, é preciso enfrentar poderes enormes e temíveis, sejam eles financeiros, materiais, técnicos, científicos ou intelectuais, bem como militares ou criminosos.

Contra os poderes colossais e muitas vezes invisíveis ou ilocalizáveis, as duas armas principais serão inicialmente:

❖ *A indignação* sentida face à desmesura e à corrupção, e *a vergonha* que necessariamente deve pesar sobre aqueles que, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, violam os princípios de comum naturalidade, de comum humanidade e de comum socialidade. As práticas de *name and shame* e os apelos a boicotes podem se revelar muito eficazes se forem bem coordenados e conduzidos em nome de uma ideologia coerente que, por si só, é irrepreensível. Pensemos, por exemplo, no impacto do *#Me too*.

❖ *O sentimento de pertencimento a uma comunidade*

*humana mundial*. De sermos milhões, dezenas e centenas de milhões, ou mesmo, pouco a pouco, bilhões de indivíduos, de todos os países, línguas, culturas e religiões, de todas as condições sociais, travando o mesmo combate por um mundo plenamente humanizado. Para isso, será preciso que possam compartilhar um símbolo comum que os designe como lutando ao mesmo tempo pela preservação de nosso meio ambiente e contra a corrupção e a ilimitação. A palavra “convivialismo” se dispõe a ser esse símbolo. Ela esmaecerá por si mesma se um símbolo mais poderoso e mais expressivo for encontrado.

Nestas bases, será possível, aos que se reconhecem nos princípios do convivialismo, influenciar radicalmente o jogo político instituído e empregar toda criatividade para multiplicar as outras maneiras de viver, de produzir, de brincar, de amar, de pensar e de ensinar que já são buscadas. Convivialmente, graças a ações não violentas. Rivalizando, sem se odiarem nem se destruírem. Reconstruindo a confiança no futuro para aquelas e aqueles que a perderam há muito tempo. Em uma perspectiva ao mesmo tempo de reterritorialização e de relocalização, bem como de abertura à sociedade civil mundial associativista. Ela já está sendo edificada sob múltiplas formas, e notadamente, por meio de várias facetas da economia social e solidária ou dos comuns, de todas as formas de democracia participativa ou direta, na experiência de fóruns sociais mundiais etc.



Internet, novas tecnologias e ciência serão colocadas a serviço da edificação dessa sociedade civil tanto local como mundial. Ao mesmo tempo, solidamente enraizada e aberta à alteridade.

Assim ganha forma um novo progressismo, livre do economicismo, bem como do cientificismo, e da ideia preconcebida segundo a qual sempre mais quer dizer necessariamente sempre melhor.

Mas, obviamente, uma sociedade convivalista não se construirá por si mesma, sem múltiplos confrontos, por meio de um simples efeito da boa vontade de uma humanidade finalmente convertida a melhores sentimentos. Não será fácil decidirmos coletivamente nos auto-limitar e, especialmente, na esfera econômica. A tentação da *hubris* não é apanágio exclusivo dos mais ricos e dos mais poderosos. Está presente em todos os humanos, ativa ou potencialmente. Em uma sociedade convivalista, não se pode dizer que é “proibido proibir”. Para que cada um possa empregar seu desejo de ser reconhecido, exercendo-o nas atividades pró-sociais e no interesse pelo bem-comum, será necessário instituir todo um novo conjunto de normas, a começar por aquelas que proscrevem a busca do lucro por si mesmo e, portanto, a extrema riqueza que dela decorre, a riqueza que se acumula por *hubris* na recusa da comum naturalidade, da comum humanidade e da comum socialidade.

Como a norma social atualmente dominante, ao contrário, se baseia no apetite pelo lucro (*greed*), no culto de si e na indiferença em relação ao infortúnio dos outros, a instauração de novas normas convivalistas gerará necessariamente várias novas formas de delinquência que virão se adicionar a todas já existentes. Não poderemos ignorar então a questão do tipo de repressão e as formas de punição a serem adotadas. A regra geral será a da justiça restaurativa (isto é, de uma confrontação ordenada, face a face, entre os infratores e suas vítimas) e da prisão ou punição dedicadas não a aniquilar a subjetividade, como é o caso da maior parte dos sistemas penitenciários existentes, e sim, ao contrário, a permitir um verdadeiro trabalho de individuação.

Em termos gerais, uma sociedade convivalista será uma sociedade reflexiva e educativa. Não poderá surgir e durar se não der a indivíduos e grupos os meios para compreender melhor o que lhes motiva e para controlar as oposições resultantes da busca pelo reconhecimento que impulsiona todos. Ela será igualmente reparadora. Será preciso restaurar a autoconfiança e a segurança afetiva de todos aqueles cujas vidas foram mal conduzidas por crises econômicas, por isolamento e solidão, aos quais o modo de vida neoliberal induz, bem como pela miséria ou pelos massacres que levam a emigrar etc. Existe, aliás, nessas tarefas de cuidado (*care*), uma enorme fonte de empregos potenciais que dificilmente serão destronados pela Inteligência Artificial.

Mas, antes mesmo de qualquer abordagem educativa, o convivalismo aposta na mobilização de afetos e paixões. Nada se faz sem eles. Tanto o pior quanto o melhor. O pior é o apelo à morte, que alimenta as paixões totalitárias, sectárias e extremistas. O melhor é o desejo de construir em escala tanto planetária quanto local sociedades efetivamente democráticas, civilizadas e conviviais. A aspiração à realização de todas as promessas do presente, que precisam se tornar palpáveis e serem compartilhadas por todos.

Para simbolizar e incarnar a unidade do convivalismo, para se pronunciar, com autoridade e ressonância midiática suficientes, sobre as múltiplas questões urgentes a serem decididas, será sensato criar rapidamente um esboço de **Assembleia Mundial da comum humanidade**, composta por representantes da sociedade civil mundial associativista, da filosofia, das ciências ditas “exatas”, das ciências humanas e sociais e das diferentes correntes éticas, espirituais e religiosas que se reconhecem nos princípios do convivalismo.

Em curto prazo, o convivalismo deve resolver duas dificuldades principais, ambas relacionadas ao fato que pode parecer emanar de reflexões mais ou menos abstratas, sem referência direta às necessidades econômicas imediatas de cada indivíduo ou às realidades da política. Vejamos.

## Inovar economicamente

Em relação ao primeiro ponto, o convivialismo enfrenta aparentemente o mesmo problema que todos os partidos que reivindicam a ecologia (são cada vez mais numerosos, ao menos no discurso), mas não se engajam realmente nas mudanças necessárias. Pois como defender verdadeiramente o planeta e salvar o meio ambiente sem destruir certos empregos, referentes a atividades econômicas poluentes e deletérias, que convém serem eliminados? Como conciliar o medo do fim do mundo e a preocupação com o fim do mês? Para ser convincente, não basta falar com os estratos sociais mais educados ou com seus filhos, já sensíveis à necessidade de lutar contra o aquecimento global. É preciso se dirigir a todos: coletes amarelos, trabalhadores sindicalizados ou não, moradores de periferias, pobres desempregados...

Uma parte da resposta é a seguinte. O objetivo do convivialismo é traçar os contornos de uma sociedade viável mesmo sem crescimento do PIB, isto é, mesmo se o PIB e o poder de compra monetário estagnarem, seja por razões ecológicas, seja por razões econômicas (a “estagnação secular” diagnosticada por alguns economistas), ou ainda, na esteira de uma grande crise financeira. Mostramos que isso é possível desde que uma parte não negligenciável das necessidades seja satisfeita de maneira não mercantil, por meio de relações diretas entre pro-

dutores e consumidores: por desmercantilização, desglobalização e realocização.

Não significa, no entanto, que seja necessário que nos privemos de recursos financeiros atualmente pouco utilizados. Vimos que o conjunto das propostas dos candidatos democratas à nomeação presidencial nas eleições americanas, que afeta apenas os mais altos rendimentos, patrimônios ou heranças, traria cerca de 400 bilhões de dólares por ano. Esse é o caso em muitos outros países. Na França, por exemplo, medidas semelhantes – combinadas com uma luta mais eficaz contra os paraísos fiscais e uma tributação decente das multinacionais (particularmente as GAFAM) sobre o volume de negócios realizados em cada país – trariam cerca de 50 bilhões de euros por ano. É o bastante para financiar uma renda verdadeiramente universal<sup>1</sup>, que permitiria, por exemplo, aos agricultores ou aos comerciantes que amam seu ofício, mas se encontram permanentemente à beira da falência (ou do suicídio), prosperassem sem o constrangimento de ter que buscar exclusivamente uma fonte de renda. Bastante também para iniciar uma transição ecológica indispensável, suprimindo as “peneiras térmicas”<sup>2</sup>, e para remediar a

---

<sup>1</sup> No valor de 500 euros por mês para cada adulto, combinados com a manutenção de alguns benefícios sociais (por exemplo, a Ajuda Personalizada à Habitação ou *Aide Personnalisée au Logement* - APL), o orçamento líquido dessa renda universal se elevaria a 40 bilhões de euros por ano na França.

<sup>2</sup> [N. T.] “*Passoires thermiques*” ou “peneiras térmicas” são construções que apresentam isolamento térmico precário, permitindo a entrada de ar frio no inverno e ar quente no verão. Isso acarreta no consumo elevado de ener-

grande miséria dos hospitais ou das prisões etc.

Esses números dão ideia das margens de manobra que disporíamos se os mais ricos não estivessem em condições de se subtrair ao dever de solidariedade implícito nos três princípios de comum naturalidade, comum humanidade e comum socialidade. Todavia, dois esclarecimentos imediatamente se impõem. Por um lado, está claro que o convivialismo não ganhará forma em um país isolado do resto do mundo. Será difícil progredir se as riquezas tributadas em um local podem tão logo encontrar refúgio em outros lugares. Razão pela qual é vital que os princípios do convivialismo – apresentados sob esse nome ou sob outro, pouco importa – possam desencadear uma revolução na opinião pública mundial. Do outro, não deveríamos crer ou deixar os outros crerem, principalmente, que tudo poderia recomeçar como antes, sem nada mudar em nossos estilos de vida, porque recuperaríamos alguma margem de manobra financeira. Em uma palavra, é preciso raciocinar com um espírito completamente diferente do keynesianismo de Estado (que acredita poder resolver tudo com o impulsionamento do crescimento do PIB por meio das despesas públicas), bem como abandonar a ilusão de um “crescimento verde” (que seria apenas uma nova modalidade da eterna corrida pela riqueza, sendo o desafio ecológico, na verdade, somente um pretexto).

---

gia e na alta emissão de carbono, gerando, conseqüentemente, problemas econômicos e ecológicos. Nos últimos anos, houve um forte debate na sociedade francesa em torno das medidas propostas pelo governo para renovação dessas construções, no marco da promoção de uma transição ecológica.

## Inovar politicamente

Isso levanta a questão do posicionamento político do convivialismo. Está claro que o convivialismo não poderá prevalecer sem entrar em um momento ou outro, de uma maneira ou de outra, no campo do jogo político instituído. Esta é outra contradição que é preciso resolver. O convivialismo coloca em primeiro lugar o poder da sociedade civil, ou melhor, da sociedade cívica, dito de outro modo, a mobilização de todas aquelas e aqueles que se preocupam com o bem comum. Mas essas pessoas, geralmente, desconfiam da política e dos políticos (que, aliás, na maioria das vezes, as ignoram, exceto na época de eleições). Elas não se recusam necessariamente a fazer política, mas com a condição de que seja feita de “outra forma”, dispensando mulheres e homens políticos profissionais. Mas essa recusa é justamente o que as condena a uma dispersão de forças, a uma grande invisibilidade e, definitivamente, a uma ampla impotência diante do Mercado ou do Estado.

O que fazer? De imediato, e especialmente por ocasião das eleições locais na França e no Brasil, sugerir aos políticos profissionais ou para-profissionais, em acordo com esse ***Segundo Manifesto Convivalista***, que o reivindiquem como seu. O convivialismo, afinal, não pertence a ninguém e sua força vem justamente do fato de reunir pessoas oriundas de horizontes políticos e ideológicos muito diversos. No momento, portanto, podemos apenas aspi-

rar a sermos “recuperados”. Se alguns o fizerem de forma abusiva, será bem fácil de denunciá-los.

Mas o convivialismo só poderá fazer uma verdadeira entrada na política se os valores que encarna e as soluções que propõe forem amplamente compartilhados. Como fazer de modo que o sejam e como conhecê-lo bem e fazer com que os outros também o conheçam? Muitas pessoas já convencidas pelo convivialismo se perguntam como poderiam contribuir. Ora, precisamente porque o convivialismo não é uma organização, muito menos um partido, que não podemos oferecer uma adesão.

No atual estágio, há dois meios de ação. O primeiro, ao menos na França (mas também na Alemanha<sup>1</sup> e no Brasil) é discutir esse **Segundo Manifesto Convivalista** e enriquecê-lo, dando a conhecer experiências ou análises inéditas. O site [www.lesconvivialistes.org](http://www.lesconvivialistes.org) foi feito para esse fim, assim como seu parceiro brasileiro [www.ateliedehumanidades/osconvivialistas](http://www.ateliedehumanidades/osconvivialistas). Mas o meio mais simples e eficaz de tornar visível a adesão aos valores e às análises convivalistas é fazer com que todas aquelas e aqueles que o reivindicam levem, para onde vivem ou para onde trabalham, um emblema que simbolize essas esperanças comuns. Esse emblema já existe na França. Ele comporta as letras: *AH!*. Pode significar, por exemplo, “Avançar em humanidade”, “anti-*hubris*”, alterhumanismo, anti-ódio etc. Cada um

---

<sup>1</sup> CF. o site alemão: [www.diekonvivialisten.de](http://www.diekonvivialisten.de)



é livre para escolher o significado que melhor lhe convier. Isso mostra que as vias do convivialismo são plurais, que o convivialismo não é um dogma, mas um caminho.<sup>1</sup> E uma esperança, em um mundo tão carente dela.

Nosso anseio é que, se os portadores desse emblema se tornarem cada vez mais numerosos, então podem se reconhecer e debater onde vivem ou trabalham, nos hospitais, nas escolas, nas prisões, nos colégios secundários, na agricultura, nas empresas, nas sociedades mútuas, nos sindicatos etc. Ao discutir dessa forma, poderão começar a traçar os contornos de ambientes de trabalho ou de moradia mais conviviais, onde se vive melhor, com mais harmonia, mesmo se falta dinheiro. Uma sociedade pós-neoliberal se esboçará dessa forma.

Então, seria necessário, talvez, começar a imaginar a criação de uma organização, quiçá uma organização política convivalista. Sob a forma de um arquipélago?<sup>2</sup> Talvez. Quem não vê que, com efeito, os partidos políticos existentes se mostram cada vez mais incapazes de falar à maioria dos cidadãos e de formular esperanças críveis? No presente, só prosperam aqueles que dão voz à angústia, ao ódio e ao ressentimento, mobilizando-os contra bodes

---

<sup>1</sup> As razões para esse emblema e os meios para encontrá-lo são descritos no site [ah-ensemble.org](http://ah-ensemble.org). O Ah! Já foi formulado em várias línguas, *Ahead with humanity* em inglês, por exemplo, ou *Adelante con la Humanidad* em espanhol. Para uma discussão em inglês, cf. <http://convivialism.org>.

<sup>2</sup> Como propõe e coloca em prática, por exemplo, na França, a rede *Osons les jours heureux* (Ousemos dias felizes).

expiatórios. Todos eles sugerem que, apenas se o crescimento retornar (indicando-se como os melhores para contribuir para isso) e os bodes expiatórios forem removidos, todos os problemas seriam, então, resolvidos. Não há nada, convenhamos, de entusiasmante nisso. Não é surpreendente, nessas condições, que um número cada vez maior de eleitores se abstenha e que um número cada vez maior de pessoas, principalmente, jovens, não acredite mais na democracia e nas instituições. É que simplesmente não acreditam mais no futuro.

Portanto, sim, é mais do que bem-vinda uma forma ou outra de partido convivialista que retome a esperança, mostrando que tipo de sociedade nova seria, efetivamente, possível construir. Mas não cabe aos intelectuais, como aqueles que contribuíram para a elaboração deste manifesto, se lançarem nesse indispensável empreendimento político. Essa não é sua tarefa. Cabe a outros, especialmente, aos mais jovens, assumir o bastão agora. Vamos todos discutir juntos. É seu futuro que eles têm que construir e ninguém mais o fará no seu lugar.

## Os signatários

*Por que esses signatários e não outros? Por que não milhares ou dezenas de milhares de outras personalidades que provavelmente seriam igualmente capazes e estariam possivelmente dispostos a se juntar a essa lista? E por qual razão, ademais, se limitar a essas e a esses que são considerados “personalidades”?*

*A resposta à segunda questão é simples: desejamos fervorosamente que milhões ou dezenas de milhões de pessoas possam se reconhecer fortemente no convivialismo e contribuir com ele, mas é preciso começar por algum lugar. Para ter uma oportunidade de proporcionar um efeito bola de neve é importante que os primeiros signatários sejam suficientemente conhecidos e respeitados. Mas não nos basta parar por aí. Portanto, convidamos todos aqueles que, se assim o desejarem, manifestem seu apoio ao convivialismo no site [www.lesconvivialistes.org](http://www.lesconvivialistes.org), tal como aconteceu na ocasião do primeiro **Manifesto Convivalista**. Isso permitirá, no mínimo, a circulação de informações sobre possíveis iniciativas futuras.*

*De volta à primeira questão, por que esses signatários e não outros? Mais uma vez por uma questão de conveniência. Porque era impossível avançar sem contactar aqueles com os quais os signatários do primeiro manifesto já estavam em contato na França e no mundo. Começando por outras pessoas, outras redes teriam*

*sido, sem dúvida, constituídas, mesmo se muito provavelmente se sobrepusessem parcialmente à que aparece aqui. Em qualquer caso, a lista dos signatários deste segundo manifesto segue tendo uma real consistência. Eles são provenientes de 33 países, o que nos autoriza a falar de uma **Internacional convivialista**, mesmo que ela não tenha nenhuma realidade organizacional ou institucional e permaneça totalmente informal.*

*Como surgiu este segundo manifesto? Uma primeira versão baseada em elementos do primeiro manifesto foi redigido por Alain Caillé. Rapidamente foi feita uma primeira tradução para o inglês, o que permitiu desenvolver uma verdadeira discussão internacional. Dezenas de contribuições ou de propostas, de acréscimos, de subtrações ou de modificações foram integrados. Alguns consistiam em duas ou três palavras ou algumas poucas linhas, outros, parágrafos inteiros. Muitos signatários se contentaram em indicar seu acordo, mas, no fim das contas, este manifesto oferece um texto verdadeiramente plural e internacional.*

*O leitor encontrará abaixo os nomes dos signatários e uma breve apresentação de quem são e o que fazem. Muitos deles escreveram muitos e muitos livros. Porém, nos limitamos a mencionar apenas um, a fim de não estender demasiadamente essa apresentação.*

**Tetsuo Abo** (Japão), professor honorário do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Tokyo, diretor do grupo de pesquisa em gestão JMNESG. *The Hybrid Factory: The Japanese Production System in the United States*, Oxford University Press, 1994.

**Daron Acemoglu** (Turquia, Estados Unidos), economista, professor de economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), titular da cátedra Charles P. Kindleberger, medalha John-Bates-Clark em 2005. *Why nations fail* (com J. A. Robinson), Crown Publishers, 2012.

**Jean-Philippe Acensi** (França), delegado geral da Agence pour l'Éducation par le Sport -APELS (Agência para a Educação pelo Esporte), presidente do movimento cidadão Bleu, Blanc, Zèbre (Azul, Branco, Zebra).

**Alberto Acosta** (Equador), economista e militante equatoriano, ex-presidente da Assembleia Constituinte do Equador. *Le Buen Vivir*, Editions Utopia, 2014.

**Michel Adam** (França), engenheiro e sociólogo, militante associativista, presidente do Centro de Estudos Europeus Jean Monnet de Cognac. *L'Association, image de la société*, L'Harmattan, 2008.

**Frank Adloff** (Alemanha), professor de sociologia, Universidade de Hamburgo. *Politik der Gabe. Für ein anderes Zusammenleben*, Nauutilus, 2018.

**Thais Aguiar** (Brasil), professora de ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Demofobia e demofilia: dilemas da democratização*, 1ª. Edição, Azougue Editorial, Rio de Janeiro, 2015.

**Christophe Aguiton** (França), professor associado de sociologia da Web na Universidade Paris-Est Marne La Vallée, criador de *Agir ensemble contre le chômage* (Agir juntos contra o desemprego) e co-fundador de ATTAC - Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos). *La gauche du 21ème siècle, enquête sur une refondation*, La Découverte, 2017.

**Shoki Ail Said** (Etiópia), presidente da Associação França Etiópia Chifre da África e co-presidente da associação Dialogues en Humanité (Diálogos em Humanidade).

**Gengiz Aktar** (Turquia), economista, politólogo e jornalista, professor emérito da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Bahçesehir (Istambul), precursor do pedido de perdão dos turcos aos armênios. *L'Appel au Pardon, des Turcs s'adressent aux Arméniens*, CNRS Éditions, 2010.

**Claude Alphanféry** (França), resistente, presidente de honra do laboratório da École Sociale et Solidaire (Escola Social e Solidária) e de France Active (França Ativa), presidente honorário do Conseil National de l'In-

sersion par l'Activité Économique (Conselho Nacional de Inserção pela Atividade Econômica) e do Conseil Supérieur de l'Économie Sociale et Solidaire (Conselho Superior de Economia Social e Solidária). Une famille engagée. Secrets et transmission, Odile Jacob, 2015.

**Hiroko Amemiya** (Japão-França), antropólogo, professor honorário em língua e civilização japonesas da Universidade de Rennes-2, especialista em circuitos curtos entre camponeses e cidadãos. Du Teikei aux Amap, Presses Universitaires de Rennes, 2012.

**Geneviève Ancel** (França), cofundadora e coordenadora da rede mundial Dialogues en Humanité (Diálogos em Humanidade), administradora territorial da MetrÓpole de Lyon.

**Catherine André** (França), jornalista e redatora-chefe do site multilíngue VoxEurop e redatora-chefe adjunta de Alternatives Économiques (Alternativas Econômicas).

**Kathya Araujo** (Peru), socióloga e psicanalista, professora do Instituto de Estudos Avançados (IDEA) da Universidade de Santiago do Chile. El miedo a los subordinados. Una teoría de la autoridad, Santiago, Lom, 2016.

**Margaret Archer** (Reino Unido), professora emérita de sociologia da Universidade de Warmick (GB), teórica do realismo crítico, primeira presidente (1960) da Associação Internacional de Sociologia, membro fundador da Academia Pontifícia de Ciências Sociais. Le réalisme critique. Une nouvelle ontologie pour la sociologie (com F. Vandenberghe), Le Bord de l'eau, 2019.

**Marcos Arruda** (Brasil), economista e pedagogo, diretor do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS, Rio de Janeiro), que faz parte da rede Initiatives pour un autre monde - IPAM (Iniciativas para um outro mundo). Humanizar o infra-humano. A formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária, PACS/Editora Vozes, 2003.

**Rigas Arvanitis** (Grécia-França), sociólogo, diretor do Centre Population et Développement - Ceped, IRD (Centro População e Desenvolvimento), trabalha com a constituição de comunidades científicas nos países do Sul e as políticas de pesquisa e de inovação. Knowledge Production in the Arab World: the Impossible Promise (avec Sari Hanafi), Routledge, 2015.

**Ash Amin** (Reino Unido), titular da cadeira 1931 do Departamento de Geografia da Universidade de Cambridge. Seeing Like a City (com N. Thrift), Cambridge, Polity Press, 2016.

**Geneviève Azam** (França), economista, ensaísta, membro do Conselho Científico de ATTAC e do comitê de redação de Terrestres: Revue des Livres, des Idées et des Écologies (terrestres.org) (Terrestres: Revista de Livros, Ideias e Ecologias). Lettre à la Terre. Et la Terre répond, Seuil, 2019.

**Laurence Baranski** (França), professora na Universidade de Paris 2 Panthéon-Assas, coach, especialista e conselheira de processos de mudança individual e coletiva, engajada em dinâmicas cidadãs. *Le coming out spirituel*, Exergue, 2017.

**Marc de Basquiat** (França), engenheiro e economista, fundador de StepLine, Presidente da Association pour l'instauration d'un revenu d'existence - AIRE (Associação para a Instauração de uma renda de existência).

**Philippe Batifoulier** (França), professor de Ciências Econômicas da Universidade Paris 13, diretor do Centre d'Économie (Centro de Economia) da Universidade Paris-Nord - CEPN, UMR CNRS 7234. *Capital santé, quand le patient devient client*, La Découverte, 2014.

**Jean Baubérot** (França), professor honorário da Escola Prática de Altos Estudos ("História e sociologia da laicidade"). *La loi de 1905 n'aura pas lieu*, Maison des Sciences de l'Homme, 2019.

**Michael Bauwens** (Bélgica), teórico dos comuns, fundador da Fundação P2P (Peer-to-Peer). *Manifeste pour une véritable économie collaborative: vers une société des communs* (com Vasilis Kostakis), Éditions Charles Léopold Meyer, 2017.

**Marcel Bénabou** (França), historiador e escritor. Secretário definitivamente provisório, ou seja, secretário provisoriamente definitivo de Ouvroir de littérature potentielle - OuLiPo (Oficina de Literatura Potencial). *Le Voyage d'hiver et ses suites*, Seuil, 2014.

**Raymond Benhaïm** (Argélia), economista, consultor e militante de várias organizações da sociedade civil tanto nacionais quanto internacionais; presidente de Racines - Association pour le développement culturel au Maroc et en Afrique (Raízes - Associação para o desenvolvimento cultural no Marrocos e na África).

**Dorothee Benoît-Browaeys** (França), jornalista de ciência, diretora de TEK4life, cofundadora da associação VivAgora. *L'urgence du vivant vers une nouvelle économie*, François Bourin, 2018.

**Augustin Berque** (França), geógrafa e orientalista, professora da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), membro da Academia Europeia, prêmio Cosmos Internacional 2018. *Poétique de la Terre. Histoire naturelle et histoire humaine, essai de mésologie*, Belin, 2014.

**Yves Berthelot** (França), economista, ex-funcionário das Nações Unidas, presidente do Comité Français pour la Solidarité Internationale - CFSI (Comitê Francês para a Solidariedade Internacional) e do Centre International Développement et Civilisations - Lebrét-Irfed (Centro Internacional Desenvolvimento e Civilizações). *Chemins d'économie humaine* (com Lourthusamy Arokiasamy, Andrés Lalanne e Lily Razafimbelo), Le Cerf, Paris, 2016.

**Romain Bertrand** (França), diretor de pesquisa no Centre de Recherches Internationales –CERI (Centro de Pesquisas Internacionais), Sciences Po-CNRS, especialista em história das colonizações europeias na Ásia. *Le Détail du monde. L'art perdu de la description de la nature*, Seuil, 2019.

**Jean-Michel Besnier** (França), professor emérito de filosofia na Universidade de Sorbonne. *L'Homme simplifié. Le syndrome de la touche étoile*, Fayard, 2012.

**Leonardo Boff** (Brasil), uma das lideranças da teologia da libertação nos anos de 1970 e 1980, ganhador do Prêmio Nobel Alternativo em 2001. *The Tao of Liberation: Exploring the Ecology of Transformation* (com Mark Hataway), Orbis Books, 2009.

**Susanne Bosch** (Alemanha), artista e pesquisadora independente. *Art in Context. Learning from the Field. Conversations with and between art and cultural practitioners* (com Herman Bashiron Mendolicchio), Goethe Institut, 2017.

**Daniel Bougnoux** (França), filósofo, professor emérito da Universidade Grenoble-Alpes. *La Crise de la représentation, La Découverte-poche*, 2019.

**Malek A. Boukerchi** (Argélia), ultramaratonista, fundador de Arsynoe, escritor-poeta social, conferencista filo-contador especialista em inteligência relacional/integração situacional (IRIS), “espreitador-tecelão de sonhos”. *Il était une fois en Antarctique. Du rêve au dépassement de soi*, First Éditions, 2015.

**Dominique Bourg** (França), filósofo, professor honorário na Universidade de Lausanne, ex-presidente do conselho científico da Fundação Nicolas Hulot. *Le marché contre l'humanité*, PUF, 2019.

**Pascal Branchu** (França), assistente social e ativista em questões de agricultura urbana e proteção das grandes árvores de alinhamento, especialmente em zonas urbanas densas.

**Geneviève Brisac** (França), escritora, membro da ONG Bibliothèques sans Frontières (Bibliotecas sem Fronteiras). *Week-End de chasse à la mère*, L'Olivier, 1996, prêmio Femina.

**Axelle Brodriez-Bollino** (França), historiadora contemporânea do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), especialista em questões de pobreza-precariedade e do humanitário. *La protection sociale en Europe au XX siècle* (com Bruno Dumons), Presses universitaires de Rennes, 2014.

**Wendy Brown** (Estados Unidos), professora de ciência política da Universidade da Califórnia, Berkeley. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, Zone Books, 2015.



**Fabienne Brugère** (França), professora de filosofia das artes modernas e contemporâneas da Universidade Paris-8. *On ne naît pas femme, on le devient*, Stock, 2019.

**Luigino Bruni** (Itália), economista e filósofo, professor da Universidade de Milão-Bicocca, teórico de economia civil e de economia de comunidade. *Economia civile e sviluppo sostenibile* (com L. Berchetti et E. Zamagni), Roma, Ecra, 2019.

**Jaime Rios Burga** (Peru), professor de sociologia e ciência política da Universidade de Lima. “Colonialidad y descolonialidad como imaginarios en el sistema mundo moderno/colonial”, in Julio Navarette (ed.), *América Latina en Debate. Sociedad, conocimiento e intelectualidad*, URP, Lima, 2011.

**Valérie Cabanes** (França), jurista de direito internacional, especialista em direitos do homem e em direito humanitário, ecologista e ensaísta, participou do lançamento do movimento cidadão End Ecocide on Earth (Fim do Ecocídio na Terra), que apoia o projeto em defesa do reconhecimento, no direito internacional, do ecocídio como crime contra a paz e as gerações futuras. Desempenhou seu papel na origem da petição online “L’Affaire du Siècle” (A Questão do Século). *Homo natura : en harmonie avec le vivant*, Buchet-Chastel, 2017.

**Alain Gaillé** (França), professor emérito de sociologia da Universidade Paris-Oeste-Nanterre, diretor da *La Revue du MAUSS: Mouvement anti-utilitariste en sciences sociales* (A Revista do MAUSS: Movimento anti-utilitarista em ciências sociais), uma das lideranças do movimento convivalista. *Extensions du domaine du don. Demander - donner - recevoir - rendre*, Actes Sud, 2019.

**Matthieu Galame** (França- Suíça), engenheiro agrônomo, diretor da *Fondation Leopold Meyer pour le Progrès de l’Homme* (Fundação Leopoldo Meyer para o Progresso do Homem). *La France contre l’Europe. Histoire d’un malentendu*, Les Petits Matins, 2019.

**Craig Galhoun** (Estados Unidos), sociólogo americano, ex-diretor da *London School of Economics and Political Science* (2012-2016), primeiro presidente do *Berggruen Institute*. *Does Capitalism Have a Future?* (com Imanuel Wallerstein, Randall Collins, Michael Mann et Georgi Derlugian), Oxford, Oxford University Press, 2013.

**Hernando Calla** (Bolívia), ativista nas organizações camponesas bolivianas, tradutor de dezenas de livros, entre eles, *La verdadera riqueza de las naciones. Creando una economía del cuidado*, de Riane Eisler, *Fundación Solon/Trenzando Ilusiones*, 2014.

**Belinda Canonne** (França), romancista, ensaísta e professora de literatura comparada da Universidade Caen-Normandia. *La Forme du monde*, Arthaud, 2019.

**Luís Roberto Cardoso de Oliveira** (Brasil), professor de antropologia da Universidade de Brasília, ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2006-2008). *Direito Legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*, Rio de Janeiro, Garamond, 2011.

**Jorge Carillo** (México), pesquisador em El Colegio de la Frontera Norte (Colef), trabalha com inovação e aprendizagem tecnológica no México. *Made in México. Desafios para la ciencia y la innovación en la frontera norte*, Mexico, Comecso, 2016.

**Genauto Carvalho de França Filho** (Brasil), professor da Universidade Federal da Bahia. *Ação pública e economia solidária. Uma perspectiva internacional*, Porto Alegre, UFRGS, 2006.

**Barbara Cassin** (França), filósofa e filóloga, diretora de pesquisas do CNRS, membro da Academia Francesa. *Le vocabulaire européen des philosophies. Dictionnaire des intraduisibles (dir.)*, Le Seuil & Le Robert, 2004.

**José Cassiolato** (Brasil), professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-secretário de Estado do Ministério da Ciência e Tecnologia, ex-diretor de Global Network for Economics of Learning, Innovation and Competence Building Systems (GLOBELICS).

**Silvia Gataldi** (Itália), pesquisadora de sociologia em La Sapienza, Universidade de Roma, liderança do grupo Social One. *Culture of peace, The social dimension of love (Avec Vera Araujo)*, L'Harmattan, 2016.

**Philippe Chanial** (França), professor de sociologia da Universidade de Caen-Normandia, redator-chefe de *La Revue du MAUSS (A Revista do MAUSS)*. *La société vue du don. Manuel de sociologie anti-utilitariste appliquée (dir.)*, La Découverte, 2008.

**François Chateauraynaud** (França), diretor de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), diretor do Grupo de Sociologia Pragmática e Reflexiva, introduziu o conceito de lançador de alerta (1990). *Aux bords de l'irréversible. Sociologie pragmatique des transformations (com Josquin Debaz)*, Paris, éditions Pétra, 2017.

**Hervé Chayneaud-Dupuy** (França), organizador dos Ateliers de la Citoyenneté (Oficinas da Cidadania). *Citoyen pour quoi faire ? vers une démocratie sociétale*, Chronique sociale 2016.

**Eve Chiapello** (França), diretora de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), onde ocupa a cadeira de sociologia das transformações do capitalismo. *Management Tools. A Social Sciences Perspective (com Patrick Gilbert)*, Cambridge University Press, 2019.

**Noam Chomsky** (Estados Unidos), professor emérito de linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), fundador da linguística gerativa e intelectual engajado. *Optimism over Despair: On Capitalism, Empire, and Social Change*, Londres, Penguin, 2017.

**Philippe Cibois** (França), professor emérito de sociologia da Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. *La Source, école de la confiance* (com Jeanne Houlon), Fabert, 2007.

**Sébastien Claeys** (França), filósofo, responsável pela mediação no Espace Éthique Île-de-France e cronista da revista *Socialter*. *De disruption à prosommateur: 40 mots-clés pour le monde de demain*, Le Pommier, 2018.

**Denis Clerc** (França), economista, fundador da revista mensal *Alternatives économiques* (Alternativas Econômicas), dirigida por ele durante 20 anos. *Déchiffrer l'économie*, La Découverte, 2019, 19<sup>ème</sup> édition.

**Gabriel Cohn** (Brasil), sociólogo, professor emérito de sociologia da Universidade de São Paulo. *Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social*, Rio de Janeiro, Azougue, 2017.

**Gabriel Colletis** (França), professor de economia da Universidade de Toulouse 1-Capitole, pesquisador do Laboratoire d'Étude et de Recherche sur l'Économie, les Politiques et les Systèmes Sociaux - Lereps (Laboratório de Estudo e Pesquisa sobre Economia, Políticas e Sistemas Sociais), criou e preside a associação do Manifeste pour l'Industrie (Manifesto pela Indústria), acessível em [manifestepourindustrie.org](http://manifestepourindustrie.org).

**Catherine Colliot-Thélène** (França), filósofa política, professora da Universidade de Rennes, membro do Instituto Universitário da França. *La démocratie sans demos*, PUF, 2011.

**Josette Combes** (França), sociolinguista, professora honorária da Universidade de Toulouse-2 Le Mirail, membro de várias redes nacionais e europeias de economia social e solidária, presidente do Mouvement pour l'Économie Solidaire (Movimento pela Economia Solidária) e delegada do RIPESS intercontinental.

**Christian Comélieu** (França), professor honorário do Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento, Universidade de Genebra. *La Croissance ou le progrès ? Croissance, décroissance, développement durable*, Seuil, 2006.

**Eugenia Correa** (México), professora de economia da Universidade Nacional Autônoma do México, membro da Academia Mexicana de Ciências, recebeu o prêmio da Universidade Nacional em 2006. *Crisis y Desregulación Financiera*, Editorial Siglo XXI.

**Sergio Costa** (Brasil, Alemanha), professor de sociologia da Universidade Livre de Berlim. *A Port in Global Capitalism: Unveiling Entangled Accumulation* in Rio de Janeiro (com Guilherme Leite Gonçalves), Routledge, 2019.

**Thomas Coutrot** (França), estatístico e economista, especialista em questões da relação entre trabalho, saúde e democracia, co-presidente da Attac-França (2009-2016). *Libérer le travail*, Seuil, 2018.

**Florian Couveinhes-Matsumoto** (França), professor de direito público da Escola Normal Superior (Ulm), especialista em direito internacional e em filosofia do direito, trabalha com uma concepção “convivialista” do direito. *Les États face aux juridictions internationales. Une analyse des politiques étatiques relatives aux juges internationaux* (com Raphaëlle Nollez-Goldbach), Pedone, 2019.

**Daniel Cueff** (França), prefeito de Langouët, comuna empenhada desde 1999 na ecologia social. Ecologista regionalista, sem rótulo.

**Eric Dacheux** (França), professor de ciências da informação e da comunicação da Universidade Clermont Auvergne. Membro da rede interuniversitária de pesquisadores em economia social e solidária. *Princípios de economia solidária* (com D. Goujon), Ellipses, 2017.

**Jean-Yves Dagnet** (França), autor-diretor de vídeos e conferencista sobre questões de desenvolvimento agrícola e rural. *Auteur-réalisateur vidéo et conférencier sur les questions du développement agricole et rural*.

**Francis Danvers** (França), professor emérito de psicologia da educação da Universidade de Lille, vice-presidente da Universidade Popular de Lille. *S’orienter dans la vie : une valeur suprême ?*, Presses universitaires du Septentrion, 2020.

**Mireille Delmas-Marty** (França), jurista, professora honorária do Collège de France, membro da Academia de Ciências Morais e Políticas, presidente do Observatoire Pharos du Pluralisme des Cultures e des Religions (Observatório Pharos do Pluralismo de Culturas e Religiões). *Aux quatre vents du monde. Petit guide de navigation sur l’océan de la mondialisation*, Le Seuil, 2016.

**Federico Demaria** (Espanha), pesquisador na Universidade Autônoma de Barcelona. *Pluriverse. A Post-Development Dictionary* (coéd.), Tulika Book, 2019.

**Philippe Descola** (França), antropólogo, professor emérito no Collège de France, medalha de ouro do CNRS. *Par-delà nature et culture*, Paris, Gallimard, coleção « Bibliothèque des sciences humaines », 2005.

**Erica Deuber Ziegler** (Suíça), historiadora da arte, política e professora honorária de universidades. *Culture et cultures, les chantiers de l’ethno* (com Réda Benkirane), éditions Infolio, 2007.

**Jean-Claude Devèze** (França), agrônomo, membro do Pacte Civique (Pacto Cívico) e de Démocratie & Spiritualité (Democracia & Espiritualidade). *Vers une civilisation-monde alliant culture, spiritualité et politique*, Chronique sociale, 2020.

**François Doligez** (França), agroeconomista no IRAM, professor-pesquisador associado ao UMR8586 Prodig. “Diversité et potentialités de l’ESS au Maghreb dans un contexte de transition », *Revue internationale de l’économie sociale*, no. 4, 2019.

**Jean-Philippe Domecq** (França), romancista e ensaísta. *La monnaie du temps et autres textes politiques*, Agora Pocket, 2018.

**Pierpaolo Donati** (Itália), sociólogo, professor da Universidade de Bolonha, ex-presidente da Associação Sociológica Italiana. *Relational Sociology. A New Paradigm for the Social Sciences*, Routledge, 2011.

**Michael Dreiling** (Estados Unidos), professor de sociologia política e ambiental, diretor do Departamento de Sociologia da Universidade de Oregon. *Agents of Neoliberal Globalization*, Cambridge University Press, 2020.

**François Dubet** (França), sociólogo, foi diretor de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) e professor da Universidade de Bourdeaux. *Le Temps des passions tristes: Inégalités et populisme*, Seuil, 2019.

**Stéphane Dufoix** (França), professor de sociologia da Universidade Paris-Nanterre e membro do laboratório Sophiapol (Sociologia, filosofia e antropologia políticas), membro sênior do Instituto Universitário da França (IUF), ensina também na Sciences Po Paris. *La Dispersion. Une histoire des usages du mot « diaspora »*, Editions Amsterdam, 2012.

**Dany-Robert Dufour** (França), filósofo, professor de universidades. *Baise ton prochain. Une histoire souterraine du capitalisme*, Actes Sud, 2019.

**Jean-Pierre Dupuy** (França), professor da Universidade de Stanford. *La guerre qui ne peut pas avoir lieu*, Desclée de Brouwer, 2019.

**Timothée Duverger** (França), professor da Sciences Po Bourdeaux e do Centro Emile Durkheim, especialista em economia social e solidária, em decrescimento e renda básica. *L'invention du revenu de base. La fabrique d'une utopie démocratique*, Le Bord de l'Eau, 2018.

Shirin Ebadi (Irã), juiz, prêmio Nobel da Paz em 2003.

**Adalbert Evers** (Alemanha), professor emérito do, Centre for Social Investment - CSI (Centro para Investimento Social), Universidade de Heidelberg. *Social Policy and Citizenship - The Changing Landscape* (com Anne-Marie Guillemard), Oxford University Press, 2013.

**Emmanuel Faber** (França), diretor-presidente geral da Danone.

**Olivier Favereau** (França), professor emérito de ciências econômicas da Universidade Paris-Nanterre, organizador de École des conventions (Escola de convenções). *Entreprises: la grande déformation*, Parole et silence, 2014.

**Andrew Feenberg** (Estados Unidos), filósofo da técnica, ex-aluno de Herbert Marcuse, atualmente titular do Canadian Research Chair in Philosophy of Technology (Cátedra de Pesquisa Canadense em Filosofia da Tecnologia) da Simon Fraser Universidade de Vancouver. *Questioning Technology*, Routledge, 1999.

**Christian Felber** (Áustria), organizadora-fundadora da rede Economy for the Common Good (Economia para o Bem Comum). *Change Everything: Creating an Economy for the Common Good*, ZED Books 2015.

**Francesco Fistetti** (Itália), professor de filosofia contemporânea da Universidade de Bari, diretor da revista digital *Post filosofie* (Pós filosofias). *Il filosofo e il tiranno. Viaggio nel cuore di tenebra del XX secolo*, Perugia, Morlacchi, 2018.

**Anne-Marie Fixot** (França), professora universitária, geógrafa, pesquisadora de ciências humanas e sociais, organizadora do Groupe d'Éducation et de Discussion Populaire Démosthène - Caen (Grupo de Educação e de Debate Popular Demóstenes).

**David Flacher** (França), ensina economia na Universidade de Tecnologia de Compiègne, porta-voz do movimento Utopia e vice-presidente da Organisation pour une Citoyenneté Universelle (Organização para uma Cidadania Universal). *Réguler le secteur des Télécommunications ? Enjeux et perspectives (avec Hugues Jennequin)*, Economica, 2007.

**François Flahault** (França), filósofo, diretor de pesquisa emérito no CNRS. *Où est passé le bien commun?*, Mille et une nuits, 2011.

**Fabrice Flipo** (França), filósofo, professor no IMT-BS, pesquisador do Laboratoire de changement social e politique (Laboratório de mudança social e política) da Universidade de Paris-VII. *Nature et politique : Contribution à une anthropologie de la modernité et de la globalisation*, éditions Amsterdam, 2014.

**Jean-Baptiste de Foucauld** (França), antigo comissário no Plan, fundador de Solidarités nouvelles contre le chômage (Novas solidariedades contra o desemprego), de Democratie et Spiritualité (Democracia e Espiritualidade) e de Pacte Civique (Pacto Cívico), presidente de Amis de Pontigny-Cerisy (Amigos de Pontigny-Cerisy). *L'abondance frugale, pour une nouvelle solidarité*, Odile Jacob, Paris, 2010.

**Christophe Fourrel** (França), economista, presidente da Associação de leitores de Alternatives économiques e responsável pelo pólo solidariedade de Terra Nova. Especialista no pensamento de André Gorz. *D'autres monnaies pour une nouvelle prospérité (dir)*, Le Bord de l'eau, 2015.

**Paulo Fracalanza** (Brasil), diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

**Stéphane de Freitas** (França), diretor (« A voix haute. La force de la parole ») e empreendedor social. Concebeu os programas de oratória em público Eloquentia e a rede social de apoio mútuo Indigo.

**Philippe Frémeaux** (França), editorialista da revista Alternatives économiques e presidente do Instituto Veblen. *Après Macron, Les Petits Matins*, 2018.

**Emmanuel Gabellieri** (França), doutor em filosofia, vice-reitor de pesquisa da Universidade Católica de Lyon. *Le phénomène et l'entre-deux. Essai pour une metaxologie*, Hermann, 2019.

**Jean Gadrey** (França), professor honorário de economia da Universidade de Lille. *Adieu à la croissance, bien vivre dans un monde solidaire, Les petits matins*, 2010.

**Noémi Gal-Or** (Canadá), professora de política e de direito internacional da Universidade Politécnica Kwantlen no Canadá. *International Cooperation to Suppress Terrorism*, Londres, Routledge, 2015.

**Vincent de Gaulejac** (França), professor universitário, presidente de Réseau International de sociologie clinique (Rede Internacional de Sociologia Clínica). *Le capitalisme paradoxant*, Points-Seuil, 2018.

**François Gauthier** (Canadá, Suíça), professor de sociologia das religiões no Departamento de Ciências Socoais da Universidade de Fribourg, Suíça. *Religion, Modernity, Globalisation. Nation-State to Market*, Londres, Routledge, 2020.

**Susan George** (Estados Unidos, França), politóloga, presidente de honra de Association pour la taxation des transactions financières et pour l'action citoyenne - ATTAC (Associação pela taxaço das Transições Financeiras e para a Ação cidadã), presidente de Conselho de Supervisão do Transnational Institute (Instituto Transnacional). *Les Usurpateurs*, Seuil, 2014.

**François Gèze** (França), diretor-presidente geral das edições La Découverte de 1982 a 2014, membro do Cedetim e da Associação Argélia-Watch.

**Chiara Giaccardi** (Itália), professora de sociologia da Universidade Católica de Milão, diretora da revista *Comunicazioni social* (Comunicação social). *Social Generativity: a relational paradigm for social change* (com Mauro Magatti), Londres, Routledge, 2018.

**Gaël Giraud** (França), economista, membro da Companhia de Jesus, ex-diretor de Agence française de développement (Agência francesa para o Desenvolvimento). *Illusion financière*, L'Atelier, 2013.

**Katerine Gibson** (Austrália), geógrafa economista, professora da Western Sydney University. *Take Back the Economy: An Ethical Guide for Transforming Our Communities*, (com Jenny Cameron e Stephen Healy), University of Minnesota Press, 2013.

**Pascal Glémain** (França), gestor, economista e desenvolvedor local (Universidade de Rennes-2, LiRIS), especialista em economia social e solidária, particularmente, em associações e cooperativas. *L'économie sociale et solidaire, de ses fondements à son "à venir"*, Apogée, 2019.

**Vincent Glenn** (França), cineasta, diretor de cinema. Último filme: "Enfin des bonnes nouvelles", e autor de *On marche sur la dette* (com Christophe Alévêque), Points, 2016. Blogueiro em Mediapart.

**Maja Göpel** (Alemanha), professora de economia política em Leuphana University Lüneburg, secretária geral do German Advisory Council on Global Change. *The Great Mindshift: How a New Economic Paradigm and Sustainability Transformations Go Hand in Hand*, Berlin, Springer, 2016.

**Roland Gori** (França), professor honorário de psicopatologia clínica na Universidade de Aix-Marseille e presidente de Appel des Appels. *La nudité du pouvoir*, LLL, 2001.

**Philip Gorski** (Estados Unidos), professor de sociologia da Universidade de Yale, especialista em sociologia das religiões e da sociologia histórica, fundador de Critical Realism Network. *American Covenant: A History of Civil Religion from the Puritans to the Present*, Princeton, Princeton University Press, 2017.

**Daniel Goujon** (França), professor de ciências econômicas na Universidade Jean Monnet de Saint-Étienne. *Défaire le capitalisme, refaire la démocratie. Les enjeux du délibéralisme* (com Eric Dacheux), Erès, 2020.

**Jean-Marie Gourvil** (Canadá, França), ex-diretor de estudos em Institut régional du travail social - IRTS (Instituto regional do trabalho social) da Normandia e consultor de desenvolvimento social local. *Se former au développement social local* (com Michel Kaiser), Dunod, 2013.

**David Graeber** (Estados Unidos), professor da London School of Economics and Political Science, antropólogo e militante anarquista. *Bullshit Jobs: A Theory*, Simon & Schuster, 2018.

**Jean-Edouard Grévy** (França), antropólogo do direito, co-fundador do gabinete AlterNego, especializado em gestão inclusiva e diálogo social. *La révolution du don. Le management repensé à la lumière de l'anthropologie* (com A. Caillé), Seuil, 2014.

**André Grimaldi** (França), diabetólogo, chefe de serviço no Hospital de Pitié-Salpêtrière. *L'hôpital malade de la rentabilité*, Fayard, 2009.

**Jean-Claude Guillebaud** (França), escritor, ensaísta e jornalista, laureado com o prêmio Albert-Londres. *Le Tourment de la guerre, pourquoi tant de violence*, Éditions L'iconoclaste, 2016. Grande Prêmio da Société des Gens de Lettres (Sociedade de Literatos).

**Patrice Guillotreau** (França), professor de economia da Universidade de Nantes, especialista em economia marítima. *Global Change in marine systems* (co-editor), Routledge, 2018.

**Roberte Hamayon** (França), antropóloga, diretora de estudos honorária da Escola Prática de Altos Estudos, medalha de prata do CNRS. *Jouer, La Découverte*, 2012 (*Why we play*, Hau 2016).

**Sari Hanafi** (Palestine), diretor do Departamento de Sociologia da Universidade Americana de Beirute, redator-chefe de *Idafat: the Arab Journal of Sociology*, presidente em exercício da Associação Internacional



de Sociologia (ISA) e vice-presidente da Associação Árabe de Sociologia. *Palestinian Refugees: Identity, Space and Place in the Levant* (co-direção com Are Knudsen), Routledge, 2010.

**Keith Hart** (Reino Unido), especialista em antropologia econômica, diretor internacional do Human Economy Programm da Universidade de Pretoria, na África do Sul. *Money in a Human Economy*, Oxford, Berghahn, 2017.

**Armand Hatchuel** (França), professor de ciências da gestão na Escola de Minas de Paris. *Design Theory. Methods and Organization for Innovation* (com Pascal Le Masson e Benoît Weil), Springer, 2017.

**Eiji Hattori** (Japão), professor, conselheiro do presidente do Japan Society for Global System and Ethics (Sociedade Japonesa para o Sistema Global e Ética). *Letters from the Silk Roads: Thinking at the Crossroads of Civilization* (com Wallace Gray), University Press of America, 2000.

**Benoît Heilbrunn** (França), filósofo e professor da Escola Superior de Comércio de Paris, especialista em cultura material e em mediações de mercado (consumo, marca, design, luxo). *L'obsession du bien-être*, Robert Laffont, 2019.

**Axel Honneth** (Alemanha), filósofo e sociólogo, diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt e professor da Universidade de Columbia (Nova Iorque). *Kampf um Anerkennung*, Suhrkamp, 1992. (Luta por reconhecimento, Editora 34, 2009).

**Dick Howard** (Estados Unidos), filósofo, Distinguished Professor na Universidade Stony Brook. *The Marxian Legacy*, Palgrave, 2019.

**Marc Humbert** (França), professor emérito de economia política da Universidade de Rennes-1, com uma abordagem ética e política (PEKEA), anti-utilitarista (MAUSS), das atividades econômicas. *Vers une civilisation de convivialité*, Goater, 2014.

**Eva Illouz** (Israel, França), socióloga, diretora de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). *La Fin de L'Amour*, Seuil, 2020.

**Daniel Innerarity** (Espanha), professor de filosofia na Universidade de Saragossa, escritor e tradutor. *La Société invisible*, Presses de l'Université de Laval, 2013.

**Ahmet Insel** (Turquia), professor emérito na Universidade Galatasaray (Istambul). *La nouvelle Turquie d'Erdogan*, Paris, La Découverte, 2017.

**Florence Jany-Gatrice** (França), economista, professora universitária. *Faut-il attendre la croissance ?* (com Dominique Méda), La documentation française, 2016.

**Isabelle Jarry** (França), romancista, ensaísta, *Vingt-trois lettres d'Amérique*, Fayard, 1995, Prêmio Amerigo Vespucci.

**Béatrice e Jean-Paul Jaud** (França), diretores de filmes documentários e militantes. *Nos enfants nous accuseront* (2007), *Tous cobayes* (2011), *Libres* (2015), *Grande-Synthe* (2018).

**Bob Jessop** (Reino Unido), professor emérito de sociologia na Universidade de Lancaster, escreveu várias obras sobre teoria do Estado e economia política. *The State. Past, Present, Future*, Cambridge, Polity Press, 2016.

**Zhe Ji** (China- França), professor de sociologia no Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Orientais e diretor do Centre d'études interdisciplinaires sur le bouddhisme (Centro de Estudos Interdisciplinares sobre o budismo). *Religion, modernité et temporalité. Une sociologie du bouddhisme chan contemporain*, Paris, CNRS Éditions, 2016.

**Hans Joas** (Alemanha), professor de sociologia da Universidade Humboldt de Berlim e da Universidade de Chicago. *Comment la personne est devenue sacrée. Une nouvelle généalogie des droits de l'homme*, Genève, Labor et fides, 2016.

**K. J. Joseph** (Índia), professor, diretor de Gulati Instituto f Finance and Taxation, Thiruvananthapuram, Kerala, Índia.

**Stephen Kalberg** (Estados Unidos), professor de sociologia na Universidade de Boston, especialista em Max Weber. *Searching the Spirit of American Democracy: Max Weber on a Unique Political Culture*, Routledge, 2013.

**Giorgio Kallis** (Espanha), professor de economia ecológica da Universidade Autônoma de Barcelona. *Limits. Why Malthus was wrong and why environmentalists should care*, Stanford University Press, 2019.

**Makoto Katsumata** (Japão), economista, professor emérito da Universidade Meiji Gakuin (Tóquio), foi por muito tempo professor do Centro de Estudos Internacionais sobre a Paz (Prime), de Tóquio. *Conviviality but not growth* (em japonês), Tokyo, Commons, 2011.

**Hervé Kempf** (França), jornalista e escritor francês, ex-jornalista de *Courrier international*, de *La Recherche* e de *Monde*, atualmente redator-chefe de *Reporterre*. *Tout est prêt pour que tout empire. 12 leçons pour éviter la catastrophe*, Seuil, Paris, 2017.

**Farhad Khosrokhavar** (Irã, França), sociólogo e filósofo, diretor de estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). *Le Nouveau Jihad en Occident*, Paris, Robert Laffont, 2018.

**Seiichi Kondo** (Japão), diplomata, ex-secretário geral adjunto de OCDE e diretor de Kondo Institute for Culture and Diplomacy (Instituto Kondo para Cultura e Diplomacia).

**Ashish Kothari** (Índia), militante ambientalista, fundador da ONG Kalpavriksha. *Alternative Futures: India Unshackled* (com K. Joy), New Delhi, UpFront, 2017.

**Irène Koukouï** (Benim), presidente da rede Femmes leaders (Mulheres líderes) do Benim, coordenadora de Diálogos em Humanidade no Benim e Diálogos Panafricanos, diretora adjunta do gabinete do ministério da Educação de Benin.

**Jacinto Lageira** (França), professor de filosofia da arte e de estética da Universidade Paris-1 Panthéon-Sorbonne. Un entrelacement de poétiques, Mimésis, 2016.

**Kamal Lahbib** (Marrocos), ativista e um dos principais atores da sociedade civil magrebiana, criador e/ou organizador de múltiplas ONGs, organizador do Fórum Social Magreb 2005, presidente do Fórum das Alternativas do Marrocos.

**Karim Lahidji** (Irã), jurista e advogado, foi presidente da Federação Internacional dos Direitos do Homem (2013-2016).

**Elena Lassida** (França), socióloga, professora no Instituto Católico de Paris. Le goût de l'autre, Albin Michel, 2011.

**Helena Lastres** (Brasil), pesquisadora associada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-assessora do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil - BNDES (2007-2016), co-coordenadora da RedeSist, rede latino-americana de pesquisa sobre sistemas locais de produção e inovação.

**Bruno Latour** (França), sociólogo, antropólogo e filósofo das ciencias, professor da Sciences Po Paris. Où atterrir ? : Comment s'orienter en politique, La Découverte, 2017

**Camille Laurens** (França), escritora, professora da Sciences Po Paris, cronista do jornal Le Monde. Dans ces bras-là, P.O.L, 2000. Prix Femina.

**Marc Lautier** (França), professora de economia da Universidade Rennes-2, especialista em articulação entre estratégias de desenvolvimento económico e mundialização, sobretudo, na Ásia. Economie de l'Asie du Sud Est, (com J-R. Chaponniere), Bréal, 2<sup>e</sup> ed, 2019.

**Christian Laval** (França), professor emérito de sociologia da Universidade Paris-Nanterre, especialista em história do utilitarismo e do liberalismo, membro do Instituto de pesquisa da FSU. Commun, Essai sur la révolution au XXIe siècle (avec Pierre Dardot), La Découverte, 2014.

**Jean-Louis Laville** (França), sociólogo, professor, titular da cátedra de economia solidária do CNAM, responsável pela iniciativa de pesquisa Democracia e economia plurais no Collège d'études mondiales (Colégio de estudos mundiais - Fundação MSH). L'économie sociale et solidaire. Pratiques, théories, débats, Seuil, 2016.

**William Lazonick** (Estados Unidos), professor emérito de economia da Universidade de Massachusetts, presidente de The Academic-Industry Research Network.

**Christian Lazzeri** (França), professor de filosofia contemporânea da Universidade Paris-Nanterre. *Histoire raisonnée de la philosophie morale et politique* (com Alain Caillé e Michel Senellart, editores), La Découverte, 2001.

**Frédéric Lebaron** (França), professor de sociologia da Escola Normal Superior Paris-Saclay, especialista em sociologia econômica e sociologia política. *Empirical investigation of the social space* (em colaboração) Springer, 2019.

**Erwan Lecoœur** (França), sociólogo e consultor em comunicação política (laboratório Pacte). *Face au FN* (com Enzo Poultreniez), *Le Passager clandestin*, 2013.

**Jacques Lecomte** (França), doutor em psicologia, presidente de honra da Associação francesa de psicologia positiva. *La bonté humaine*, Odile Jacob, 2014.

**Claus Leggewie** (Alemanha), professor de ciência política da Universidade de Giessen. *Europa zuerst! Eine Unabhängigkeitserklärung*, Berlin, Ullstein, 2017.

**Jacques Le Goff** (França), professor emérito de direito público da Universidade de Brest e ex inspetor do trabalho, presidente da Associação de Amigos de Emmanuel Mounier. *Du silence à la parole* (prefácio de Laurent Berger), Presses universitaires de Rennes, 2019.

**Martin Legros** (França), filósofo e jornalista, redator-chefe de *Philosophie magazine*.

**Stephan Lessenich** (Alemanha), professor de sociologia da Universidade Ludwig Maximilian de Munique, presidente da Associação Alemã de Sociologia. *Neben uns die Sintflut. Die Externalisierungsgesellschaft und ihr Preis*, Hanser Verlag, 2016.

**Didier Livio** (França), fundador da sociedade Synergence, dirigente de Deloitte. *Réconcilier l'entreprise et la société. L'entreprise a-t-elle une vocation politique?*, Eyrolles, 2002.

**Agnès Lontrade** (França), professora da Escola de Artes da Sorbonne. *Les valeurs esthétiques du don* (co-direção; posfácio de Alain Caillé), *Mimésis*, 2019.

**Helena Lopes** (Portugal), professora de economia no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. *Penser le travail pour penser l'entreprise* (em colaboração), Presses des mines, 2016.

**Patrick Lybeck** (Reino Unido), professor de sociologia da Universidade de Manchester, diretor da revista *Civic Sociology* (University of California Press). *Norbert Elias and the Sociology of Education*, Bloomsbury Academic, 2019.

**Mauro Magatti** (Itália), professor da Universidade Católica de Milão, diretor do Centro para Antropologia da Religião e Mudança Cultural (ARC). *Social Generativity. A relational paradigm for social change* (com Chiara Giaccardi), Routledge, 2017.

**Rasigan Mahrajah** (África do Sul), diretor do Institute for Economic Research on Innovation (Instituto de Investigação Econômica em Inovação), Tshwane University of Technology, África do Sul.

**Gilles Maréchal** (França), co-fundador de Élan Createur, consultor de Terralim sobre sistemas alimentares locais e também pesquisador associado a UMR ESO-Espaços e sociedades do CNRS.

**Francisca Marquez** (Chile), professora da Universidade Alberto Hurtado (Santiago do Chile), especialista em antropologia cultural e urbana. [Relato de una] Ciudad Trizada. Santiago de Chile, Ocho libros, 2017.

**Paulo Henrique Martins** (Brasil), professor de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, ex-presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia. *Itinerarios do dom. Teoria e sentimento*, Ateliê de Humanidades, 2019.

**Danilo Martuccelli** (Chile-França), ex-professor de sociologia da Universidade Paris-Descartes, membro sênior do Instituto Universitário da França, pesquisador no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Santiago do Chile. *La condition sociale moderne. L'avenir d'une inquiétude*, Paris, Gallimard, 2017.

**Gus Massiah** (França), engenheiro e economista, um dos organizadores do movimento altermundialista, co-criador do Centro de Estudos e de Iniciativas de Solidariedade Internacional e da Associação internacional de técnicos e pesquisadores. *Une stratégie de l'altermondialisme (avec Élise Massiah)*, La Découverte, 2011.

**Dominique Méda** (França), professora de sociologia, diretora do Instituto de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Sociais da Universidade Paris-Dauphine. Seus campos de pesquisa são trabalho, emprego, políticas sociais e indicadores de riqueza. *Les nouveaux travailleurs des applis* (com Sarah Abdelnour, direção), Presses universitaires de France, 2019.

**Margaret Mendell** (Canadá), professora do Departamento de Negócios públicos e comunitários da Universidade Concordia em Montreal e diretora do Instituto Karl Polanyi. *Reclaiming Democracy. The Social Justice and Political Economy of Gregory Baum and Kari Polanyi Levitt*, Montreal, Mc. Gill University Press, 2005.

**Maurice Merchier** (França), professor honorário de ciências sociais em cursos preparatórios. Autor de vários artigos, dirige, com Guy Roustang, *l'Encyclopédie du changement de cap* (eccap.fr).

**Pascale Mériot** (França), professora-pesquisadora da Faculdade de Ciências Econômicas de Rennes e pesquisadora no LiRIS. Seu principal

campo de pesquisa é educação, e se interessa também por economia social e solidária.

**Jean-Claude Michéa** (França), filósofo e ensaísta, crítico do liberalismo e da identificação do socialismo com a esquerda, teórico na esteira de George Orwell da common decency (decência das pessoas comuns). *Le Complexe d'Orphée : la gauche, les gens ordinaires et la religion du progrès*, Climats, 2011.

**Henry Mintzberg** (Canadá), escritor e educador, professor dos estudos de gestão da Universidade de McGill (Montreal). *Rebalancing Society - Radical Renewal Beyond Left, Right and Center*, Berret-Koehler Publishers, 2015.

**Pierre-Olivier Monteil** (França), filósofo, pesquisador associado ao Fonds Ricoeur, professor de ética da Universidade Paris-Dauphine e do ESCP Europe. *Ricœur politique*, Presses universitaires de Rennes, 2013.

**Edgar Morin** (França), sociólogo, filósofo e mediólogo, diretor emérito de pesquisa no CNRS, teórico do pensamento complexo (nos seis volumes de *O Método*). *La Voie. Pour l'avenir de l'humanité*, Fayard, 2011.

**Chantal Mouffe** (Bélgica, Reino Unido), filósofa política pós-marxista, professora da Universidade de Westminster (Londres). *Pour un populisme de gauche*, Albin Michel, 2018.

**Fatou Ndoye** (Senegal), coordenadora de Dialogues em Humanité (Diálogos em Humanidade) do Senegal e de Pôle Sada (Sistemas alimentares alternativos duráveis/Gênero).

**Julie Nelson** (Estados Unidos), economista feminista, professora emérita de economia da Universidade de Massachusetts (Boston), especialista em relações entre economia, ética, ecologia e feminismo. *Economics for Humans*, University of Chicago Press, 2018 (2ª ed.).

**Richard Nelson** (Estados Unidos), professor da Universidade de Columbia (Nova Iorque), um dos principais teóricos de economia evolucionista. *An Evolutionary Theory of Economic Change*, Cambridge, Harvard University Press, 1982.

**Pierre Nicolas** (França), filosofia política. *La Cité de la Parole*, éditions l'Éuvrier, 1991 e blog « Dépasser les conflits inutiles » (<https://pierre-nicolas.com>).

**Jun Nishikawa** († Japão), foi professor da Universidade de Waseda, economista político do desenvolvimento e da globalização, co-editou a versão japonesa comentada do primeiro Manifesto Convivialista escrita por vários autores.

**Osamu Nishitani** (Japão), filósofo, professor emérito na Universidade de Línguas Estrangeiras de Tóquio, professor de estudos transdisciplinares da mutação do mundo contemporâneo. *Risei no Tankyu (A busca da Razão perdida)*, Iwanami-shoten, 2010.

**Débora Nunes** (Brasil), urbanista e arquiteta, cofundadora da Rede de Profissionais de Economia social e solidária (REDE de Salvador, Bahia) e criadora da Escola de Sustentabilidade Integral ou Ecologia Integrativa. Coordenadora de Diálogos em Humanidade no Brasil.

**Ugo Olivieri** (Itália), professora de literatura italiana da Universidade Frédéric-II de Nápoles. Il fascino dell'obbedienza. Servitù volontaria e società depressa, Mondadori, 2013.

**Patrice Parisé** (França), engenheiro geral honorário de des Ponts, des Eaux et des Forêts, ex vice-presidente do Conselho Geral de meio ambiente e desenvolvimento durável.

**André Ricardo do Passo Magnelli** (Brasil), sociólogo, fundador, livre-pesquisador e diretor do Ateliê de Humanidades. *Cartografias da Crítica: fundamentos, potencialidades e limites*, Ateliê de Humanidades, 2019.

**Susan Paulson** (Estados Unidos), professora e diretora de estudos latino-americanos da Universidade da Flórida. *Masculinities and Femininities in Latin America's Uneven Development*, Routledge 2015.

**Antoine Peillon** (França), jornalista investigativo, prêmio Éthique Anticor para Ces 600 milliards qui manquent à la France. *Enquête au coeur de l'évasion fiscale*, Seuil, 2012.

**Corine Pelluchon** (França), professora de filosofia da Universidade Paris-Est Marne-la-Vallée, especialista em ética aplicada, em questão animal (cf. seu Manifesto animalista) e em ecologia política. *Éthique de la considération*, Paris, Seuil, 2018.

**Laura Penacchi** (Itália), economista, diretora da Fundação Lelio Basso e coordenadora do National Economy Forum de CGIL. *Filosofia dei beni comuni: crisi e primato della sfera pubblica*, Rome, Donzelli, 2012.

**Alfredo Pena-Vega** (França), sociólogo, professor-pesquisador na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) e no Centro Edgar Morin, coordenador do Tribunal internacional da Natureza. *Pour une politique de l'humanité?* (com Edgar Morin, organizadores), Atlantique, 2009.

**Bernard Perret** (França), sócio-economista e ensaísta, membro do comitê de redação da revista Esprit, ex-membro da Inspeção geral do Ministério da Ecologia. *La démarchandisation*, Les Petits matins, 2015.

**Jacques Perrin** (França), diretor de pesquisa honorário de ciências econômicas do CNRS. "Pourquoi les sciences économiques nous conduisent dans le mur?", l'Harmattan, 2011.

**Pascal Petit** (França), diretor de pesquisa emérito de economia no CNRS, associado ao Centro de Economia da Universidade Paris-Nord (CEPN) e à Maison des Sciences de l'Homme. *Croissance et richesse des nations*, La Découverte, 2005.

**Elimar Pinheiro do Nascimento** (Brasil), professor de sociologia política e ambiental da Universidade de Brasília. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estud. av.* [online]. 2012.

**Ilaria Pirone** (França), psicóloga clínica, psicanalista, ensina ciências da educação da Universidade Paris-8.

**Geoffrey Pleyers** (Bélgica), professor da Universidade Católica de Louvain, vice-presidente da Associação Internacional de Sociologia. *Alter-Globalization. Becoming Actors in the Global Age*, Cambridge, Polity Press, 2011.

**Kari Polanyi-Levitt** (Canadá), professora emérita de economia da Universidade McGill (Montreal). Ao promover o pensamento do seu pai, Karl Polanyi, realizou pesquisas sobre desenvolvimento. *Reclaiming Development: Independent Thought and Caribbean Community*, Kingston, Randle Publishers, 2005.

**Serge Proulx** (Canadá), professor emérito em UQAM (Montreal), especialista em análise de mutações contemporâneas dos dispositivos de informação e comunicação. *La contribution en ligne. Pratiques participatives à l'ère du capitalisme informationnel*, Presses de l'université du Québec, 2014.

**Elena Pulcini** (Itália), professora de filosofia social na Universidade de Florença, especialista em teoria das paixões e dos sentimentos na época moderna. *The Individual without Passions. Modern Individualism and the Loss of the Social Bond*, New York, Lanham, 2012.

**P.V. Rajagopal** (Índia), ativista gandhista, ex-presidente da Gandhi Peace Foundation (Nova Dheli), membro fundador e presidente de Ekta Parishad, organizador da campanha JaiJagat 2020, prevista para Genebra em 26 de setembro de 2020.

**Henri Raynal** (França), poeta, filósofo e crítico de arte. *Cosmophilie, nouvelles locales du tout*, éditions Cécile Defaut, 2016.

**Michel Renault** (França), professor-pesquisador da Universidade de Rennes-1, trabalha com indicadores de bem-estar e de desenvolvimento durável. Colaborador de *Bonheur. Dictionnaire historique et critique*, Michèle Gally (org.), CNRS édition, 2019.

**Yves Renoux** (França), professor de EPS e instrutor na Fédération sportive et gymnique du travail (Federação Esportiva e de Ginástica Laboral).

**Robin Renucci** (França), diretor de Tréteaux de France, presidente da associação dos Centres dramatiques nationaux e presidente da associação de Rencontres internationales artistiques.

**Myriam Revault d'Allonnes** (França), filósofa, teórica da democracia, professora emérita da Escola Prática de Altos Estudos. *La faiblesse du vrai*, Seuil, 2018.



**Emmanuel Reynaud** (França), sociólogo, ex alto funcionário da Organização Internacional do Trabalho, escreveu e coordenou obras sobre proteção social, aposentadorias, igualdade entre sexos e crítica da virilidade.

**Matthieu Ricard** (França), biólogo, monge budista tibetano, fotógrafo, intérprete do dalai-lama em francês, fundador da Associação Humanitária Karuna Shechen. *Plaidoyer pour l'altruisme*, Nil, 2013.

**Marie-Monique Robin** (França), jornalista investigativa, diretor de cinema e escritora francesa, prêmio Albert Londres. *Le Roundup face à ses juges*, La Découverte, 2017.

**Hartmut Rosa** (Alemanha), professora de sociologia da Universidade de Iena. *Resonance. A Sociology of Our Relationship to the World*, Cambridge, Polity, 2019.

**Guy Roustang** (França), ex-diretor de pesquisa de LEST-CNRS, co-responsável pela *Encyclopédie du changement de cap* (eccap.fr). *Démocratie : le risque du marché*. Desclée de Brouwer, 2012.

**Marshall Sahlins** (Estados Unidos), antropólogo, professor emérito da Universidade de Chicago. *On Kings* (com David Graeber), Hau Books, 2017.

**Emerson Sales** (Brasil), professor de física e de química da Universidade Federal da Bahia, coordenador da Rede de Tecnologias Limpas e do Laboratório de Bioenergia e Catálise.

**Ariel Salleh** (Austrália), pesquisadora-ativista, professora da Universidade de Sydney. *Ecofeminism as Politics*, Zed Books, 1997.

**Christian Salmon** (França), escritor e pesquisador, ex assistente de Milan Kundera, fundador (1993) do Parlamento Internacional dos Escritores e da Rede Internacional das Cidades de Refúgio (para acolher os escritores perseguidos em seus países). *L'Ère du clash*, Fayard, 2019.

**Saskia Sassen** (Países Baixos, Estados Unidos), economista e socióloga, professora da Universidade de Columbia (Nova Iorque) e da London School of Economics. *Expulsions. Brutality and Complexity in the Global Economy*, Cambridge, Harvard University Press, 2014.

**Olivier de Schutter** (Suíça), professo de direito da Universidade de Louvain, membro do Comitê para os direitos econômicos, sociais e culturais (ONU). *Reflexive Governance. Redefining the Public Interest in a Pluralistic World*, Oxford, Hat publishing, 2010.

**Blanche Segrestin** (França), professora de gestão da Escola de Minas de Paris. *Refonder l'entreprise* (com Armand Hatchuel), Seuil, 2012.

**Jean-Michel Servet** (França), economista, professor honorário de estudos do desenvolvimento no Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento (Genebra), especialista em práticas solidárias de

economia e de finanças e da história do pensamento. *L'économie comportementale en question*, Charles Leopold Mayer, 2018.

**Pablo Servigne** (França), engenheiro agrônomo, doutor em ciências da Universidade Livre de Bruxelas, jornalista e ensaísta colapsologista. *Comment tout peut s'effondrer. Petit Manuel de collapsologie à l'usage des générations présents* (com Raphaël Stevens), Le Seuil, 2015.

**Hugues Sibille** (França), presidente do Laboratório da Escola Social e Solidária e da Fundação Crédito Cooperativo, ex-delegado interministerial. *La Grande Promesse, Rue de l'Echiquier*, 2016.

**Siddharta** (Índia), fundador e diretor do centro intercultural Fireflies (um "ashram") em Bangalore e administrador executivo de Pipal Tree, ONG militante ao serviço dos agricultores indianos pobres e promotor do diálogo intercultural, especialmente com jovens de países ocidentais.

**Ilana Silber** (Israel), professora emérita de sociologia da Universidade Bar-Ilan. *Cultural Traditions and Worlds of Knowledge. Explorations in the Sociology of Knowledge* (com S.N. Eisenstadt, Eds), Greenwich, JAI Press, 1998.

**Damir Skenderovic** (Suíça), professor de história contemporânea da Universidade de Fribourg, especialista em direita radical. *The Radical Right in Switzerland. Continuity and Change, 1945-2000*, Berghahn Books, 2009.

**Guillaume du Souich** (França), pintor, ex co-presidente e porta-voz do Movimento pela Paz.

**Boaventura de Sousa Santos** (Portugal), sociólogo do direito, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde é diretor do Centro de Estudos Sociais. *The End of the Cognitive Empire*, Duke university Press, 2018.

**Frédéric Spinhirny** (França), filósofo, DHR do hospital universitário Necker-Enfants Malades (Paris). *Hôpital et modernité*, Editions Sens&Tonka em 2018.

**Robert Spizzichino** (França), engenheiro urbanista, membro do Conselho de Desenvolvimento da Metrópole de Grande Paris, presidente da associação Carma Gonesse/Pays de França. *De la Ville en politique*, l'Harmattan, 2011.

**Roger Sue** (França), sociólogo, professor da Universidade de Paris, pesquisador do Centro de Pesquisa sobre laços sociais, administrador de Fonda. *La contre-société*, LLL, 2017.

**Bruno Tardieu** (França), voluntário permanente de ATD Quart Monde, diretor do Centro de Memória e Pesquisa Joseph Wresinski. *Les pauvres sont nos maîtres* (com D.Jousset e J. Tonglet), Hermann, 2019.

**André Teissier du Cros** (França), engenheiro, economista e escritor,

presidente honorário do Comitê Bastille. La taxe sur l'actif net ou impôt progressif sur le patrimoine dormant. Pourquoi il faut taxer le patrimoine et non plus le revenu (em colaboração; préface de Corinne Lepage), L'Harmattan, 2016.

**Michel Terestchenko** (França), filósofo, professor da Universidade de Dijon e da Science Po Aix-en-Provence. Un si fragile vernis d'humanité. Banalité du mal, banalité du bien, La Découverte, 2007.

**Bruno Théret** (França), economista, diretor de pesquisa emérito do CNRS. "Système fiscal de paiement complémentaire: un dispositif pour renverser l'hégémonie" (com Thomas Coutrot), Revue française de socio-économie, n° 22, 2019.

**Jacques Toledano** (França), militante ecologista, organizador da associação Les Amis du Monde Diplomatique (Grenoble).

**Catherine Touvrey** (França), mutualista, diretora geral de Harmonie Mutuelle, diretora seguro e proteção financeira do grupo de proteção social, mutualista e solidário VYV.

**Serge Tracq** (França), professor de EPS e instrutor da Fédération Sportive et Gymnique du Travail (Federação Esportiva e Ginástica do Trabalho).

**Florent Trocquenet-Lopez** (França), professor de letras em cursos preparatórios, jornalista e cronista da revista Socialter, romancista. La Nature (com Véronique Anglard), Dunod, 2015.

**Patrick Tudoret** (França), romancista e ensaísta. Petit traité de bénévolence, Tallandier, 2019.

**Jean-Jacques Tyszler** (França), doutor psiquiatra e psicanalista, médico diretor do centro médico-psicopedagógico de Mutuelle Générale de l'Éducation Nationale (Paris).

**Frédéric Vandenberghe** (Bélgica, Brasil), sociólogo instalado no Brasil após ter trabalhado na Inglaterra e nos Estados Unidos, atualmente professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Le Réalisme critique. Une nouvelle ontologie pour la sociologie (com Margaret Archer), Le Bord de l'eau, 2019.

**Jean-François Véran** (França, Brasil), antropólogo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colaborador regular de Médicos Sem Fronteiras. Lesclavage en héritage (Brésil). Le droit à la terre des descendants de marrons, Karthala, 2003.

**Jean-Luc Veyssy** (França), filósofo, dirige as edições Le Bord de l'eau. Femmes en politique dans le monde. Angela, Michelle, Ségolène et les autres... (com Bernard Collignon), Le Bord de l'eau, 2007.

**Bruno Viard** (França), professor emérito de literatura francesa da Universidade Aix-en-Provence, articula literatura, antropologia, psicologia

e política a partir de Marcel Mauss, Pierre Leroux, Paul Diel. *Amour propre. Des choses connues depuis le commencement du monde, Le Bord de l'eau*, 2015.

**Denis Vicherat** (França), diretor das edições Utopia ([www.editions-utopia.org](http://www.editions-utopia.org)), editora independente profundamente ancorada na ecologia política e no altermundialismo. É co-organizador do movimento Utopia e coordenou a redação de *Manifeste Utopia*, 2012.

**Patrick Vieu** (França), alto funcionário, conselheiro junto ao vice-presidente do Conselho Geral de Meio Ambiente e Desenvolvimento Durável do Ministério da Transição Ecológica e Solidária.

**Daniel Villaviciencio** (México), professor de sociologia da inovação na Universidade Autónoma Metropolitana do México. *Algunas lecciones del programa de fomento a la innovación en México, Administración Pública y Sociedad*, 2017.

**Jean-Louis Virat** (França), contador público especializado aposentado, organizador de *Laboratoire de la Transition* (Laboratório da Transição), de *Ecologie au Quotidien* (Ecologia no Cotidiano) e de *Libr'acteurs* (Livre Atores) e de diversas associações de educação para a cidadania e de ajuda aos migrantes.

**Patrick Viveret** (França), filósofo, magistrado honorário na Corte de Contas. *La Cause humaine. Du bon usage de la fin d'un monde*, LLL, 2012.

**Nathanaël Wallenhorst** (França), professor e pesquisador na Universidade Católica do Oeste (Angers). *L'Anthropocène décodé pour les humains*, Le Pommier, 2019.

**Juliette Weber** (França), responsável por estudos e pesquisas no Observatório do grupo Macif - área dos Negócios Públicos. *L'idée même de richesse* (com Alain Caillé), *La Découverte*, 2012.

**Chico Whittaker** (Brasil), arquiteto, militante do Partido dos Trabalhadores no Brasil, co-fundador do Fórum Social Mundial, ex-secretário executivo da comissão Justiça e Paz no Brasil, laureado com o Right Livelihood Award em 2006. *Changer le monde. [Nouveau] mode d'emploi*, L'Atelier, 2006.

**Hitoshi Yakushiin** (Japão), professor de sociologia da Universidade Tezukayama Gakuin (Osaka), analista da democracia. *Shakai-shugin-no-gokai-toku* (Solucionar a incompreensão do socialismo), Paperback Shinsho, 2011.

**Joëlle Zask** (França), filósofa política, ensina na Universidade de Aix-Marseille. *Quand la forêt brûle. Penser la nouvelle catastrophe écologique*. Paris, Premier Parallèle, 2019.

**Valérie Zenatti** (França), escritora, roteirista. *Dans le faisceau des vivants*, l'Olivier, 2019.

**Lun Zhang** (China-França), sociólogo, co-organizador de protestos na praça Tiananmen (1989), professor de civilização chinesa da Universidade de Cergy-Pontoise e de modernidade, transição e reforma na China da EHESS. *La Chine désorientée. Cinq ans d'histoire contemporaine* (com Aurore Merle), Charles Leopold Meyer, 2018.

**Jean Ziegler** (Suíça), político e sociólogo altermundialista, vice-presidente do comitê consultivo do Conselho dos Direitos do Homem (ONU). *Le Capitalisme expliqué à ma petite-fille (en espérant qu'elle en verra la fin)*, Paris, Seuil, 2018.

**Luigi Zoja** (França), psicanalista, sociólogo e escritor, ex-presidente do Centro Italiano de Psicologia Analítica (1984-1993) e da Associação Internacional de Psicologia Analítica (1998-2001). *Paranoia, La follia che fa la storia*, Torino, Bollati Boringhieri, 2011. Publicado em francês por Belles Lettres em 2018.



**FONTES:** Próxima Nova e Phoreus Cherokee

**TAMANHO:** 14 cm X 21 cm

**PAPEL(VERSÃO IMPRESSA):** Pólen Soft